

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GLAUBER CARDOSO GUIMARÃES

TRANSFORMAÇÕES TÉCNICAS E VOTOS: AS REDES DIGITAIS COMO CONTEXTO
GEOGRÁFICO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

CURITIBA

2024

GLAUBER CARDOSO GUIMARÃES

TRANSFORMAÇÕES TÉCNICAS E VOTOS: AS REDES DIGITAIS COMO
CONTEXTO GEOGRÁFICO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Guimarães, Glauber Cardoso

Transformações técnicas e votos: as redes digitais como contexto geográfico nas eleições presidenciais de 2018 / Glauber Cardoso Guimarães. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Adilar Antonio Cigolini

1. Presidentes - Brasil - Eleições, 2018. 2. Redes sociais. 3. Bolsonaro, Jair, 1955-. 4. Voto. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Cigolini, Adilar Antonio. IV . Título.

Bibliotecário: Leticia Priscila Azevedo de Sousa CRB-9/2029

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GEOGRAFIA

No dia cinco de dezembro de dois mil e vinte e quatro às 14:00 horas, na sala 109, Edifício João José Bigarella, Centro Politécnico, Jardim das Américas, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **GLAUBER CARDOSO GUIMARÃES**, intitulada: **Transformações técnicas e votos: as redes digitais como contexto geográfico nas eleições presidenciais de 2018.**, sob orientação do Prof. Dr. ADILAR ANTONIO CIGOLINI. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ADILAR ANTONIO CIGOLINI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CAROLINA BATISTA ISRAEL (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), SONIA LUIZA TERRON (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ADILAR ANTONIO CIGOLINI, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 05 de Dezembro de 2024.

Assinatura Eletrônica

26/12/2024 07:37:01.0

ADILAR ANTONIO CIGOLINI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

06/02/2025 10:01:28.0

CAROLINA BATISTA ISRAEL

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/12/2024 11:03:26.0

SONIA LUIZA TERRON

Avaliador Externo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA)



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GLAUBER CARDOSO GUIMARÃES** intitulada: **Transformações técnicas e votos: as redes digitais como contexto geográfico nas eleições presidenciais de 2018.**, sob orientação do Prof. Dr. ADILAR ANTONIO CIGOLINI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Dezembro de 2024.

Assinatura Eletrônica

26/12/2024 07:37:01.0

ADILAR ANTONIO CIGOLINI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

06/02/2025 10:01:28.0

CAROLINA BATISTA ISRAEL

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/12/2024 11:03:26.0

SONIA LUIZA TERRON

Avaliador Externo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA)

Dedico esta obra a meu tio Sinésio que, mesmo não vivendo pra ver minha trajetória, pareceu sempre ter a certeza dos rumos que ela tomaria. Se pudesse presenciar este momento tenho convicção de que teria decorado o título da dissertação e o nome completo do programa, contando a todos, com seu vozeirão, orgulhoso dos feitos de nossa família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha companheira Ana Cecília pela paciência, apoio e cobrança nos momentos de procrastinação, impedindo que desistisse no andamento da pesquisa. Agradeço à minha mãe, Raquel, pelo esforço na criação dos filhos e a toda a família e amigos.

Agradeço ao meu orientador, Adilar, por ter aceitado um desafio em que ambos ainda não estávamos tão bem familiarizados com o tema de pesquisa. E uma menção honrosa aos companheiros de NuPoTe, José Pedro e João Paulo, que nas poucas conversas que tivemos me fizeram sentir parte de um “clubinho” da geografia eleitoral, neste ambiente solitário de pesquisador.



(Arruda, 2024)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar a correlação entre o desempenho da candidatura de Jair Bolsonaro no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 e o comportamento eleitoral, através do impacto das mídias digitais na campanha. Nossa metodologia consistiu em duas etapas: na primeira que, nos amparando no conceito contexto geográfico, descrito por John Agnew, denominamos teorização, elaboramos uma construção do contexto em que se deu a disputa eleitoral. Para isso utilizamos pesquisa bibliográfica. Na segunda etapa, de caráter quantitativo, analisamos dados relativos à conectividade, ao nível municipal, para caracterizar os municípios que mais cederam votos em Bolsonaro. Ademais, identificamos o perfil do comportamento eleitoral bolsonarista em mídias digitais através da leitura de relatórios de pesquisas de opinião. Os dados coletados são apresentados em material cartográfico, gráficos e tabelas. Os resultados da pesquisa indicam que a campanha digital de Bolsonaro se beneficiou de um novo comportamento inaugurado pelas redes sociais digitais, pautado em linguagem beligerante, meios de disseminação de informações livres de monitoramento ou fiscalização por autoridades, se valendo de conspiracionismos e moderação de grupos centralizada que agia para eliminar o contraditório nos canais bolsonaristas. Verificou-se que as redes sociais digitais são regidas por valores ultraliberais e possuem hierarquias invisibilizadas. A pesquisa também indicou que o candidato Bolsonaro não criou um novo grupo político no eleitorado, apenas conquistou o território político da direita do espectro político no Brasil, ampliando sua influência nas grandes e médias cidades, que julgamos se dever à maior capilaridade da infraestrutura digital.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral; Geografia do Voto; Bolsonaro; Campanha Digital, Comportamento Eleitoral.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the correlation between the performance of Jair Bolsonaro's candidacy in the first round of the 2018 presidential elections and electoral behavior through the impact of digital media on the campaign. Our methodology consisted of two steps: in the first, which, based on the concept of geographical context described by John Agnew, we called theorizing, we elaborated the context in which the electoral dispute took place. For this, we used bibliographic research. In the second step, of a quantitative nature, we analyzed data related to connectivity, at the municipal level, to characterize the municipalities that voted the most for Bolsonaro. In addition, we identified the profile of Bolsonaro's electoral behavior in digital media by reading opinion poll reports. The data collected are presented in cartographic material, graphs, and tables. The results indicate that Bolsonaro's digital campaign benefited from a new behavior created by digital social networks, based on belligerent language, disseminating information free from monitoring or inspection by authorities, using conspiracism and centralized group moderation that acted to eliminate what was contradictory in Bolsonaro's channels. It was found that digital social networks are governed by ultraliberal values and have invisible hierarchies. The survey also indicated that candidate Bolsonaro did not create a new political group in the electorate, he only conquered the political territory of the right of the political spectrum in Brazil, expanding his influence in large and medium-sized cities, which we believe is due to the greater capillarity of digital infrastructure.

Keywords: Electoral Geography; Geography of Voting; Bolsonaro; Digital Campaign; Electoral Behavior

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios por candidato vitorioso, 1º turno, eleição de 2018.....	88
Mapa 2 - Razão de chance entre a votação em Bolsonaro no 1º turno de 2018 e a densidade de acessos jan. 2019	90
Mapa 3 - Razão de chance entre a votação em Haddad no 1º turno de 2018 e a densidade de acessos jan. 2019	92
Mapa 4 - Mapa condicional densidade de acessos por porcentagem de votação em Bolsonaro – eleição 2018, 1º turno	94
Mapa 5 - Mapa condicional densidade de acessos por porcentagem de votação em Haddad – eleição 2018, 1º turno	97
Mapa 6 - Distribuição dos votos em Jair Bolsonaro por município: 1º turno da eleição de 2018	101
Mapa 7 - Distribuição de antenas de telecomunicações no Brasil	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Municípios do <i>Ranking</i> Cidades Amigas da Internet 2019 versus IDHM.....	75
Gráfico 2 - Municípios do <i>Ranking</i> Cidades Amigas da Internet 2019 versus IDHM Educação	76
Gráfico 3 - Municípios do <i>Ranking</i> de cidades por 1º colocado na eleição presidencial de 2018	77
Gráfico 4 - Densidade de acessos de telefonia móvel - Brasil	80
Gráfico 5 - Densidade de acessos de banda larga fixa	82
Gráfico 6 - Distribuição por quantidade de municípios em faixas de densidade de acessos por telefonia móvel – jan. 2019	84
Gráfico 7 - Municípios com densidade muito baixa de acessos por candidato vitorioso no 1º turno da eleição de 2018.....	85
Gráfico 8 - Municípios com densidade baixa de acessos por candidato mais votado na eleição de 2018, 1º turno.....	86
Gráfico 9 - Municípios com densidade média de acessos por candidato mais votado na eleição de 2018, 1º turno.....	86
Gráfico 10 - Municípios com densidade alta de acessos por candidato mais votado na eleição de 2018, 1º turno.....	87

Gráfico 11- Relação do percentual de domicílios com acesso à internet, densidade de acessos a banda larga fixa e votação em Bolsonaro no 1ºturno 2018 – outubro de 2018 110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OS PARÂMETROS METODOLÓGICOS PARA ABORDAGEM DO FENÔMENO	23
2.1	INTRODUÇÃO	23
2.2	O CONTEXTO GEOGRÁFICO NESTA PESQUISA: UM CAMINHO PARA A TEORIZAÇÃO	24
2.3	A ESCALA NACIONAL COMO ESPAÇO DE ANÁLISE	27
2.4	A TOTALIDADE E HISTORICIDADE COMO PRESSUPOSTO DE ANÁLISE	30
2.4.1	A totalidade na investigação do objeto	30
2.4.2	A historicidade na investigação do fenômeno	35
3	ESPAÇO E VOTO: PARA ENTENDER A GEOGRAFIA DO COMPORTAMENTO ELEITORAL.	40
3.1	INTRODUÇÃO	40
3.2	OS CAMINHOS E MÉTODOS DA GEOGRAFIA ELEITORAL	41
3.3	A CORRENTE DO CONTEXTO SOCIAL:	48
3.4	O CONTEXTO GEOGRÁFICO DE JOHN AGNEW	51
3.5	O DIÁLOGO DO <i>CONTEXTO GEOGRÁFICO</i> , COM A OBRA <i>ESPAÇO E MÉTODO</i> , DE MILTON SANTOS	53
4	ANÁLISE EMPÍRICA DO 1º TURNO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018 NO BRASIL	57
4.1	Introdução	57
4.2	SOCIEDADE <i>ONLINE</i> , ELEITOR CONECTADO: O COMPORTAMENTO ELEITORAL MOLDADO PELA TÉCNICA	58
4.3	ANÁLISE ELEITORAL com base nos DADOS municipais	73
4.4	CARACTERIZAÇÃO DO USO DE TÉCNICAS DIGITAIS EM COMUNICAÇÃO COTIDIANA E NO COMPORTAMENTO ELEITORAL	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

Nosso objetivo nessa pesquisa é analisar, comparativamente, a relação entre a estrutura de telecomunicações em telefonia móvel e internet no território brasileiro e a distribuição espacial de votos da eleição presidencial de 2018, mais especificamente o 1º turno. Para isso faremos um estudo comparativo entre o resultado da eleição presidencial brasileira do ano indicado e dados de densidade de acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP), acessos de banda larga fixa e de dados móveis, amparados no conceito de contexto geográfico na análise do comportamento eleitoral elaborado por John Agnew (2002). Todos os dados serão analisados ao nível municipal. A análise seguirá uma parte qualitativa, na fase de teorização (Agnew, 2002) e uma parte quantitativa dos dados a nível municipal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de densidade de acessos de internet da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A teorização foi realizada com pesquisa bibliográfica. O tratamento dos dados se deu através do programa GeoDA, com elaboração de mapas de razão de chances (*excess risk map*) e mapas condicionais. Os gráficos foram construídos com auxílio do programa Excel.

Gonçalves (2015, p. 366) afirma que “O estudo das ocorrências políticas com ênfase às influências geográficas é relacionado à aplicação dos métodos e técnicas [...] que focam o espaço e as características únicas de mensurar a espacialidade das ações”, por isso, para o presente estudo, o conceito geográfico de espaço terá um papel condutor, sobretudo o meio-técnico-científico-informacional elaborado por Santos (2008). Esse autor compreende que a fase atual do capitalismo passa pelo processo de globalização, com a imposição de um Tempo-mundo sobre um Espaço-mundo. Dessa forma, embora continuem mantendo suas características únicas e locais, os lugares estão submetidos a uma lógica aglutinadora que os incorpora a um espaço entendido como um único sistema-mundo, impondo valores universais sobre a diversidade dos lugares. Santos (2008) afirma que mesmo que essa imposição não elimine a diversidade, cria relações hierárquicas por meio de uma temporalidade global com espaços hegemônicos, de onde irradiam uma tecnoesfera (a esfera natural sendo constantemente artificializada por uma esfera técnica) e uma psicoesfera que “[...] é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos” (Santos, 2008, p. 30).

Ambas esferas transformam o meio geográfico em um meio técnico-científico, absorvido de maneira desproporcional pelos diferentes lugares, criando espaços desiguais ou hegemônicos e hegemonzados. Como o acolhimento ao novo não ocorre sem a resistência das heranças do espaço, a base dos diversos conflitos que produzem e reproduzem este espaço

desigual é configurada. Essa dinâmica é denominada como horizontalidades (o palco do cotidiano que recebe a lógica hegemônica executando-a ou repelindo-a) versus verticalidades (vetores que transportam a racionalidade externa para se impor sobre os lugares) (Santos, 2008).

Vencida pelo candidato Jair Bolsonaro (PSL), a eleição presidencial de 2018 teve uma série de singularidades: i) diferentemente de outras eleições, o vencedor possuía diminuto tempo de horário eleitoral gratuito nas cadeias de televisão e rádio; ii) houve um rompimento na hegemonia entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que se revezaram na cadeira presidencial desde 1995 e, iii) ocorreu uma suposta guinada ideológica à extrema direita, por parte do eleitorado. Por tudo isso a eleição de 2018 foi atípica, no cenário político nacional, desde a redemocratização.

Tal cenário foi recebido com surpresa por parte da sociedade, que avaliou o caso como um fenômeno eleitoral e de redes sociais, com destaque ao disparo em massa de *fake news* (Mazui, 2018). Romero Almada (2021) concorda que o disparo em massa de *fake news* favoreceu Bolsonaro, contudo adverte que o uso de notícias falsas não é algo isolado e que depende de um novo comportamento da população surgido, na última década, com intenso uso de internet por telefonia móvel. Esse autor analisou o conteúdo de dezenas de grupos do aplicativo *WhatsApp* e seu papel nos resultados eleitorais de 2018 que, para ele, foi decisivo. Na mesma linha de pensamento, Cesar e Santos (2021) mostram como o cenário político comunicacional sofreu mudanças passando da alta profissionalização das campanhas televisivas, no horário eleitoral de propaganda gratuito, para as campanhas apócrifas semiamadoras dos grupos de *WhatsApp*, principalmente, nas eleições de 2018.

Ressalta-se que a mudança no sistema de técnicas não se deu repentinamente, ao contrário, ocorreu seguindo um processo histórico que se iniciou alguns anos antes das eleições de 2018, causando uma nova camada ao comportamento eleitoral com a ascensão política da extrema direita. Cesar e Santos (2021) demonstram como a televisão teve um importante papel nas campanhas eleitorais pós redemocratização:

A preocupação com a imagem, o papel das pesquisas de opinião e de uma dramaturgia política baseada na lógica publicitária fortemente centrada na televisão, no entanto, foram aspectos marcantes da campanha de 1989, que se acentuaram nos anos 1990-2000. Essa atmosfera ressalta ainda a importante posição que os profissionais de comunicação passam a ocupar na esfera política. O trabalho destes atores se mostra ainda mais relevante considerando que o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) adquire um novo status e se torna uma vitrine essencial para os candidatos nessa época. (Cesar; Santos, 2021, p. 171)

Segundo as autoras as campanhas eleitorais pautadas pela difusão comunicacional pelas cadeias de televisão e rádio encontraram, na direita, um cenário ideal para o seu desenvolvimento, aperfeiçoando-se e transformando a atuação política. Habilidades cenográficas e de teatralização se tornaram mais desejáveis do que os antigos oradores de multidões, pois a expressividade e a entonação de voz passaram a se impor frente às câmeras, afetando o público de maneira mais eficiente. Após uma década de hegemonia dos partidos de direita, foi nas campanhas de Lula nos anos 2000 que este sistema de técnicas atinge seu auge, reverberando até a década seguinte nas vitórias de Dilma Rouseff.

Contudo, a partir das eleições de 2010, passa a surgir um novo sistema com as ferramentas digitais, no qual:

A entrada do digital no espaço público brasileiro vai progressivamente reconfigurar este cenário, com as campanhas se estruturando, a partir de então, em torno de dois eixos principais: as estratégias televisuais, em que o HGPE e os debates televisivos continuam sendo momentos chave, e as estratégias digitais, visto que a esfera digital amplia o território a ser ocupado e, se possível, conquistado pelos candidatos. As eleições presidenciais de 2010, de 2014 e, principalmente, a de 2018 ilustram a evolução dos formatos das campanhas, das dinâmicas do espaço público político bem como dos papéis dos assessores nas equipes de comunicação. (Cesar, Santos, 2021, p. 173)

Como toda mudança social que se opera, o novo sistema de técnicas que se impôs nas eleições de 2018, foi um constructo social que se desenvolveu ao longo do tempo em resposta a parâmetros que se colocaram pelas contradições presentes no período. Assistimos à hegemonia das campanhas pautadas pelas exibições nos meios televisivos por quase 30 anos, e vemos que este modelo se sobrepôs a um sistema de técnicas anterior. Cesar e Santos (2021) descrevem como esse modelo mostrou força a partir das eleições de 1989, ligando a sua correta apropriação feita pelo candidato Lula (PT), o melhor desempenho sobre o candidato Leonel Brizola (PDT). Para as autoras a campanha brizolista ainda se ancorava no sistema de técnicas imediatamente anterior, focado na capacidade de oratória do candidato com discursos a multidões, enquanto os primeiros colocados dominavam a linguagem teatralizada, a preocupação com a imagem e a disputa pelo espaço televisivo.

Se os partidos do espectro da direita dominaram o uso das campanhas televisivas na década de 1990, foi a partir da campanha de 2002 que a esquerda deu uma guinada neste cenário, trazendo um elemento novo, a figura do *marketeiro*. A preocupação com estratégias televisivas e moderação da imagem, não apenas trouxeram a vitória a Lula (PT) como também reorganizou a geografia do voto, transformando os contornos dos territórios eleitorais parecidos aos que se observa ainda hoje. Assim como em 1989 e 2002, 2018 representou uma destas

eleições paradigmáticas. Os novos parâmetros trouxeram uma nova ferramenta, os meios digitais, que além de serem uma via de comunicação ao eleitorado, traz consigo outra espacialidade e todo um conjunto de valores no seu ecossistema informacional.

O processo que tem levado a população brasileira a adotar a informação e comunicação pela internet, vem se conduzindo de modo tão individualizante que não apenas substitui aparelhos pertencentes a outro sistema de técnicas, para além disso vem especializando a forma de acesso através do uso de celulares ou *smartphones*. Ou seja, dentro do próprio conjunto de técnicas relacionados à internet, já há uma migração em massa para os aparelhos celulares em detrimento de outros como os computadores, *tablets*, *laptops* etc. Quanto à influência da informação sobre o espaço, Santos (2008) afirma:

A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, [...]. É a cientifização e a tecnicização da paisagem. É também a informatização, ou antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. (Santos, 2008, p. 48).

Santos prossegue: “Esse meio técnico, científico e informacional está presente em toda a parte” (2008, p. 48), de modo que este é um conceito central em sua obra e neste estudo.

É preciso destacar que, conforme indica a pesquisa TIC Domicílios 2019 (NIC.BR, 2020), o *smartphone* tem sido o principal meio de acesso à internet: “Entre 2017 e 2019, houve um acréscimo de 11 milhões de domicílios com acesso à Internet, mas sem computador, revelando a importância do telefone celular como principal dispositivo de acesso à Internet.” (p. 23). O acesso à internet por meio de um aparelho tão individualizado e versátil, mudou radicalmente a forma como as pessoas experienciam a internet, pois ao se propiciar o acesso livre e irrestrito se aumenta consideravelmente o tempo conectado, se assomam os *feedbacks*, necessários ao funcionamento do sistema cibernético e a inteligência maquínica passa a ter acesso à maior parte das informações dos usuários. Evidentemente, como qualquer meio de produção, as ferramentas digitais também possuem grupos de poder, que tomam posse destes conhecimentos produzidos, voluntariamente, por seus usuários.

De posse destas informações os desenvolvedores puderam implementar ações que mudaram o modo como as pessoas leem o mundo, pois como todo sistema de técnicas é uma mediação entre a humanidade e o mundo, ao adotar esse comportamento infocomunicacional, decerto se operam mudanças ao nível cotidiano. As promessas de comunicação instantânea e informação em tempo real, se tornaram em isolamento social e confusão entre o real e o fantasioso. A esperança no avanço intelectual pelo acesso da população ao conhecimento

gerado por toda a humanidade, logo descambou para uma proliferação, em igual medida, dos maus engenhos e das elaborações de pouco raciocínio. Em um processo dialético, as pessoas transformaram a técnica e a técnica transformou as pessoas.

No entanto, deve-se sempre lembrar que um sistema de técnicas nunca extingue os sistemas anteriores, sempre há um convívio entre técnicas de diferentes tempos no espaço (Santos, 2008) e um acesso desigual ao novo sistema. Uma característica da internet deveria ser o acesso livre e irrestrito, a todo o conjunto da rede mundial de computadores, compartilhando dados e conhecimento para todos, igualmente. Entretanto, salienta-se que a prática do *zero rating* para celulares (planos de telefonia celular com provimento de dados ilimitados e gratuitos a determinados aplicativos, normalmente os de redes sociais) faz com que o acesso à internet seja limitado e precário. Quanto a isso Gragnani (2018) informa:

[...] alguns especialistas também estão associando essa prática [zero rating] à potencialização de notícias falsas, tema que vem sendo amplamente debatido desde as eleições americanas em 2016 - no Brasil, visto com preocupação na escalada para as eleições de 2018. No país, Facebook e WhatsApp são apontados como os principais meios por onde as notícias falsas são espalhadas. (Não paginado).

Cabe destacar que não houve apenas uma mudança comportamental na última década, também ocorreram mudanças na legislação eleitoral e de telecomunicações que influenciaram neste cenário. Oliveira (2020) discorre sobre os riscos à democracia que a autorização dos impulsionadores de conteúdo na campanha eleitoral ocasiona. O autor cita o art. 57-C da Lei nº 9.504/1997 que autorizou o uso dessa prática. Para Oliveira (2020, p.51) o “[...] princípio da igualdade entre os candidatos é violado quando a lei permite que, em um campo aberto como a internet, destaque-se aquele que embutir mais dinheiro em suas publicações.”

A lei nº 13.165/2015 foi um marco de mudança que alterou prazos, financiamentos e propaganda eleitoral. Prometia a redução de custos públicos com campanhas eleitorais, permitiu a pré-campanha e a divulgação pela internet. Contudo, Krause et al. (2020) afirmam que “[...] a eleição de 2018 sugerem que há uma nova forma de financiamento ilegal com a introdução massiva de novas formas de comunicação que dificultam o monitoramento e o controle (p. 114, tradução nossa)”¹. A abertura para veiculação de campanhas na internet resultou também em outros danos, segundo a ministra Rosa Weber do Supremo Tribunal Federal (STF):

¹ “La elección de 2018 sugiere que existe una nueva forma de financiación ilegal con la introducción masiva de nuevas formas de comunicación, que dificultan el rastreo y el control.” (original em espanhol)

Um dado novo fez-se presente nas eleições brasileiras de 2018. Iniciada a disputa eleitoral propriamente dita, no mês de agosto, para além das chamadas fake news na propaganda eleitoral relativa a partidos e a candidatos, [...] detectou-se movimento paralelo de direcionamento maciço de ataques à Justiça Eleitoral: divulgação em larga escala de notícias falsas visando ao descrédito da instituição e de seus integrantes e à suspeição do sistema eletrônico brasileiro de votação. (Weber, 2019, p. 8–9)

Ademais, a desigualdade entre candidatos se agrava pela dificuldade em se fiscalizar o conteúdo de postagens em redes sociais, como, por exemplo, o uso de *bots*, *fake news*, desinformação (*disinformation*), má informação (*misinformation*) e *astroturfing*. A seguir, fazemos breves apontamentos sobre as práticas citadas a fim de esclarecer quanto aos conceitos mencionados correlacionando-as ao uso político em eleições.

Bots são contas de perfis de usuários que foram automatizadas, por meio de *softwares*, e programadas para que passem a imitar o comportamento humano e interagir com outros perfis nas redes sociais. Aparentemente, o nome vem do inglês e é uma redução da palavra *robot* (robô em português). A ferramenta traz vantagens ao programador por conseguir iniciar atendimentos de solicitações de pessoas reais e por ser capaz de interagir com diversos usuários simultaneamente, bem como realizar postagens em massa em curtos espaços de tempo.

Em seu estudo, Santini *et al.* (2021) analisaram o desempenho de *bots* programados para interferir nas eleições municipais de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, com atuação na rede social *Twitter*. As autoras definiram metodologicamente uma amostragem com 61 *bots* atuantes no período eleitoral, dividindo-os em três categorias: *bots* gerados por usuários (perfis automatizados que atuavam na busca por promoções em programas de telefonia celular); os *spambots* de mídia (perfis programados para compartilhar *links* de mídias ou *sites* externos à rede social) e *bots* políticos (perfis especializados em interagir e gerar conteúdos políticos eleitorais). As autoras ainda subdividiram a categoria “*bots* políticos” em duas: ativistas (que mimetiza militantes de base) e agentes provocadores (postam discursos com incitação emocional). As autoras sugerem que a maioria dos *bots* foi programada para favorecer o candidato Flávio Bolsonaro e todos os demais membros do clã, apresentando indícios de que, já naquele ano (2016), a ação dos *bots* aparentava uma preparação das bases nas redes sociais para a candidatura presidencial de Jair Bolsonaro. (Santini *et al.*, 2021)

Broda e Strömbäck (2024) conduziram um estudo que realizou uma revisão de literatura sobre os usos dos conceitos *disinformation*, *misinformation* e *fake news* em estudos acadêmicos de diversas áreas. Segundo os autores há um relativo consenso na literatura da área que sustenta que a democratização do acesso à informação gera cidadãos mais comprometidos politicamente e com maior aceitação das normas democráticas. De modo que diversos estudos

se debruçam a investigar o quanto as pessoas compreendem sobre questões de política e sociedade. Para os autores, uma percepção errônea neste campo de estudos é concluir que os cidadãos despolitizados são desinformados, interpretando que uma visão deturpada dos fatos se deve a ausência de informações sobre o mesmo. A falta de esclarecimento pode se dar mesmo em indivíduos informados, de modo que o desentendimento não se dá por estarem desinformadas, mas sim pela mal informadas, o que vem gerando cada vez mais empenho de pesquisadores para elucidar este fenômeno.

Pessoas mal informadas diferem das desinformadas, pois no segundo caso as conclusões falhas diante de uma pergunta geram respostas desconstruídas e pouca aproveitáveis estatisticamente. Em contrapartida, no primeiro caso as pessoas podem compartilhar uma crença e gerar um padrão estatístico de uma informação falha, que pode afetar a distribuição da opinião coletiva, impactando em diversos campos, inclusive nos resultados eleitorais. Os mecanismos psicológicos que regem a *disinformation* e a *misinformation* diferem, enquanto a primeira pode se dar pela falta de interesse e de atenção em um determinado assunto, a última se dá pela criação de crenças e convicções, quase sempre, geradas pela exposição a informações falsas e enganosas, quando esses indivíduos têm uma propensão em acreditar em tais informações. Quanto às *fake news*, os autores apontam a falta de consenso quanto à definição, mas apontam duas mais utilizadas: uma usada por críticos da grande imprensa para minar sua credibilidade; a outra se refere ao disparo de notícias forjadas, com um verniz de notícia oficial. (Broda; Strömbäck, 2024).

Já o *astroturfing* é uma prática relativamente comum no ambiente digital, que é definida por Santini *et al.* (2021) da seguinte forma “indica ação falsa patrocinada por grupos ou corporações para apoiar discursos a seu favor ou para criticar adversários”. Esta prática envolve todos os outros conceitos acima discutidos, no qual um grupo de interesse orquestra uma movimentação massiva nas redes sociais, travestida de movimento orgânico, levantando, artificialmente, uma discussão que pode ser incorporada aos assuntos discutidos por pessoas reais.

Diante dos fatos expostos é inegável a importância das mídias digitais em campanhas eleitorais, pois,

Informação e poder computacional tornaram-se essenciais para o sucesso nas campanhas eleitorais: as vitórias passaram a depender da qualidade e quantidade de dados, da capacidade de processamento de informação e das estratégias de disseminação de mensagens extremamente segmentadas, chamadas de *microtargeting* (PENNEY, 2017). As campanhas políticas contemporâneas dependem fundamentalmente das estratégias digitais, como por exemplo: o uso de plataformas

para arrecadar recursos de campanha, o engajamento de voluntários nas redes sociais, o monitoramento de outros candidatos e a coleta de dados sobre o perfil do eleitorado. (Santini *et al.*, 2021)

Nesse sentido, Ruediger (2017) denuncia os riscos para a democracia causados por robôs impulsionadores de conteúdo (*bots*) em redes sociais nas eleições. Da mesma forma, Barreto Junior e Venturi Junior (2020) descrevem um ambiente político propício ao sentimento de antipolítica e a estratégia comunicacional do disparo de *fake news* como fatores preponderantes à eleição de Bolsonaro. Michalski e Paula (2019) descrevem a ação de *bots* nas discussões políticas da rede social Twitter. Dourado (2020) afirma que o uso de *bots* é feito em conjunto com perfis gerenciados por pessoas, que se aproveitam da grande quantidade de perfis interconectados para pulverizar *fake news* e que Bolsonaro foi o candidato mais beneficiado com essa prática.

O fenômeno denominado *fake news* vem gerando debates na comunidade acadêmica e na imprensa, contudo, consideramos que este é apenas um dos frutos, notadamente o mais apelativo, de todo um ecossistema informacional. Apesar da estranheza causada ao se deparar com pessoas que defendem abertamente discursos conspiracionistas, não devemos nos deter neste que seria o *output* do sistema, mas sim nos concentrar para entender todo o funcionamento deste sistema e como *smartphones* e grupos de *WhatsApp* tiveram tanta influência, em um processo eleitoral, e quais as ações a sociedade deve tomar em função dessa nova realidade.

Analisando o comportamento de grupos de redes sociais, durante o período eleitoral de 2018, Santos et al. (2019) monitoraram a atividade de 90 grupos do *WhatsApp* durante os cinco meses anteriores às eleições e concluem que a criptografia de ponta a ponta limita a possibilidade de fiscalização de conteúdos enganosos. Poucas pessoas administram vários grupos e os interconectam, além disso a estrutura de limitação de usuários por grupos e a possibilidade de exclusão de críticos por parte de administradores criam laços fortes entre os integrantes e um ambiente fértil para desinformação com baixo nível de rastreamento.

Diante do que foi exposto e embasado em fatos noticiados (Mello, 2018) é notório o papel das mídias digitais nos resultados eleitorais, principalmente o aplicativo de mensagens *WhatsApp*, potencializado pelo crescimento do acesso à internet por aparelhos *smartphones* (IBGE, 2019)

Considerando o que afirma Gonçalves (2021), que há desalinhamentos entre a produção acadêmica em Geografia Eleitoral brasileira e a internacional cujo “[...] maior desalinhamento é a ausência de conexão com a Geografia Humana” sendo “[...] um desalinhamento secundário [...] o de explorações de novos fenômenos espaciais como a

gentrificação e as novas direitas e extremas-direitas” (p. 76-77) e a obra de Santos (2006) que “[...] considera que a essa disciplina [geografia] cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço” (p. 39), nossa proposta de pesquisa visa analisar os efeitos da mudança no sistema de técnicas que afetou as campanhas eleitorais de 2018, sobretudo o 1º turno, pelo conceito de espaço, o qual Santos (2006) define como sendo “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (p. 39).

Dessa forma questiona-se: considerando a importância das mídias digitais, nas campanhas eleitorais, há relação entre a distribuição espacial da rede de telefonia móvel e acesso à internet, com a guinada ideológica à extrema direita do voto nas eleições presidenciais, no período em destaque? Houve, de fato, uma guinada ideológica e uma mudança na geografia do voto na eleição de 2018? É preciso salientar que no espaço se imprimem um sistema de ações sobre um sistema de objetos (Santos, 2008) e que o ciberespaço comunga de elementos materiais e imateriais alterando qualitativamente o espaço da produção, da circulação, da comunicação e do exercício da política (Israel, 2019).

Posto isso, trabalha-se com a hipótese de que nas regiões de zona luminosa (Santos, 2008) nas quais a estrutura de telefonia celular e internet é mais densa, candidatos que priorizaram a campanha digital, beneficiada por flexibilizações nas legislações eleitoral e comunicacional, exerceram maior influência na decisão do voto, uma vez que permite expandir seu tempo de exposição com reduzidos mecanismos de fiscalização do conteúdo veiculado. Considerando tal hipótese, nosso objetivo geral é analisar, comparativamente, a relação entre a estrutura de telecomunicações em telefonia móvel e internet, no território brasileiro, e a distribuição espacial de votos do 1º turno da eleição presidencial de 2018.

A dissertação será composta por cinco capítulos começando com a presente introdução, na qual tratamos o assunto em linhas gerais, apresentando a problemática e a justificativa para a pesquisa. Em resumo, um apanhado das ideias que serão discutidas pormenorizadamente nos capítulos posteriores. No segundo capítulo denominado “Os parâmetros metodológicos para a abordagem do fenômeno” elaboramos os procedimentos metodológicos que guiaram a análise do objeto, sendo uma pesquisa com uma fase qualitativa, de pesquisa bibliográfica e documental, e uma fase quantitativa com análises de descrição espacial pelo programa GeoDA e elaboração de gráficos. Em seguida apresentamos o diálogo teórico que nos levou à escolha do município como as menores unidades da investigação, da escala nacional, e questões sobre a totalidade e historicidade que embasaram nossas escolhas.

O terceiro capítulo denominado “Espaço e voto: para entender a geografia do comportamento eleitoral” explora todo o referencial teórico. Iniciamos por um levantamento dos métodos e objetos de estudo da geografia eleitoral e fazemos um esforço sistematizador das diferentes correntes que construíram a subdisciplina, ao longo dos seus mais de cem anos de história, localizando em qual destas correntes se localiza a presente pesquisa. Desta investigação surge a principal contribuição teórica do presente estudo, o uso do conceito de contexto geográfico de John Agnew. Em seguida, fazemos um diálogo possível da obra de Agnew com as ideias de Milton Santos que, ao nosso ver, trazem mais subsídios para a investigação, tendo em vista uma mera opção conceitual dos autores.

O quarto capítulo denominado “Análise empírica do 1º turno da eleição presidencial de 2018 no Brasil” descreve nossa análise do objeto, divididos em três partes: a primeira contendo o contexto histórico em que se deu a mudança do sistema de técnicas em campanhas eleitorais, com uma descrição das mudanças que o sistema de técnicas digitais trouxe ao comportamento eleitoral e os novos usos nas campanhas digitais que levaram à ascensão da extrema direita e sua relação com os meios de comunicação digitais. Na segunda há um esforço para caracterizar as diferenças nos perfis de municípios que elegeram Bolsonaro, ligando às características de acessibilidade dos mesmos, por meio de análise de dados através da comparação dos resultados do 1º turno da eleição presidencial de 2018, culminando com a elaboração de mapas, tabelas e gráficos a partir de fontes secundárias do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Na terceira parte identificamos o perfil do acesso às técnicas digitais da população e como a campanha Bolsonaro se valeu destas características em seu favor. Para isso analisamos dados de diversas fontes secundárias, como pesquisa TIC Domicílios, pesquisa PNAD Contínua, dados do Conexis Brasil Digital, plataforma painel de Dados da ANATEL, pesquisa de opinião Uso de Redes Sociais, de autoria do Datafolha e encomendada pela Folha de São Paulo e TV Globo; e do relatório Os Vetores da Comunicação Política em Aplicativos de Mensagens, da InternetLAB e Rede Conhecimento Social.

No quinto e último capítulo apresentamos as reflexões a que chegamos no final desta investigação, apontando caminhos possíveis para pesquisas futuras em um campo ainda pouco explorado, mas de uma emergência visível.

2 OS PARÂMETROS METODOLÓGICOS PARA ABORDAGEM DO FENÔMENO

Neste capítulo objetivamos descrever os caminhos teóricos que nos levaram às escolhas como: o período temporal para a análise do objeto, o pleito eleitoral, a escala nacional, ao nível municipal dos dados agregados e propostas de solução para algumas lacunas que, do nosso ponto de vista, apresentava o conceito chave que direcionou nossa pesquisa, o contexto geográfico. A proposta de solução aqui apresentada visa nortear a investigação desta pesquisa, apenas, dialogando com obras de outros autores e escolas de pensamento.

2.1 INTRODUÇÃO

A escolha pelo 1º turno da eleição presidencial de 2018 se deve ao fato de ser a eleição em que mais se evidenciou o sistema de técnicas digitais nas campanhas e no resultado eleitoral. Embora um sistema de técnicas nunca substituiu por completo o sistema antigo (Santos, 2008) foi nesta eleição que se sobrepôs a campanha digital sobre a campanha de cadeias de televisão e rádio. No campo ideológico da direita, a campanha Bolsonaro alcançou uma larga maioria já no primeiro pleito. A influência da campanha digital no 1º turno se evidencia porque o candidato Bolsonaro possuía apenas 8 segundos de televisão, enquanto no segundo turno as regras eleitorais preveem a igualdade de tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na televisão e rádio.

Cesar e Santos (2021) demonstram em seu estudo, como a televisão teve um importante papel nas campanhas eleitorais do pós-redemocratização:

A preocupação com a imagem, o papel das pesquisas de opinião e de uma dramaturgia política baseada na lógica publicitária fortemente centrada na televisão, no entanto, foram aspectos marcantes da campanha de 1989, que se acentuaram nos anos 1990-2000. Essa atmosfera ressalta ainda a importante posição que os profissionais de comunicação passam a ocupar na esfera política. O trabalho destes atores se mostra ainda mais relevante considerando que o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) adquire um novo status e se torna uma vitrine essencial para os candidatos nessa época. (Cesar; Santos, 2021, p. 171).

As autoras prosseguem na descrição do cenário das campanhas eleitorais dos anos 2000 com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, após uma década de hegemonia dos partidos de direita. “Mas se as campanhas profissionais encontraram na direita um terreno propício ao seu desenvolvimento, foi a vitória da esquerda, com a eleição de Lula à presidência

em 2002, que coroou a preeminência da lógica publicitária da comunicação política eleitoral no Brasil.” (Cesar; Santos, 2021, p. 172). Concluem afirmando

A entrada do digital no espaço público brasileiro vai progressivamente reconfigurar este cenário, com as campanhas se estruturando, a partir de então, em torno de dois eixos principais: as estratégias televisuais, em que o HGPE e os debates televisivos continuam sendo momentos chave, e as estratégias digitais, visto que a esfera digital amplia o território a ser ocupado e, se possível, conquistado pelos candidatos. As eleições presidenciais de 2010, de 2014 e, principalmente, a de 2018 ilustram a evolução dos formatos das campanhas, das dinâmicas do espaço público político bem como dos papéis dos assessores nas equipes de comunicação. (Cesar; Santos, 2021, p. 173).

A partir de 2010 há a entrada gradual deste novo instrumento nas campanhas eleitorais, as estratégias digitais, que vinham ocupando um papel complementar, pois ainda se sagravam vitoriosas as campanhas com maior tempo de HGPE. Contudo, o ano de 2018 apresentou um cenário radicalmente diferente, com ampla divulgação de uma campanha com um tempo mínimo de HGPE. Assim, neste capítulo abordaremos os aspectos teóricos e práticos que utilizamos para a abordagem do fenômeno, iniciando por uma discussão quanto à escala, totalidade e historicidade; em seguida descrevemos os motivos para a escolha pelos processos eleitorais e para o período indicado.

Para atingir esse objetivo faremos uma abstração (Netto, 2011) da realidade em análise, usando como estudo empírico a eleição supracitada. Embasados no conceito meio técnico-científico-informacional (Santos, 2008) analisaremos as mudanças do sistema de técnicas que influenciou as campanhas eleitorais no período. Conjuntamente à teorização realizaremos pesquisas bibliográfica e documental (Gil, 2008) nas bases de dados do TSE, Painel de dados da ANATEL, PNAD Contínua do IBGE e relatórios do Comitê Gestor da Internet no Brasil (PONTO BR), outras pesquisas de uso de redes sociais virtuais, com intuito de fazer um comparativo da distribuição espacial de votos, entre as eleições, para relacioná-los com a distribuição espacial da infraestrutura de telecomunicações e da densidade de acessos das técnicas digitais. Para o tratamento e apresentação dos dados utilizamos a elaboração de gráficos, tabelas e mapas coropléticos (Junckes *et al.*, 2021).

2.2 O CONTEXTO GEOGRÁFICO NESTA PESQUISA: UM CAMINHO PARA A TEORIZAÇÃO

Propomos um enfoque teórico para explicar o comportamento eleitoral da eleição presidencial brasileira de 2018. Entretanto, diferentemente de Agnew (2002), que se inspira nos

estudos de Charles Taylor da escola de pensamento multiculturalista, elaborando a ideia de lugar como reflexo das diferentes identidades e do conceito de agências humanas na formação e transformação dos lugares;² nossa argumentação se apoia em autores da escola de pensamento materialista histórico dialético, com contribuições de autores de escolas diversas e parte das influências causadas pela mudança no sistema de técnicas nas relações sociais e no comportamento eleitoral. Assim como Agnew foca sua análise no conceito de lugar, neste estudo, partimos dos estudos de Milton Santos e de seu conceito de meio técnico-científico-informacional.

A pesquisa seguiu a perspectiva de Castro (2005) sobre as dimensões espaciais dos sistemas de votação. Para a autora “[...] a análise dos sistemas eleitorais, [...] deve considerar o papel desempenhado pela organização do espaço e seus constrangimentos, ou rugosidades.” (2005, p. 148). Por meio de Castro (2005) é possível concluir que a mera análise cartográfica não é suficiente, pois a esta “[...] devem ser incorporados outros [princípios], como conflitos e interesses territorialmente ancorados.” (Castro, 2005, p. 148).

Para isso, Castro (2005) elenca duas questões importantes para a Geografia Eleitoral: i) o estudo dos sistemas eleitorais que melhor que se adaptem a uma realidade em estudo e ii) a interpretação do voto. O estudo atual se deterá na segunda, que é assim definida pela autora “[...] a interpretação do voto, ou seja, a tentativa de compreensão das escolhas dos eleitores a partir das mediações sociais e territoriais daquilo que se supõe afetar essas escolhas.” (Castro, 2005, p. 150). De acordo com a autora, na Geografia Eleitoral há quatro efeitos importantes relacionados à possibilidade de o espaço influenciar na decisão do voto:

- a) O efeito dos amigos e vizinhos, no qual o candidato tem desempenho melhor no seu local de nascimento ou na comunidade étnica ou religiosa à qual o candidato tenha identificação;
- b) O efeito de proteção local, quando há temáticas na eleição que são mais sensíveis em algumas regiões do que em outras;
- c) Efeitos da campanha eleitoral, em que há áreas que sofrem mais influência da campanha do que nas demais e,
- d) Efeito de vizinhança, explica o porquê regiões ou áreas tendem a votar de forma semelhante.

No presente caso, pretende-se estudar o terceiro efeito relacionado à campanha eleitoral. Estes efeitos “[...] podem ser mais sensíveis em uma área do que em outras. Na

2 Para melhor compreensão de agência humana consultar TAYLOR, C. What is human agency? *In*: TAYLOR, C. **Human agency and language**: philosophical Papers. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Vol. 1, chapter 1, p. 15-44.

realidade, trata-se aqui das estratégias dos partidos e dos candidatos de selecionar temas e plataformas dirigidas a eleitores de redutos eleitorais específicos.” (Castro, 2005, p. 161).

Uma lacuna deixada pelo modelo de Agnew é que, embora o autor defenda uma proposta de teorização para explicar o objeto de pesquisa, o mesmo não desenvolve como se dará o caminho a percorrer para se alcançar esse objetivo. *Place and politics in modern Italy* é um livro que demonstra esse trajeto empiricamente, apenas, sem se estabelecer um marco teórico claro. Para suprir esse hiato propomos os estudos desenvolvidos por Milton Santos na obra Espaço e método.

Além dos “Elementos do espaço” propomos a utilização da análise a partir das categorias de forma, função, estrutura e processo definidas por Santos (2020) para uma análise do contexto espacial. O autor considera as formas como os objetos visíveis da criação humana, materiais ou não, que constroem o espaço. Essas realizações humanas seguem comandos ditados pela sociedade em que estão inseridas, de acordo com as necessidades impostas em determinado tempo histórico, logo, às formas se seguem conteúdos representados pela função, processo e estrutura. Funções são as ações que a sociedade estabelece para as formas, essas funcionalidades mudam de acordo com o processo, ou seja, o conjunto de acontecimentos históricos que permitem novas significações aos elementos do espaço, que por sua vez, está submetida a uma estrutura, uma formação socioespacial complexa, abrangendo sua cultura, políticas, aspectos econômicos e etc., em outras palavras, a sociedade.

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o *Dicionário Webster*, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a interrelação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (Santos, 2020, p. 69, grifos do autor).

Assim, para nosso objeto de estudo podemos considerar a forma como a estrutura de telecomunicações do território brasileiro, sobretudo as antenas de telefonia e os acessos à internet, bem como o uso de televisores, *smartphones* e computadores. A função, para o nosso caso específico, seriam as campanhas eleitorais, desde as campanhas com investimento pesado nas propagandas de televisão e rádio, até as campanhas digitais. Consideramos a estrutura como a totalidade da nação com suas leis na área de telecomunicações e eleitorais, a distribuição desigual das redes de telefonia e acesso à internet, os aspectos políticos partidários e o comportamento eleitoral. Por fim, o processo abarca o cenário de liberalização ocorrido no país

desde a década de 1990 com as privatizações de vários setores estatais e os reflexos de uma cultura da individualidade no comportamento da população. Ademais, devido à proximidade histórica do fenômeno observado e da pouca quantidade de estudos no campo da geografia eleitoral, nos permitimos exercer o exploratório, tendo em vista explicar uma realidade nova que muitos dos autores citados não tiveram a oportunidade de experienciar.

2.3 A ESCALA NACIONAL COMO ESPAÇO DE ANÁLISE

Esta seção abordará a argumentação que levou à escolha da escala nacional para análise do objeto de estudo desta pesquisa: o impacto das técnicas digitais sobre a influência do contexto geográfico no 1º turno da eleição presidencial brasileira de 2018. Evidentemente, há motivos estritamente funcionais, pois os dados agregados por municípios, quando apresentados cartograficamente, permitem uma melhor comparação visual entre a distribuição espacial de votos e a densidade de acessos à internet, além da facilidade para se observar a distribuição desigual pelo país. Permitem também a análise da descrição espacial, por meio do condicionamento de variáveis e razão de chance. Contudo, para além dessa perspectiva utilitarista, também embasamos em razões teórico-conceituais para a sua abordagem, nos amparando nos conceitos de totalidade e historicidade, além da discussão a respeito de escala geográfica.

Utilizamos o conceito escala geográfica para diferenciá-lo de escala cartográfica. Enquanto o último trata a discussão no campo de relações matemáticas para a melhor representação de uma realidade tratada de forma estática, o primeiro desemboca por discussões mais complexas e heterogêneas, propondo métodos para abordar relações socioculturais em constante movimento. Analisando a discussão contemporânea sobre o tema Grandi (2022) afirma que o ponto de partida para o entendimento da questão é “[...] reconhecer a escala geográfica como um instrumento teórico-conceitual vinculado diretamente à questão mais ampla das relações entre partes e totalidades – ou, em outros termos, entre processos e compreensões ‘macro’ e ‘micro’.” (p. 1-2).

Passados mais de 70 anos desde o princípio das elaborações teórico-conceituais da escala geográfica na disciplina geografia, as diversas perspectivas dos intelectuais deixaram como legado, além da completa distinção entre as escalas geográfica e cartográfica, a necessidade de que os pesquisadores do campo geográfico explicitem as motivações que os levaram à escolha da escala de análise de suas pesquisas (Grandi, 2022), ou como sintetiza o autor,

Mais do que compreender a escala geográfica como um conceito, portanto, é crucial compreendê-la como um dos componentes presentes nas respostas elaboradas à questão de como dividir o espaço em partes e, concomitantemente, articular tais parcelas em totalidades espaciais. Este é o problema fundamental que caracteriza a *dimensão escalar* da espacialidade – cujas distintas respostas constituem o que se entende por *escalaridades*, formas sócio-histórico-espacialmente situadas de compartimentar o espaço e articulá-lo em totalidades construídas pelas relações conflituosas que caracterizam cada contexto histórico, social e espacial. As escalas geográficas resultam dos processos responsáveis por compartimentar o espaço visando as atividades tanto de reflexão quanto de ação sobre ele. (Grandi, 2022, p. 5, grifos do autor)

Melazzo e Castro (2007) constroem sua argumentação a partir do conceito de escala geográfica elaborado por Neil Smith e sua teoria do desenvolvimento desigual. Esta teoria explica o funcionamento do modo de produção capitalista tendo o espaço introjetado na análise. Ao afirmar que o capital produz espaços desiguais, porém com alto nível de submissão e integração a espaços de poder – em concordância com a dinâmica do modo de produção capitalista –, Smith desloca o conceito de escala dando-lhe uma perspectiva em que é entendida em conjunto com uma teoria (a do desenvolvimento desigual), servindo para melhor compreensão do espaço produto do capital, que é cada vez mais integrado e hierarquizado.

Ou seja, a dinâmica do capital cria um espaço-economia cada vez mais integrado e organizado e esta integração e organização só pode ser compreendida através das escalas geográficas. As escalas são assim, produtos do capital, instâncias de concretização e de negação de seus movimentos internos. São diferenciações do espaço produzidas e necessárias ao capital para superar momentaneamente suas contradições. (Melazzo; Castro, 2007, p. 139).

Os autores prosseguem,

Resumindo, as escalas geográficas aparecem aqui simultaneamente como conceito e como realidade produzida pelo capital. Como conceito, a escala geográfica nada mais é que a apreensão [*sic*] das contradições geográficas do capital em seu movimento. Como realidade produzida, as escalas expressam a diferenciação do espaço geográfico, que nada mais é que a diferenciação social produzida pelo capital. (Melazzo; Castro, 2007, p. 139–140).

Assumindo o fato de que podemos entender as escalas como produzidas socialmente e, assim como o espaço, estão em constante movimento, elas se tornam “[...] instrumento teórico para se apreender as diferenças espaciais e como lugar da luta política.” (Melazzo; Castro, 2007, p. 140). Dessa forma, a escolha da escala de análise de um fenômeno constitui um dos pontos de partida da pesquisa em geografia. Evidentemente, essa decisão não deve ser arbitrada ao largo de embasamento teórico, pois

A proposição aqui é que refletir sobre a escala na geografia é necessariamente tomar o fenômeno e sua extensão espacial, independente do ator responsável por ele, considerando que este é o problema central para qualquer pesquisa na disciplina. O recurso de pensar a escala permite analisar o fenômeno a partir da medida da sua significância, isto é, da extensão que lhe dá sentido. Deixando claro que para a pesquisa nem o fenômeno, nem a escala de análise são dados da natureza, mas escolhas intelectuais fortemente influenciadas pelas matrizes teóricas dos pesquisadores e pelos seus contextos sociais. Na realidade, trata-se de tentar estabelecer uma distinção metodológica entre realidade e objeto de conhecimento, a primeira pode ser considerada “tudo que é” e o segundo é a parte concebida do real. (Castro, 2014, p. 88).

Partindo desse pressuposto e considerando o fenômeno distribuição espacial de votos como objeto de estudo, entendemos ser conveniente o uso das divisões institucionais do território brasileiro, tendo em vista que os dados disponibilizados pelo TSE obedecem a uma classificação por município ou zona eleitoral. Cabe mencionar que a escolha pela escala prima por uma melhor visibilidade do fenômeno e suas possibilidades são infinitas, devendo o pesquisador optar pelo que mais se aproxime das necessidades do seu estudo (Castro, 2014).

Definir as escalas local, regional, nacional e global como recortes significativos, não obedece a qualquer formalismo restritivo das possibilidades heurísticas da análise de quaisquer fenômenos nessas escalas, mas apenas considerar os recortes significativos do fato político institucional, do modo como ele tem sido vivenciado desde que os romanos organizaram seus territórios de ação e desde que o estado moderno impôs-se como modelo de organização das estruturas de poder no território. Subestimar essas escalas como definidoras de recortes territoriais de importante conteúdo sociopolítico porque se é contra o modelo estado e suas instituições é, no mínimo, ingênuo. Queira ou não a realidade está lá, como bem destacou Merleau-Ponty (1964), e mesmo os espíritos revolucionários mais aguerridos estão, na sua vida real cotidiana, submetidos a ela. (2014, p. 91).

Entendemos que a escolha da escala mais adequada ao objeto de pesquisa ultrapassa os limites de um mero procedimento metodológico. Reflexões acerca da escalaridade buscam “[...] explicitar o caráter político das escalas geográficas” (Grandi, 2022, p. 5), sendo a escalaridade definida como,

um conjunto de ações que ao mesmo tempo reparam e organizam o mundo [...], motivando um colapso escalar que amalgama em cada recorte espacial os processos próximos e distantes e, portanto, afirma a dimensão escalar como uma das dimensões da espacialidade que define os horizontes de possibilidades das ações políticas e que viabiliza questionamentos sobre as configurações dominantes e alternativas das relações de poder. Por isso, a ênfase em seu caráter de construção social e política deve ser acompanhada pelo olhar atento à sua historicidade e posicionalidade em termos sociais, históricos e espaciais das quais se originam e nas quais se inserem [...]. Tal atenção autoriza compreender as escalaridades como construções sócio-históricas situadas e profundamente políticas. Aproveitar os debates recentes para reconhecer a importância da dimensão escalar da sociedade na construção e instituição das formas

como o mundo é dividido e articulado e, portanto, sua influência sobre as concepções que motivam as ações sobre a realidade permite avançar em relação ao reconhecimento da escala geográfica como um artifício de apreensão do real. (Grandi, 2022, p. 5-6).

Após a definição da divisão institucional para a análise, ainda resta definir a abrangência do fenômeno, pois a eleição presidencial ocorre em todos os município e zonas eleitorais do país, podendo a investigação se concentrar em algumas regiões chave ou abarcar todo o país. Dessa forma, nos amparamos nos referenciais teóricos por nós aplicados na construção desta pesquisa que sugerem a adoção da escala nacional, para análise devido aos conceitos de totalidade e historicidade.

2.4 A TOTALIDADE E HISTORICIDADE COMO PRESSUPOSTO DE ANÁLISE

2.4.1 A totalidade na investigação do objeto

Sabe-se que o conceito de totalidade é caro ao pensamento marxiano, de modo que não poderíamos nos furtar de sua aplicação. Netto (2011) descreve, em sua obra, as bases da corrente de pensamento marxista, cuja importância da totalidade é mister na investigação. Segundo o autor, Marx desenvolveu sua teoria se contrapondo à obra hegeliana, onde a realidade se origina no pensamento. Para Marx o real existe independentemente das ideias e se apresenta como um todo caótico, cabe ao pesquisador captar o processo de movimento do real através de teorizações (reprodução ideal / abstrações) de modo que possa compreender esse todo caótico, através de categorias transitórias próprias de um momento histórico. A esse todo caótico que se apresenta na realidade concreta se denomina totalidade e é tendo-a em vista que o pesquisador deve conduzir sua investigação, pois embora a totalidade seja composta por unidades aparentemente autônomas, seu processo não se dá em isolamento (Netto, 2011). Nas palavras do autor, “[...] para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um ‘todo’ constituído por ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade” (Netto, 2011, p. 56, grifos do autor).

Lukács (1996) ao discorrer sobre a totalidade no pensamento marxiano afirma:

Essa prioridade do todo sobre as partes, do complexo total sobre os complexos singulares que o formam, deve ser considerada absolutamente estabelecida, porque de outro modo - quer se queira quer não - chegar-se-á a extrapolar e tomar autônomas aquelas forças que, na realidade, simplesmente determinam a particularidade de um complexo parcial no interior da totalidade; se elas se tomam forças autônomas, não contidas por nada, permanecem incompreensíveis as contradições e desigualdades do

desenvolvimento que emergem das interrelações dinâmicas entre os complexos singulares e, sobretudo, do lugar destes últimos no interior da totalidade. (Lukács, 1996, p. 4).

De modo que, para o autor, uma investigação que siga os preceitos marxistas,

“[...] deve endereçar-se sempre à totalidade da sociedade, porque apenas nela as categorias revelam a sua verdadeira essência ontológica. Cada complexo parcial certamente tem, como já dissemos muitas vezes, um tipo próprio, específico, de objetividade, que é necessário conhecer para compreender globalmente a sociedade; porém, se estes complexos são considerados de maneira isolada, ou se lhes é dada uma colocação central, é fácil deformar as verdadeiras e grandes linhas do desenvolvimento global. (Lukács, 1996, p. 7).

Ainda que, até o dado momento, tenhamos nos amparados, na maior parte, em autores pertencentes a uma mesma escola de pensamento, existem singularidades quanto à aplicação dos conceitos entre os defensores desta corrente. Deste modo se faz necessário direcionar nossa perspectiva para estudiosos que se dedicaram à interpretação dos mesmos levando em conta especificidades importantes para a presente pesquisa. A área de conhecimento da qual este trabalho faz parte e o local de origem de seus pesquisadores trazem à tona, respectivamente, o entendimento da totalidade para a geografia e para os países subdesenvolvidos. Para este desiderato propomos, a seguir, um diálogo entre as ideias do geógrafo Milton Santos e do filósofo Álvaro Vieira Pinto, sobre a totalidade.

Santos (2014) recupera o conceito marxiano de Formação Econômica Social (FES) para explicar a totalidade. A FES é uma teoria que propõe a explicação do desenvolvimento diferencial entre as sociedades, segundo esta perspectiva os diferentes modos de produção atinentes a cada formação social e suas leis, historicamente determinadas, conformam sociedades distintas, logo, surgem formações sociais caracterizadas por sua produção econômica e social historicamente desenvolvida, isto é, uma Formação Econômica e Social que influencia em todos os aspectos pertinentes a essa sociedade. A novidade trazida por Santos (2014) é a inclusão da categoria “espaço”, pois é onde se dá o trabalho realizado pela humanidade, de modo que o autor propõe uma “Formação Econômica Social e Espacial”. A isso se encaixa a totalidade (Santos, 2014). Na obra *Espaço e Método* o autor afirma,

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considera-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve poder ser operada segundo uma variedade de critérios. (Santos, 2020, p. 15).

Adotamos as contribuições do filósofo Álvaro Vieira Pinto, tendo em vista construir uma argumentação de totalidade mais adaptada à realidade em que se insere nosso objeto de estudo. Os esforços são direcionados a uma reprodução ideal do concreto, historicamente construído como país subdesenvolvido no caso específico do Brasil. De modo que procuramos nos desvencilhar de perspectivas puramente impressionistas ou pessimistas, caracterizadas por Vieira Pinto (2008) como o “vale de lágrimas”, ou seja, uma argumentação que atribui à desigualdade entre as nações e classes, algo natural e imutável. Nosso objetivo consiste em buscar as categorias ideais para o estudo da influência das ferramentas digitais na distribuição espacial de votos da eleição presidencial brasileira de 2018, especificamente na última década, considerando as movimentações similares ocorridas em outras partes do mundo, sem desprezar as características singulares que o fenômeno alcançou no país.

Vieira Pinto trabalha o conceito de totalidade em sua obra *Consciência e Realidade Nacional*, onde se esforça para criar um arcabouço intelectual voltado à formação de uma consciência que explique e ajude a transformar a condição brasileira. Para o autor:

Se a realidade deve ser concebida como processo universal, tal condição exige a unidade de todo acontecer. A simples causalidade, na forma de relação extrínseca de um fato a outro, antecedente, não é suficiente para conduzir à ideia de processo, ainda que multipliquemos à vontade o número dessas relações. Torna-se necessário substituir a noção de séries causais de acontecimentos pela de unidade de relações intrínsecas. Este conceito adquire assim, significado supremo na análise da realidade. A unidade do curso dos acontecimentos é um conceito lógico de validade objetiva, enquanto exprime a condição de toda existência singular. É essa unidade que, traduzida em categoria epistemológica, se apresenta no conceito de totalidade. Significa este não ser possível intentar a apreensão do real senão apreciando o dado parcial à luz da referência do seu ser à unidade do todo que faz parte. (Pinto, 2020, p. 124).

Avaliando a obra *Consciência e Realidade Nacional*, Côrtes (2003) afirma:

Como se pode observar, a totalidade é a categoria nuclear do sistema circular da consciência crítica. Ela indica o ponto de intersecção entre as duas dimensões da estrutura da consciência [...], assegurando a unidade entre a subjetividade, o mundo da consciência, e a objetividade, a nação como mundo envolvente. (Côrtes, 2003, p. 105).

É preciso destacar, de antemão, que há um ponto de divergência nos pensamentos de Milton Santos e Álvaro Vieira Pinto. Embora ambos cheguem a conclusões semelhantes a respeito da adoção da nação ou do Estado-nação como categoria de análise (mais trabalhado adiante nesse texto), os caminhos que percorrem são distintos. Enquanto Santos descreve um todo holístico em que as interações entre as partes reconfiguram e refazem, continuamente, esse

todo, Vieira Pinto é mais próximo ao movimento do universal da filosofia hegeliana, onde o todo se manifesta nos particulares, que se diferenciam entre si num movimento dialético de contradição, constituindo e atualizando o todo.

Para Vieira Pinto a qualidade da análise imbuída de totalidade não está na inclusão do máximo de variantes possíveis – virtualmente inalcançável –, que se correlacionam com o ato ou objeto, mas ter em mente que a melhor compreensão desse ato ou objeto se dá considerando que o mesmo está intrinsicamente ligado a um todo complexo. Em outras palavras, a singularidade de um objeto só é alcançada pelo exercício intelectual, pois este objeto não se encontra isolado no processo da realidade, assim sendo, o autor orienta a considerá-lo pelo “atributo da *parcialidade*”. Tal exercício de abstração é legítimo para a análise, desde que não se desconsidere a necessidade da operação oposta ligando as interações com as demais parcialidades da totalidade (Pinto, 2020).

Em outras palavras, Vieira Pinto considera que o todo é composto por “parciais” que se apresentam à vista como elementos dotados de autonomia. Utilizar esses “parciais” como objeto de estudo não é um erro, sendo inclusive necessário assim proceder, porém eles são partes de um todo e a compreensão exige sua referência. Não apenas das relações causais que porventura os entremeiem, mas também exige a consideração de todo o conjunto de valores que regem uma dada sociedade em um tempo histórico.

Conforme exposto em excerto anterior, procedimento semelhante é proposto por Milton Santos em sua obra *Espaço e Método*, onde o geógrafo propõe essa mesma condição de analisar a unidade sempre tendo como referência a totalidade. Santos (2020) defende que o espaço é o *locus* onde todos os processos se materializam, sintetizando suas múltiplas facetas, tempos e disputas. Assim sendo, pululam espaços desiguais que formam uma realidade complexa e totalizante, logo, cabe ao pesquisador, ao destacar um elemento deste todo para análise, sempre considerar sua posição e dinâmica com a totalidade da qual faz parte.

Tais espaços “de produção”, “de circulação”, “de distribuição”, “de consumo” podem ser analiticamente distinguíveis e analiticamente enxergados, como se dispusessem de uma existência autônoma. Na verdade, porém, seu valor real não é dado de forma independente, mas como um resultado da conjunção de ações, nem sempre perceptíveis a olho nu, pertinentes a cada qual das instâncias produtivas. A análise apenas efetua uma separação lógica, a fim de permitir um melhor conhecimento do real. O espaço, como realidade, é uno e total. [...] A isso se chama a totalidade do espaço. (Santos, 2020, p. 85–86).

Evidentemente, Vieira Pinto não considera a totalidade como uma condição estática, pois se assim o fizesse estaria adentrando ao que ele chama de “pensamento idealista”. Ao

contrário, o autor defende que a sua aplicação siga uma lógica tal qual ocorre na realidade, que é de transformação contínua dialética ou de processo. Além disso, não obedece a limites ou quantificações rígidas para sua caracterização, podendo ser partes de uma totalidade maior, onde a contraposição a esse todo do qual faz parte é que permite sua delimitação.

Dessa forma, utilizar a totalidade como categoria de análise de um aspecto da realidade provoca o pesquisador a definir seus limites de acordo com a exigência de seus atributos. Embora, cada aspecto da realidade esteja entrelaçado a outros maiores e sua dinâmica seja influenciada pela unidade de todos os aspectos, há uma condição limite onde a abordagem dessas relações não é mais importante para explicar um objeto ou ato específico. Pois já ultrapassou tanto a abstração de seus atributos que se torna desnecessário prosseguir no aumento da escala rumo a uma totalidade mais abrangente (Pinto, 2020).

Foi pensando dessa forma que o autor propõe para o seu objeto de estudo – condições básicas para a formação de uma consciência nacional revolucionária – uma referência de totalidade formada pela nação:

Há, no entanto, uma classe de problemas que se apresentam exigindo por franja referencial a totalidade formada pela nação. São os problemas que dizem respeito aos suportes objetivos da sociedade, que afetam, nas suas soluções, o modo de existência do povo, envolvendo a escolha do seu destino histórico. Frequentemente aparecem como de âmbito apenas provincial ou regional; contudo, vistos em sua significação profunda, obrigam a referência à totalidade nacional, porquanto, mesmo mostrando-se ligados a um contorno mais restrito, revelam o nexo desse contorno com o espaço nacional em conjunto. Assim, o problema da estiagem nordestina, a construção de uma estrada de penetração do Oeste, a promoção da triticultura nos estados meridionais não são questões locais senão em primeira instância, mas precisamente ao se apresentarem como temas que dizem respeito à transformação de estruturas regionais, descubrem o enlace entre estas e a totalidade nacional. (Pinto, 2020, p. 131–132).

Procedimento similar realizou Milton Santos em *Da totalidade ao lugar*. Partindo do entendimento da Formação Econômica Social e introduzindo o elemento “espaço” na análise, Santos (2014) propõe que o Estado-Nação representa uma totalidade historicamente formada típica do momento presente da história, com importância para estudos em geografia.

Um Estado-Nação é uma Formação Sócio-Econômica. Um Estado-Nação é uma totalidade. Assim, a unidade geográfica ou espacial de estudo é o Estado-Nação. A “região” não é mais do que uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A “região” não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo. (Santos, 2014, p. 43).

Condição semelhante se dá para o caso do presente estudo, consideramos um erro preliminar atribuir a diferença regional de votação apenas a causas supostamente regionais. Por

exemplo, em geografia eleitoral há estudos que se debruçam quanto à causa do bom desempenho do Partido dos Trabalhadores (PT) em eleições presidenciais na região Nordeste, que apontam como causa principal a implantação do Programa Bolsa Família. Outros que demarcam uma divisão norte/sul nas votações e a contabilizam em razão de desigualdades sociais ou culturais. Avaliamos como equivocadas tais perspectivas, pois consideram as populações regionais em isolamento e aprisionam sua tomada de decisão a medidas imediatistas e livre de quaisquer outras influências que não sejam suas necessidades de sobrevivência.

Diferenças regionais de votação só podem ser compreendidas pela nação como totalidade envolvente (Pinto, 2020) ou como Estado-Nação (Santos, 2014). Haja vista que uma visão dotada de historicidade e processo compreende que desde a formação das regiões até o momento presente, todas estão entrelaçadas e, não raras vezes, o motivo do “atraso” de uma proporciona o “avanço” de outra, *e.g.*, a estiagem nordestina provocando o deslocamento de suas populações e a oferta de mão de obra abundante no Sudeste em meados do séc. XX. Todas as regiões se entrelaçam e reverberam nas demais e é da nação em totalidade que compreendemos seus significados. Ademais, é a própria diferença entre as regiões que traz contornos nítidos a cada uma delas, bem como valores morais que podem irromper em movimentos de segregação, *e.g.* o discurso perpetrado pela extrema direita nacional contra nordestinos *linkando* o comportamento eleitoral da região com a desigualdade econômica. Somente avaliando os resultados eleitorais tendo em vista a nação ou o Estado-Nação como totalidade envolvente é que se percebem as contradições da realidade concreta e as diferentes perspectivas que se sobrepõem e se influenciam mutuamente.

2.4.2 A historicidade na investigação do fenômeno

Estabelecida a ideia de que a distribuição espacial dos resultados eleitorais deve ser analisada tendo como referência a nação ou o Estado-Nação como totalidade envolvente, nos deparamos com o questionamento do porquê não alongarmos para além dos limites da escala nacional e alcançar o nível global. Há diversos indícios de que a estratégia de manipulação da opinião pública para obtenção de êxitos eleitorais, para a extrema direita, utilizando ferramentas digitais, segue semelhantes padrões em diversas partes do mundo, inclusive envolvendo relações com os mesmos grupos de pessoas. O motivo de não prolongarmos a escala reside na temporalidade que se deve incluir à categoria de totalidade, *i.e.* a historicidade.

Santos (2008) trabalha o aspecto do tempo e espaço no que ele denomina “visão holística”. O autor afirma que a apreensão do real é um processo de contradição total/parcial,

cuja essência se dá como em uma unidade totalizante e unificadora de múltiplos microprocessos que percorrem tempos diferentes para em seguida recomporem uma nova totalidade.

“[...] há uma totalidade concreta das coisas e das ações, do mundo em movimento, tal como a geografia descreve e busca explicar. Cada coisa tem um tempo diferente. O acontecer é um encontro de muitas ações num objeto. É o acontecer que tem a vida e existência real. E o acontecer tem a cara própria em cada lugar: uma individualidade é um indivíduo. O acontecer é o todo tornando-se existência. O todo existe através de indivíduos aparentemente separados, mas irmanados no todo que lhes deu origem e no todo que é resultado. O todo se dá realmente, objetivamente, empiricamente através dos acontecimentos particulares que são diferentes. O todo se dá subdividindo-se, porque o acontecer é diferente. O todo múltiplo volta a ser uno no momento seguinte. Já é um outro todo pronto, também, para ser despedaçado. Ele está sempre neste processo de se fazer e se desfazer, sempre, sempre... (Santos, 2008, p. 156–157)

Em *Consciência e Realidade Nacional*, Pinto (2020) adverte que não basta descrever um dado objeto ou ato incluindo a este um espaço de atuação, pois este espaço se deu por meio de um processo de transformações que constituíram aquelas características específicas em um tempo específico, logo, a ideia de espaço e tempo se interpenetram. Ademais, a história da humanidade, enquanto sociedade ou após o processo de hominização, é acompanhada pelo acúmulo das transformações do meio, conduzidas pelas sociedades e seus conjuntos de técnicas, em seu contínuo processo de contradição com a natureza, explicadas pelo conceito de trabalho³ (Pinto, 2005a).

A historicidade também é um tema central para o pensamento de Milton Santos, que descreve haver não apenas a temporalidade que compôs o espaço, mas sim que o espaço comporta múltiplos tempos em coexistência, sendo o espaço o elemento que abriga e sintetiza as contradições e lutas. O autor aponta ser este o objeto de estudo por excelência da geografia.

Pensamos que a simultaneidade dos diversos tempos sobre um pedaço da crosta da Terra é que seja o domínio propriamente dito da geografia. Poderíamos mesmo dizer com certa ênfase, talvez com algum exagero, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas diferentes possibilidades, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo. Esse é um dos problemas mais apaixonantes e difíceis em geografia. O casamento entre o tempo e o espaço se dá porque há, sempre, homens usando o tempo e o espaço. Da mesma forma que não se entende o espaço sem o homem, a noção de tempo também não existe sem o homem. (Santos, 2008, p. 154).

3 Para uma melhor compreensão dos conceitos de técnica e trabalho ao longo da história da humanidade consultar: PINTO, Álvaro Vieira. O ponto de partida para a compreensão da técnica e da influência da mecanização do trabalho. In: PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 1328p. v. I, cap. I, seção 3, p. 49-54.

Mesmo que a realidade concreta seja o palco dos processos em que se dão as atividades humanas, o fato é que a sua existência se dá independentemente dessas ações. A conformação momentânea de um dado espaço é o ponto de partida que também molda o indivíduo. Mas, a partir desse momento, o indivíduo se torna mais um agente transformador do espaço e da história, ou conforme sintetiza Côrtes (2003) sobre a obra *Consciência e Realidade Nacional (CRN)*,

Todo esse processo não deve ser visto como se houvesse simples adição de propriedades mundanas ou históricas a um núcleo identitário já e previamente constituído. Em CRN, não há qualquer possibilidade de se formalizar a categoria historicidade a partir da seguinte equação: a um determinado *self*, soma-se um dado “aqui” ao qual se junta um certo “agora”. [...] Não se trata de um lugar onde a consciência nasce, se faz inteligível e ganha luz sobre si mesma, tal como se fosse uma espécie de ambiente acolhedor, receptivo e propício para o desabrochar de uma consciência pensante. Existir é construir um mundo. [...] E, portanto, a historicidade da realidade tanto guarda a determinação da condição humana como também é palco para a liberdade dos homens. (Côrtes, 2003, p. 207).

Posição semelhante defendem Santos e Elias (2021) para a pesquisa em geografia. Para os autores não basta considerar apenas o lugar ou a mera descrição das estruturas, deve-se imbuir a análise com o movimento histórico que permitiu a formação daquele objeto, pois

A geografia deve preocupar-se com as relações presididas pela história corrente. O geógrafo torna-se um empiricista e está condenado a errar em suas análises se considera somente o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos. O geógrafo seria funcionalista se levasse em conta apenas a função; e estruturalista se apenas indicasse as estruturas, sem reconhecer o seu movimento histórico ou a relação social sem o conhecimento do que a produziu. Impõe-se, na análise, apreender objetos e relações como um todo, e só assim estaremos perto de ser holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade. (Santos; Elias, 2021, p. 63–64).

À totalidade dotada de historicidade Pinto (2020) ainda adiciona uma reflexão sobre a diferença entre ser e estar no mundo, pois se as condições locais e históricas influenciam diretamente na formação da consciência das pessoas, pode-se inferir que estas compõem uma condição *sine qua non* para o ser no mundo, ou seja, é a esta conjugação de fatores que se dará o processo dialético de contradição entre o ser e o meio ao qual está inserido. Entretanto, depreende-se deste fato que se carrega uma relação intrínseca ao ser, o estar, pois há diversidade entre os lugares e os tempos, de modo que um simples deslocamento pelo espaço que compõe o mundo apresentaria condições diferentes para cada indivíduo, logo, um ser no mundo é necessariamente acompanhado por um estar no mundo.

Dessa forma, retomamos o caso da nação como totalidade envolvente. Vivemos em um momento histórico em que a humanidade se compreende como mundo através da intermediação da formação histórica Estado Nação ou simplesmente nação. E é por seu intermédio que podemos participar do conjunto da humanidade, ou nas palavras do autor:

Somos obrigados a buscar esta categoria histórica, a de “nação”, para aplicá-la a definir, em caráter objetivo, o que entendemos por mundo. Não há arbitrariedade neste procedimento. Dissemos que o “estar no mundo”, constitutivo de ser do homem, supõe um “estado de mundo”. Sabendo agora que devemos levar em conta o tempo histórico ao descrever esse “estado”, significa isto que não só é preciso distinguir nesse estado graus qualitativos de desenvolvimento, como ainda é preciso defini-lo pelas categorias históricas segundo as quais, na atualidade, a realidade mundial se nos apresenta. Destas, a mais importante é a “nação”. É fato, do qual não se pode abstrair, que a realidade histórica presente é a de um universo político dividido em nações. (Pinto, 2020, p. 144).

A isso não podemos nos furtar ao estabelecer a escala de análise, pois embora exista movimentação semelhante à ocorrida nas eleições presidenciais brasileiras em outras partes do mundo, nos interessa direcionar a investigação a um tempo e espaço específico, representado pela nação brasileira. E mesmo nos momentos em que incluímos estes acontecimentos em nossas argumentações, o objetivo é descrever como tal movimento se adaptou à realidade nacional, pois a nação é a formação histórica do momento presente que funciona como a condição primária para o pertencimento do indivíduo dentro da totalidade “mundo”. E considerando que o “ser no mundo” está, necessariamente, ligado a um estar no mundo, a nação como totalidade envolvente representa um filtro (fonte de valores e símbolos) que irá direcionar a imagem que seus cidadãos têm do mundo (Pinto, 2020). Nas palavras do autor,

Nas presentes condições históricas nenhum homem pertence ao todo ecumênico, e sim diretamente a uma totalidade restrita, que não somente é o seu envolvente próximo, como se estabelece em condição necessária para a percepção da totalidade. Não teria sentido o que dizemos, se por “mundo” entendêssemos unicamente o espaço físico, povoado de seres, que nos circunda. Vimos que tal ideia implica representar um espaço historicamente configurado. Ora, é justamente ao concebermos a totalidade do ponto de vista histórico que somos remetidos à ideia de nação, pois, conforme mencionamos, esta é a forma atualmente assumida pelo processo político universal. É, portanto, o conceito geral de mundo que nos remete à nação, como à forma concreta e real em que se apresenta a sua essencial historicidade. (Pinto, 2020, p. 147).

Portanto, nos interessa analisar a influência das ferramentas digitais nos resultados do 1º turno da eleição presidencial de 2018. Para tal nos baseamos no conceito de escala geográfica para estabelecer, em âmbito analítico, o recorte necessário para o objeto de estudo da presente pesquisa, que no caso são os resultados a nível nacional, por meio de material cartográfico e análise de dados agregados, tendo em vista os municípios como subunidades dentro desta

totalidade. Amparados em elaborações teóricas em torno dos conceitos de totalidade e historicidade adotamos a nação ou o Estado-Nação como totalidade envolvente.

3 ESPAÇO E VOTO: PARA ENTENDER A GEOGRAFIA DO COMPORTAMENTO ELEITORAL.

O objetivo deste capítulo é apresentar o subcampo denominado Geografia Eleitoral, compartilhado pela Geografia Política e pela Ciência Política, descrevendo o processo de construção da geografia eleitoral como disciplina, os modos como as eleições são estudadas pelos pesquisadores desse campo, sua trajetória e seus métodos. A discussão aqui exposta foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica sobre geografia eleitoral. Boa parte do conteúdo deste capítulo surgiu por meio da leitura de obras acadêmicas levantadas no período inicial de estado da arte. Concluímos classificando a presente pesquisa dentre as diversas correntes de pensamento da Geografia Eleitoral.

3.1 INTRODUÇÃO

Eleições presidenciais são um ponto focal para democracias representativas e são um fenômeno analisado por diversas áreas do conhecimento científico. Embora haja um predomínio da Ciência Política na temática, outras ciências também têm se debruçado para a sua análise, dentre elas a Geografia. Na busca por elucidar qual seria o objeto de estudo da Geografia, Santos (2006) avalia que não há objetos exclusivos de uma ciência, haja visto que a realidade é um contínuo inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Partindo desse entendimento o autor defende que cabe à Geografia “tratar, *geograficamente*, os objetos encontrados” (Santos, 2006, p. 49), ou seja, um mesmo objeto de estudo pode ser avaliado por diferentes ciências, porém cada campo científico fará sua análise a partir de um sistema de conceitos próprio desse campo, que explique o movimento desse objeto na totalidade.

Discorrendo quanto ao objeto de estudo deste projeto de pesquisa (eleições), Castro (2005) afirma que o espaço geográfico é intrinsecamente político, sendo o palco de conflitos entre instituições que competem pela sua regulação e controle. Dessa forma a Geografia se faz importante para “identificar os modos pelos quais a organização do espaço pode afetar a decisão do eleitor. O voto pode, então, ser explicado também pelo espaço. A tradição da geografia eleitoral busca justamente essa compreensão” (Castro, 2005, p. 140). A Geografia Eleitoral é uma subdisciplina da Geografia Política trabalhada por geógrafos desde o princípio do século XX, por meio de temas como: mapeamento dos resultados eleitorais; influência no comportamento eleitoral; aspectos espaciais da representação política e organização das eleições, entre outros (Zolnerkevic, 2018).

Este capítulo é um esforço que visa a elaboração teórica que definirá os critérios de abordagem do objeto de pesquisa. Partindo da caracterização do subcampo da geografia eleitoral, definimos sua área de atuação e a trajetória da subdisciplina, ou seja, como ela foi se constituindo como campo de pesquisa, no mundo e no Brasil. Identificamos as principais correntes teóricas conceituais utilizadas nesse campo, cujo presente estudo está inserido. Em seguida, apresentamos o contexto geográfico desenvolvido por John Agnew e dialogamos com a obra de Milton Santos. Por fim, abordamos o crescimento das campanhas digitais em processos eleitorais, seguido do modelo teórico que utilizamos nesta pesquisa.

3.2 OS CAMINHOS E MÉTODOS DA GEOGRAFIA ELEITORAL

A Geografia Eleitoral é uma subdisciplina dividida entre duas ciências: a geografia política e a ciência política. Em ambas, se dedica à análise da influência da organização do espaço sobre resultados eleitorais. A respeito do campo de pesquisa em geografia eleitoral, Castro (2015) afirma,

Se para a política a democracia é forma de governo, para a geografia o foco desloca-se para os espaços onde ela efetivamente se realiza. Nesta perspectiva um amplo campo de pesquisa se estabelece. O mais antigo e consolidado na disciplina é geografia eleitoral, cujas análises podem ir da escala da urna até a escala nacional, revelando as conexões entre a política e o território, ou seja, entre demandas, conflitos, alocações públicas, sistema eleitoral e a decisão do eleitor. (Castro, 2015, p. 24)

Embora Terron (2009) considere que a subdisciplina remonte ao século XVI nas universidades inglesas e ao início do século XIX nas estadunidenses, a mesma autora entende que a geografia eleitoral, como disciplina autônoma, possui pouco mais de cem anos. A obra que inaugura o novo campo acadêmico data de 1913, *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République* de André Siegfried, publicada na França. Foi o primeiro estudo que propunha interpretar os resultados eleitorais por meio de elementos do espaço. Siegfried relacionou as tendências de votação à esquerda e à direita no oeste da França com características físicas do solo.

Seguindo a tradição determinista da época, que apregoava uma relação entre o ambiente e as características físicas e emocionais das populações que o habitavam, Siegfried elaborou um estudo ligando as preferências políticas a aspectos geológicos do oeste da França, onde os que viviam em terrenos graníticos votavam pela direita, enquanto aqueles que viviam em terrenos calcários pela esquerda. Terron (2009) afirma que o estudo de Siegfried não era

determinista, pois o que o autor fez foi observar o tipo de ocupação referente a cada solo e não uma relação direta entre solo e ideologia. Nos lugares graníticos a ocupação teve caráter rural, baixa densidade demográfica, elitismo e forte influência da igreja católica. Nos calcários havia maior densidade demográfica e menor presença da Igreja (Terron, 2009), ou seja, Siegfried também levou em conta os processos de uso e ocupação do solo, além do fluxo de informações. Vidal de la Blache (1914) ao comentar o trabalho de Siegfried aponta a criatividade do autor no tratamento dos dados, afirmando que “[...] um grande número de gráficos e mapas enriquecem seu texto [...]”⁴ (Blache, 1914, p. 261, tradução nossa) e conclui que seu método é um importante passo para análises em geografia política.

Cinco anos mais tarde, em 1918, o geógrafo estadunidense Carl Sauer publicou o livro *Geography and the gerrymander*, a segunda obra do campo acadêmico da geografia eleitoral. O objetivo de Sauer era propor uma distritalização eleitoral mais adequada para as eleições ao Congresso dos Estados Unidos. Seu estudo combatia uma antiga prática naquele país denominada *gerrymander*⁵, que é a manipulação das divisões espaciais dos distritos com vistas ao favorecimento de uma candidatura. Segundo Cunha e Martins (2017) “O autor [Sauer] demonstrou como os distritos poderiam ser organizados para que houvesse uma melhor representação do eleitorado dentro das instituições políticas, sem que ocorressem vantagens a um recorte territorial em detrimento a outros.” (p. 46). Vale lembrar que nos Estados Unidos os representantes do Congresso disputam suas vagas em distritos, que buscam dividir a população em partes iguais, logo, essa divisão pode influenciar bastante em um sistema eleitoral com dois partidos predominantes, como o estadunidense. As obras de Siegfried e Sauer marcaram o início da geografia eleitoral como campo autônomo na Geografia e na Ciência Política.

Conforme aponta Toledo Junior (2007) o início do compartilhamento da geografia eleitoral entre Geografia e Ciência Política se deu desde o lançamento da primeira obra, *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République* de André Siegfried. Embora Vidal de la Blache (1914) tenha tecido elogios à obra, Toledo Junior (2007) afirma que o autor e mais alguns membros da comunidade acadêmica de geógrafos, consideraram a obra determinista e inconsistente. Apesar da repercussão negativa por parte de geógrafos, a obra de

4 « un grand nombre de graphiques et de cartes enrichissent son texte » (original em francês)

5 De acordo com Tricky (2017) a expressão *gerrymander* é um jargão político originado no princípio do século XIX e muito utilizado nos Estados Unidos, desde que um vice governador do estado de Massachussetts de nome Elbridge Gerry modificou as circunscrições eleitorais para favorecer seu sucessor, o mapa resultante não respeitava os limites dos condados, seu formato sinuoso e longo unia ruas e áreas dispersas onde moravam conhecidos apoiadores de seu partido. Opositores denunciaram a estratégia e um chargista desenhou, sobre os limites do mapa proposto por Gerry, um monstro com garras e cabeça de lagarto, se assemelhava a uma salamandra (em inglês *salamander*), logo, *gerrymander* é a aglutinação das duas palavras.

Siegfried foi bem recebida por cientistas políticos da França, sendo utilizada como referência por pesquisadores no país e até mesmo no exterior. Toledo Junior afirma:

[...] apesar de abandonado pela geografia francesa, Siegfried acaba por ser considerado o pai da ciência política francesa. A cartografia eleitoral era a principal ferramenta utilizada por Siegfried, e também um dos poucos instrumentos de trabalho dos sociólogos até o ano de 1945, quando surgem as pesquisas de opinião. (2007, p. 172)

No Brasil a geografia eleitoral foi introduzida tardiamente, embora alguns estudos da década de 1970 e 1980 utilizaram conceitos da mesma, tal uso foi trabalhado de forma secundária. Estes estudos se concentravam em analisar distritalizações novas para as eleições, com métodos quantitativos. Para Toledo Junior (2007) a primeira obra que abordou a geografia eleitoral no Brasil foi *Geografia Política e Geopolítica* de Wanderley Messias da Costa, de 1992, enquanto o reaparecimento do tema se deu em 2002 na publicação *Território, Lugar e Poder: a expressão territorial do voto no Ceará*, de autoria do grupo de pesquisas coordenado por Maria Adélia Souza. Contudo, para Nogueira (2020) foi só em 2003 que a geografia eleitoral teve início no Brasil, com os livros *Os entraves da democracia no Brasil*, de Barry Ames e a obra *E no início eram as bases – geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*, de Nelson Rojas de Carvalho.

Uma rápida rememoração da história do Brasil sugere o porquê do aparecimento tardio de estudos em geografia eleitoral. Nas primeiras décadas do século XX, quando a geografia eleitoral aparecia como campo acadêmico autônomo na França, Estados Unidos e países da Europa ocidental, o Brasil passava pelo período da República Velha, com eleições limitadas a pequena parcela da população e com dados de difícil acesso. Em seguida, se alternaram décadas ditatoriais (sem eleições) com breves períodos democráticos, até 1985. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a primeira eleição direta, com ampla participação popular no ano seguinte, pode-se vislumbrar um cenário para a geografia eleitoral. A disponibilização pública dos dados eleitorais a partir de 1998 foi mais um passo em direção ao desenvolvimento do campo acadêmico. Desde então, são publicados estudos na área que se utilizam procedimentos metodológicos e perspectivas diversas.

Nesse sentido, Terron (2012) descreve a trajetória da disciplina e suas diferentes correntes, apontando as quatro grandes linhas metodológicas: (i) a representação cartográfica descritiva e estatística de origem na escola francesa; (ii) a de métodos quantitativos espaciais fruto da Geografia teórico-quantitativa (ou do estudo ecológico) oriunda de países de língua inglesa; (iii) a do comportamento individual do eleitor como principal motivo da dinâmica

eleitoral, de origem estadunidense e (iv) a corrente da lógica social do comportamento eleitoral, vinda da literatura estadunidense no bojo do movimento de contestação da Geografia Teorética, investiga os fatores comportamentais que influenciam na decisão do voto relacionando-os ao contexto social-geográfico em que estão inseridos. A autora descreve os enfoques na ordem em que os mesmos surgiram historicamente.

A primeira tipologia já foi descrita anteriormente nos trabalhos de André Siegfried e Carl Sauer, trata-se de análises de dados a partir de mapas. Esta tipologia ainda é amplamente utilizada na geografia eleitoral, não sendo incomum que o material cartográfico resultante seja confundido com a própria subdisciplina. Junckes (2021) aborda várias possibilidades de uso deste método demonstrando como, por vezes, a limitação da cartografia aos limites políticos administrativos dos estados e municípios podem trazer uma interpretação errada do fenômeno, pois a concentração da distribuição populacional pode ser sub-representada e gerar equívocos.

A segunda tipologia é originária do bojo do movimento de análises quantitativas que atingiu as ciências na primeira metade do século XX, denominado enfoque ecológico, que é marcadamente voltado aos métodos matemáticos de análise de estatística de dados eleitorais e sociais agregados. Neste enfoque é a obra de Herbert Tingsten, *Political Behavior* de 1937, a primeira a obter prestígio internacional. Segundo Eldersveld (1951)

Tingsten analisa a relação de sexo, idade, ocupação e residência para a votação, mas as generalizações são difíceis. É preciso reconhecer, por exemplo, conclusões de valor tão duvidoso como a de que a participação na votação é maior nas áreas urbanas do que nas rurais em muitos países, com exceção da Estônia, Bulgária, Suíça e Dinamarca. (p. 77, tradução nossa).⁶

Eldersveld (1951) publicou um denso artigo no qual analisa as metodologias utilizadas por essa corrente metodológica, classificando em seis tipologias os métodos até então utilizados nos estudos da época: (i) estudo exploratório de hipóteses teste, onde o pesquisador propõe uma hipótese, por mero palpite, coleta e ordena informações que comprovem seu ponto de vista; (ii) estudo de caso de apuração em massa, cujo objetivo é investigar muitos aspectos de uma unidade eleitoral sem uma hipótese pré-determinada; (iii) pesquisa estatística comparativa, em que é feita uma tentativa de descrever diferenças nas tendências de comportamento eleitoral em condados, estados ou nações; (iv) estudo de tendência de hipótese única, no qual o investigador,

⁶ “Tingsten analyzes the relationship of sex, age, occupation, and residence to voting, but generalizations are difficult. One is forced to recognize, for example, findings of such dubious value as that voting participation is higher in urban than in rural areas in many countries, with the exception of Estonia, Bulgaria, Switzerland, and Denmark.” (original em inglês)

avanzando em uma única proposição ou uma interpretação de um aspecto do comportamento eleitoral, explora sua validade em um período considerável de eleições e em muitas unidades eleitorais diferentes; (v) análise fatorial de teste de hipóteses, sistematicamente organizada e perseguida, mas aplicada a uma ou algumas situações eleitorais em uma única comunidade e (vi) de tipo de dinâmica comunitária, são estudos de tabulação e registro em massa, mas também geralmente procedem com base em um conjunto definido de hipóteses, mais ou menos intimamente relacionadas. Essa linha metodológica é a mais comum em estudos de geografia eleitoral ainda hoje, sendo comum sua utilização parcial em etapas de outras correntes metodológicas. No Brasil temos exemplos de pesquisas que se utilizam de estatística espacial, econometria espacial e análise geoespacial.

A terceira e a quarta correntes, mais do que descrever e teorizar quanto aos resultados eleitorais, se propõe a explicar o comportamento eleitoral, a diferença é que uma se dedica a uma ênfase psicológica (individual) e outra na ênfase sociológica (coletiva). A terceira corrente se dedica à perspectiva psicológica do eleitor e a primeira obra a ganhar notoriedade foi *The American Voter* em 1960 (Campbell *et al.*, 1960). O método consiste em selecionar perfis de eleitores e investigar na sua trajetória os fatores geradores dos motivos da escolha do voto na eleição presidencial estadunidense, de 1956.

Para os autores “[...] a alternativa teórica do campo é medir a identificação partidária do indivíduo no momento atual, no pressuposto de que esta é uma destilação perfeita de todos os eventos da história de vida do indivíduo que suportaram a forma como ele se relaciona com um partido político.”⁷ (Campbell *et al.*, 1960, p. 34, tradução nossa). Os autores usam a metáfora do funil para explicar sua teoria, onde na abertura menor está o fator que se quer explicar, o comportamento eleitoral do indivíduo, e à medida que se vai aproximando da abertura maior se encontram diversos fatores na história das pessoas que influenciaram sua decisão. Para Campbell *et al.* (1960) cabe ao pesquisador percorrer o caminho do funil por quantas vezes forem necessárias para se obter os fatos relevantes para explicação. Com frequência, as pesquisas dessa linha adotam a aplicação de questionários *survey* como método, seguidos de análises cartográficas e estatísticas.

Finalmente, a quarta corrente ou enfoque social da lógica do comportamento eleitoral, defende o retorno do uso do conceito de espaço, que havia sido secundarizado até então, e expressa o papel dos agentes sociais, instituições e agências na influência do voto sobre uma

⁷ The field theoretical alternative is to measure the individual's party identification at the current time, on the assumption that this is a perfect distillation of all events in the individual's life history that have borne upon the way in which he relates himself to a political party. (original em inglês)

área específica. A primeira obra de referência data de 1969, *The voting decision in a spatial context*, de Kevin Cox. Nessa obra Cox defende o conceito do contexto social de vizinhança. Para Johnston (1986):

A principal fonte do efeito de vizinhança hipotética na literatura da ciência espacial foi um artigo de revisão de Cox (1969c) sobre "A decisão de voto em um contexto espacial". Ele identificou o agrupamento espacial de eleitores para determinados partidos ou candidatos e sugeriu, seguindo o trabalho clássico de Hägerstrand (1967), que tais "regularidades espaciais transmitem uma forte sugestão de contágio espacial" (página 85). A partir daí, ele assumiu a existência de tal contágio e apresentou sua tarefa como um relato válido para o mesmo. Ele retratou o comportamento de voto individual como influenciado pelas informações e sugestões dominantes na área de residência do eleitor (página 97) e sugeriu que isto poderia ser contabilizado relacionando a decisão de voto dos indivíduos em sua localização em uma rede de fluxo de informações (página 112).⁸ (p. 43, tradução nossa).

A partir de mapas dos resultados eleitorais do País de Gales, Cox identificou *clusters* ou áreas independentes com um padrão aglomerado de votação em um mesmo partido. Com isso avaliou as possíveis fontes dos fluxos de informações utilizadas pela população na decisão do voto. Como resultado, seu estudo demonstra uma diferença entre as áreas rurais do País de Gales, dominadas pelo partido liberal tendo como fonte de informações as igrejas contrárias ao poder da nobreza, em contraste com a zona urbana, dominada pelo partido socialista onde os sindicatos de trabalhadores das minas de carvão exerciam considerável influência no fluxo de informações (Johnston, 1986). Essa corrente nasceu do movimento de contestação da Geografia teórico quantitativa e, no início, teve influência do marxismo. Os pesquisadores dessa linha costumam adotar métodos mistos, qualitativos e quantitativos, em suas análises.

Wusten e Mamadouh (2014) classificam esse campo da Geografia eleitoral como estudos de efeitos de contexto no comportamento eleitoral. Os autores consideram como marcos para essa linha os trabalhos de três pesquisadores: Kevin Cox, Ron Johnston e John Agnew. O primeiro artigo de Johnston na área é um capítulo do livro escrito em conjunto com Taylor de 1979, *Geography of elections*, intitulado *Geographical influences on voting*, e foca sua análise nos efeitos do lugar sobre os eleitores (Wusten; Mamadouh, 2014). Já Agnew ganhou destaque com a publicação de dois livros, *Place and politics: The Geographical Mediation of State and*

⁸ The main source of the hypothesized neighborhood effect in the spatial science literature was a review article by Cox (1969c) on 'The voting decision in a spatial context'. He identified the spatial clustering of voters for particular parties or candidates and suggested, following Hägerstrand's (1967) classic work, that such 'spatial regularities convey a strong suggestion of spatial contagion' (page 85). From then on, he assumed the existence of such contagion and presented his task as providing a valid account for it. He portrayed individual voting behavior as influenced by the information and cues dominant in the voter's area of residence (page 97) and he suggested that this could be accounted for by relating the voting decision of individuals at their location in an information-flow network (page 112). (original em inglês)

Society de 1987 e *Place and Politics in Modern Italy* de 2002. Agnew defende uma perspectiva da atividade política a partir de uma posição como geógrafo, analisando a influência do contexto nos resultados eleitorais partindo dos lugares, mas considerando-os como unidades de uma totalidade. Para Wusten e Mamadouh (2014) “Decolando de onde Cox começou, Agnew e Johnston tomaram caminhos um pouco diferentes. No final, eles se encontram em posições não muito distantes e aparentemente bem conciliáveis, como Johnston indica ao estabelecer um ponto de vista geral que usa alguns dos principais insights de Agnew [...]”⁹ (p. 5, tradução nossa).

Nas terceira e quarta correntes há a ênfase do que ambas chamam de “contexto” influenciando no comportamento eleitoral. Contudo, enquanto o enfoque social da lógica do comportamento eleitoral ou contexto geográfico, se desenvolveu em torno do conceito de *lugar* para explicar o contexto, o enfoque do comportamento individual adota

[...] uma noção contextual mais “fraca” (O’Loughlin, 2018) comumente utilizada na ciência política em estudos sobre o efeito de vizinhança (Huckfeldt, 1986, Johnston; Pattie, 2006) e sobre a influência das redes sociais de comunicação local (Huckfeldt; Sprague, 1987), onde o “contexto” é entendido como o ambiente externo mais próximo ao indivíduo onde suas relações sociais ocorrem. (Zolnerkevic, 2019, p. 190)

Há vasta literatura em Geografia Eleitoral que atribui a essa divisão entre enfoque individual/localizado *versus* enfoque social/estrutural, o principal cisma no entendimento da subdisciplina entre geógrafos e cientistas políticos.

Tal abordagem também se reflete entre os não-geógrafos que estudam os movimentos sociais que fazem uma escolha racional ou uma abordagem institucional dos atores individuais dentro dos sistemas políticos e experiências econômicas que não têm lugar (MARX; MCADAM, 1994; MCADAM et al., 1996; TARROW, 1994). Por outro lado, os geógrafos estão mais preocupados com o desenvolvimento histórico de determinados lugares e como os componentes econômicos, institucionais e sociais que se seguem estruturam a ação política (AGNEW, 1987; GRIFFITHS; JOHNSTON, 1991; JOHNSTON, 1991; SAVAGE, 1987)¹⁰. (Flint, 2000, p. 145–146, tradução nossa)

9 “Taking off from where Cox started, Agnew and Johnston have taken somewhat different roads. In the end they find themselves at positions that are not very far apart and apparently well reconcilable as Johnston indicates by establishing a general viewpoint that uses some of Agnew’s main insights” (original em inglês)

10 Such an approach is also reflected amongst non-geographers studying social movements who take either a rational choice or institutional approach to locate individual actors within political systems and economic experiences that are placeless (Marx and McAdam, 1994; McAdam et al., 1996; Tarrow, 1994). On the other hand, geographers are more concerned about the historic development of particular places and how the ensuing economic institutional and social components of a place structure political action (Agnew, 1987; Griffiths and Johnston, 1991; Johnston, 1991; Savage, 1987). (original em inglês)

Como demonstrado anteriormente, fica claro que o campo acadêmico dispôs, ao longo de sua trajetória, diversos enfoques metodológicos e uma literatura internacional ampla, abrangendo análises quantitativas e qualitativas, seja por geógrafos ou cientistas políticos.

3.3 A CORRENTE DO CONTEXTO SOCIAL:

A introdução tardia da subdisciplina geografia eleitoral em estudos acadêmicos no Brasil, se fez sem os precedentes históricos que incorporou ao campo diferentes métodos e perspectivas ao longo de um século. Ao contrário, de uma só vez a geografia eleitoral se apresentou nas pesquisas brasileiras com todo o seu arcabouço teórico e cismos. Os poucos estudos do campo no país seguem múltiplas correntes e se dividem, principalmente, entre a geografia e a ciência política, de modo que, ainda que seja um campo pouco explorado, já se faz mister delimitar em qual corrente este estudo se situa.

Conforme afirma Terron (2012), desde meados da década de 1980, a geografia eleitoral passa por uma divisão entre aqueles que creditam à atitude individual como o ponto básico de análise dos processos eleitorais e aqueles que evocam o contexto social como chave para o mesmo fenômeno. Nesta seção esclarecemos que adotamos a perspectiva do contexto geográfico, como formador de pontos de vista políticos, ligada ao movimento que defende o contexto social.

Azevedo (2023) elabora uma revisão bibliográfica dos trabalhos acadêmicos em geografia eleitoral, que o autor denomina como “uma metodologia de revisão narrativa de literatura” (Azevedo, 2023, p. 4). O objetivo desta revisão narrativa é comparar a produção nacional com a internacional. Com isso o autor apresenta uma abordagem ampla, analisando os vieses teóricos que os pesquisadores do campo se utilizam. Uma valiosa contribuição trazida neste estudo é uma ponderação acerca de um suposto antagonismo entre o enfoque do efeito contextual, comumente atribuído a cientistas políticos *versus* a priorização do espaço geográfico como efeito composicional, mais atrelada a geógrafos.

Enquanto o primeiro enfoque estabelece uma prevalência das características pessoais dos eleitores para explicar os padrões espaciais de votação, o segundo estabelece uma ligação entre o contexto social e a tendência do comportamento eleitoral (Azevedo, 2023). O autor aponta vazios na produção nacional relacionado ao segundo enfoque, afirmando que este cenário de escassez se deve a pouca participação de geógrafos no campo da geografia eleitoral.

Wusten e Mamadouh (2014) analisando as contribuições da geografia anglo-saxã à subdisciplina trazem, em seu artigo, uma linha temporal do contexto social em análises em

geografia eleitoral pelas obras de três intelectuais: Kevin Cox, Ron Johnston e John Agnew. O trabalho de Cox foi o pioneiro na introdução da localização geográfica como influência na decisão do voto por volta da década de 1970. Conforme citado anteriormente, sua pesquisa surge do bojo da contestação à geografia quantitativa.

“[...] Cox propôs uma perspectiva geográfica distinta sobre eleições concentrando-se no ato de votar por indivíduos colocando-o no que ele chamou de 'seu contexto espacial'. Resumindo os resultados dos vários estudos empíricos feitos até então pelo círculo de sociólogos políticos com vistas a impactos contextuais, ele tentou relê-los como manifestações do contexto espacial em que cada eleitor necessariamente operava. Espacial foi notadamente lido por meio da distância e a extensão de ambientes relevantes, a questão era como os eleitores eram afetados pelos padrões de comunicação espacialmente modelados e também pelos movimentos dos eleitores no espaço.¹¹ (Wusten; Mamadouh, 2014, p. 3, tradução nossa)

De viés marxista, objetivava comparar as fontes de informação predominantes em cada região do País de Gales explicando as preferências partidárias do eleitorado. O fato é que sua contribuição foi decisiva para uma abordagem distintamente geográfica em um campo, naquele momento, dominado por outras ciências sociais e também outros modelos explicativos, notadamente as perspectivas voltadas à ação individual. (Wusten; Mamadouh, 2014).

Foi inspirado nos estudos de Cox que, a partir de 1972, Johnston (geralmente com outros colaboradores) inicia sua extensa produção acadêmica que analisa as influências geográficas do voto¹². Concentrou seus estudos no Reino Unido utilizando diversas técnicas para aferir os vários efeitos que poderiam ser presumidos aos efeitos contextuais em eleições. Johnston abandonou a ideia de um campo distinto de geografia eleitoral e adota os fatores de composição social enraizados nos lugares, como principal fator de explicação da formação política de populações, ou seja, as conversas políticas pela vizinhança, a vivência conjunta de transformações sociais, políticas e econômicas do lugar; efeitos de campanhas eleitorais voltadas à comunidade local, etc. (Wusten; Mamadouh, 2014).

Já Agnew iniciou suas contribuições na área a partir da segunda metade da década de 1980, com influência das geografias humanistas, movimento de contestação à corrente marxista da geografia que avaliavam como homogeneizante e estruturalista. Assim como essa corrente,

11 “[...] Cox proposed a distinctive geographical perspective on elections concentrating on the act of voting by individuals putting it in what he called ‘their spatial context’. Summarizing the results of the various empirical studies done so far by the circle of political sociologists with a view to contextual impacts he tried to re-read them as manifestations of the spatial context in which each voter necessarily operated. Spatial was notably read by way of distance, and the extension of relevant environments and the question was how voters were affected by spatially modelled communication patterns and also by voters’ movements in space. (original em inglês)

12 Nome dado ao capítulo 3 do livro *Geography of elections* de autoria de Johnston e Taylor.

Agnew critica o que ele entendia como um caráter determinista nas explicações, não considerando o potencial transformador dos indivíduos ou de pequenas comunidades. Por isso propõe um diálogo com novos expoentes da sociologia como Bourdieu, Giddens e, sobretudo, Charles Taylor. Foi inspirado em Taylor que Agnew se utiliza do conceito de agências humanas em um modelo explicativo do comportamento eleitoral baseado no lugar, trazendo à análise a influência do histórico local em interação com os demais locais na formação da disposição política da população, o chamado contexto geográfico.

Wusten e Mamadouh (2014) avaliam que Cox, Agnew e Johnston traçaram caminhos distintos e chegaram a destinos não muito distantes. Cox trouxe uma linha distintamente geográfica e embasada em técnicas quantitativas, como era de se esperar para o período, embora tenha redirecionado sua atenção mais tarde e se dedicando a outras áreas da geografia política. Johnston seguiu Cox nos modelos de seus primeiros estudos empíricos, analisando quantitativamente diversos pleitos eleitorais do Reino Unido, embora não tenha se detido em uma explicação única para a decisão do voto, sempre se manteve na explicação contextual, porém voltada para o contexto imediato do eleitor. Agnew segue Cox ao tentar demarcar uma posição distinta do que vinha ocorrendo nos estudos acadêmicos da área até então e também ao propor um modelo de contextos espaciais fora da pequena escala. A obra de Agnew converge com a de Cox no tocante às fontes de informação como principal meio de formação política. Contudo, enquanto Cox se volta para os meios de comunicação, Agnew se utiliza do expediente de uma forma mais ampla, a socialização do indivíduo especificamente no lugar em que vive.

Em vários autores que compõe nossa bibliografia (Azevedo, 2023; Gonçalves, 2021; Terron, 2012) identificamos lacunas na produção acadêmica em geografia eleitoral, no âmbito do nível nacional, de obras que retratem o contexto social como referencial teórico em suas análises, com pouca presença de geógrafos nas contribuições. O mesmo se verifica quando identificamos as abordagens temáticas que poderiam ser mais condizentes com o momento atual, como por exemplo, a relação entre comportamento eleitoral e uso de redes sociais.

No presente estudo propomos uma análise do primeiro turno da eleição presidencial brasileira 2018 baseada no contexto social. Extraímos de Cox a premissa das fontes de informação como ferramentas de campanha e de formação político/ideológica; nos embasamos em Johnston quando defendemos que as estratégias de campanha locais potencializam a decisão final do voto e, principalmente, sugerimos o uso do contexto geográfico de Agnew como metodologia, entretanto, ao adotar as conceituações de Milton Santos sobre espaço e meio técnico-científico-informacional, de forma indireta, nos reaproximamos de Cox por utilizar a mesma escola de pensamento, a marxista.

3.4 O CONTEXTO GEOGRÁFICO DE JOHN AGNEW

Agnew (2002) utiliza o método do contexto geográfico no seu estudo sobre a política italiana, do ano de 1870 à década de 1990. Se baseando no conceito de lugar, o autor faz uma reflexão dos movimentos partidários e seus padrões de votações, o que ele denomina como localismo. Mendes (2005) define localismo na obra de Agnew da seguinte forma:

“[...] John Agnew (2002), [...] no seu importante estudo sobre o papel do localismo na política italiana [...] propõe uma concepção multi-escalar de lugar, que permite uma melhor apreensão da dinâmica espacial dos processos políticos (2002: 216-220). As pessoas produzem os lugares onde vivem através de uma socialização activa, construindo identidades e mobilizando interesses. As redes onde as pessoas estão imersas têm sempre um enraizamento territorial. O lugar deve ser visto como um espaço topológico, em que se cruzam diferentes escalas e em que se cristalizam contingências históricas diferenciadas. Por outro lado, a acção política só se produz em contextos de vida concretos e balizados por marcadores histórico geográficos específicos. (p. 138).

Agnew foi um severo crítico das perspectivas sociológicas, sobretudo anglófonas, que exaltam o indivíduo como a origem da ação, além do enfoque na categoria Estado para as análises. No seu estudo *Place and politics in modern Italy* se debruça sobre uma questão central: o impacto das redes em um mundo cada vez mais globalizado, ou como se dará, nos tempos atuais, as identidades individuais e coletivas com as supostas quedas de barreiras e unificações das culturas.¹³ Para a geografia eleitoral e a ciência política este debate se colocava como um grande impasse entre os entusiastas das redes e aqueles defensores do território e do Estado nacional. Os primeiros negavam as formações históricas constituídas e atribuíam todo o peso das análises na carga individual, enquanto os últimos creditavam ao território formado pelo Estado como a única escala possível para estudo. Agnew sugeriu que os debates se acirravam em torno das visões “redes *versus* territórios” e da “nacional *versus* global”, onde o equívoco da primeira contradição estava em considerar as redes como um fenômeno desligado de origens históricas e o erro da segunda está na ausência de outras escalas necessárias para explicar a realidade atual (Agnew, 2002). Com isso em mente Agnew identificou a competição entre três correntes pela explicação dos fenômenos políticos eleitorais:

13 Cabe ressaltar que o livro foi escrito na década de 1990, no auge da implantação da União Europeia e da difusão dos blocos econômicos, por isso a preocupação com essa questão. Ademais, Agnew não defendia a ideia da unificação cultural, acreditando que a globalização produziria lugares cada vez mais apegados com suas identidades.

Além do debate sobre redes versus territórios e do nacional versus o global, os debates anglo-americanos atuais sobre a natureza da política são dominados por três escolas de pensamento. Estas são chamadas de ator racional, cultura política e escolas multiculturalistas, embora existam diferentes ênfases em cada grupo. (Agnew, 2002, p. 2-3, tradução nossa)¹⁴.

Para Agnew na corrente denominada ator racional os resultados eleitorais são entendidos como amplificações das decisões individuais dos eleitores, ou seja, se credita a uma visão individualista pautada em decisões tomadas com alto nível de intencionalidade cujos atores são movidos por um ímpeto contínuo de melhoria do seu bem-estar, fazendo escolhas pelo acordo político que mais lhes trazer vantagens próprias, sobretudo no contexto imediato. Em resumo, o único nível de existência da tomada de decisões políticas eleitorais são os indivíduos e suas escolhas racionalizadas imediatas. Agnew discorda desta perspectiva, para o autor ela desconsidera qualquer aspecto histórico e sociológico na formação da opinião do eleitor, sobrecarrega o poder de racionalização dos indivíduos, além de simplificar as decisões das pessoas em fundamentos casuísticos, egoístas e imediatistas.

O autor prossegue na argumentação descrevendo os teóricos da cultura política que a decisão do voto é consequência de um choque de valores, onde os eleitores se guiam por deliberações que favoreçam seu grupo ou sua comunidade. Nesta corrente há a defesa de uma política de “valores nobres”, cujo objetivo máximo é o combate à sub-representação. Defende-se a prévia consulta e o diálogo com toda a comunidade antes de se tomar qualquer deliberação, sendo o voto (ou mesmo as candidaturas), o resultado de extensas conversas abarcando o maior número possível de membros da comunidade, criando laços de confiança entre si. Para Agnew todas as formas de decisão política são, em última instância, maneiras de articulação entre diferentes interesses e grupos para uma tentativa de transformar essa aliança em ações políticas, logo, o autor entende que esse objetivo não se limita apenas a essa “boa política” descrita pelos adeptos da cultura política.

Finalmente, os multiculturalistas percebem as escolhas de voto como a consequência dos sentimentos de pertença em um mundo marcado pela divisão de grupos. Tais grupos são predeterminados socialmente, de modo que a inclusão dos indivíduos no seu respectivo grupo se dá de forma compulsória. Para seus teóricos os fenômenos sociais são diferencialmente experienciados de acordo com o prestígio social do seu grupamento. Dessa forma, criam-se

14 “Beyond the debate over networks versus territories and the national versus the global, current Anglo-American debates over the nature of politics are dominated by three schools of thought. These are called the rational actor, political culture, and multiculturalist schools, although there are different emphases each grouping.” (texto original em inglês).

laços de identidade entre os indivíduos de um mesmo grupo, podendo refletir, inclusive, nas suas decisões de voto. Tais classificações podem se dar em virtude de raça, etnia, gênero, língua, origem, entre outras. Para Agnew essa perspectiva não considera as fontes de informações e de socialização do lugar.

Agnew não considera tais visões erradas, apenas incompletas, uma vez que em um mundo dominado pelo fluxo constante de informações, muitos fatores coexistem para explicar o comportamento eleitoral, pois este é apenas uma parte da complexa vida das pessoas. No livro o autor propõe “[...] uma perspectiva que vê o espaço nacional da Itália como estando em fluxo histórico, sem presumir culturas regionais fixas ou uma política nacional emergente de preferências individuais.”¹⁵ (Agnew, 2002, p. 3).

Para alcançar o objetivo da análise na caracterização dos movimentos políticos pautados pelo lugar, propõe uma *teorização* que leve em conta o contexto geográfico como fator de explicação para o comportamento eleitoral. Quanto a teorização o autor a define desta maneira:

Utilizo esta teorização sobre lugar e política como base para examinar o curso da política italiana moderna. Entendo a teorização como uma forma de práxis e não de logotipos. Não é um conjunto reificado de proposições gerais que se encaixam em todos os casos empíricos, mas um conjunto de orientações gerais e expectativas extraídas do pensamento passado e contemporâneo, nas quais a análise empírica pode se basear e sem as quais seria impossível.¹⁶ (Agnew, 2002, p. 15, tradução nossa).

Pretendemos, no presente estudo, proceder com um método semelhante, porém seguindo outra escola de pensamento.

3.5 O DIÁLOGO DO *CONTEXTO GEOGRÁFICO*, COM A OBRA *ESPAÇO E MÉTODO*, DE MILTON SANTOS

Santos (2020) afirma que o espaço é uma totalidade, pois é nele que se imprimem as ações e transformações, que se acumulam ao longo do tempo e, é dessa totalidade que emanam as influências sobre os indivíduos que, por sua vez, deixam suas marcas e transformam o

15 “a perspective that sees Italy's national space as being in historical flux, without presuming either fixed regional cultures or an emerging national politics of individual preferences.” (texto original em inglês).

16 “I use this theorizing about place and politics as the basis for examining the course of modern Italian politics. I understand theorizing as a form of praxis rather than logos. It is not a reified set of general propositions that fit all empirical cases but a set of general orientations and expectations drawn from past and contemporary thinking on which empirical analysis can be based and without which it would be impossible.” (texto original em inglês).

espaço, que se transforma em uma nova totalidade diferente da anterior, ou seja, há um movimento dialético. Entretanto, adotar essa perspectiva exige “[...] uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo.” (Santos, 2020, p. 15). O autor afirma que é preciso estabelecer critérios para essa divisão e sugere o que ele chama de “elementos do espaço”, que seriam cinco: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas, sendo redutíveis uns aos outros. À medida que ocorre o desenvolvimento histórico, tais elementos se complexificam e se entrelaçam, ou nas palavras de Santos (2020) se intercambiam podendo acumular ou assumir funções que, normalmente, se atribui a um dos outros elementos. Nesse entrelaçamento estão as interações, dados fundamentais para a análise, pois “[...] através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo, pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social.” (Santos, 2020, p. 18).

Convém ressaltar que Santos (2020) não trata tais elementos de forma estática, ao contrário, os considera como variáveis que mudam quantitativa e qualitativamente ao longo do momento histórico e do lugar em que ocorrem. Estes vão ditar as condições de valor e interações dos elementos que, embora subordinadas ao movimento do todo, ganham características próprias de acordo com o lugar, pois é este movimento que cria desigualdades, conflitos e contradições no espaço. Portanto, mesmo que estes cinco elementos do espaço se repitam pela diversidade dos lugares, sua significação muda constantemente, de acordo com o tempo e o lugar, a isso o autor chama “percebibilidade da significação de uma variável” (Santos, 2020). Por isso Santos (2020) adverte que a análise deve primar por um esforço de classificação rigoroso, caracterizando e localizando seu objeto de análise dentro das categorias dos elementos ou variantes, pois só assim teremos as múltiplas possibilidades de interação. Assim sendo, o valor atribuído a cada elemento ou variável não se encontra em si mesma, mas na sua interação dentro de um conjunto, ou em outras palavras, no contexto espacial.

A questão não é, pois, levar em conta causalidades, mas contextos. A causalidade poria em jogo as relações entre elementos, ainda que essas fossem multilaterais. O contexto leva em conta o movimento do todo. Em outras palavras, se nós estudamos ao mesmo tempo diversas relações bilaterais, como, por exemplo, entre homens e natureza, ou entre firmas e homens (capital e trabalho), ou entre firmas e Estado (poder econômico e poder político), ou entre o Estado e os cidadãos, estaremos fazendo uma análise multivariável e considerando, ao mesmo tempo, que cada variável tem um valor por si mesma; isso, porém, de fato, não se dá. Somente através do movimento do conjunto, isto é, do todo, ou do contexto, é que podemos corretamente valorizar

cada parte e analisá-la, para, em seguida, reconhecer concretamente esse todo.” (Santos, 2020, p. 22).

Dessa forma, a reflexão de Santos concorda com os pressupostos de Agnew, pois a análise deve se debruçar no contexto em que as variáveis do espaço se formam e interagem, dando significações únicas de acordo com as características do lugar. Contudo, eles se distinguem numa questão: enquanto Agnew credita à identidade como a formadora dos lugares em sua diversidade, Santos advoga pela totalidade na mediação desse processo.

Em seguida, percebe-se essa divergência quanto à formação da diversidade dos lugares, Santos afirma que em cada tempo histórico os elementos ou variáveis são portadores de um sistema de técnicas específicas e uma combinação de componentes do capital e do trabalho (Santos, 2020). Porém, um novo sistema de técnicas não suplanta o anterior por completo, na verdade vários sistemas de épocas diferentes convivem no espaço, de modo que,

Em cada lugar, as variáveis A, B e C... não têm a mesma posição no aparente contínuo, porque elas são marcadas por qualidades diversas. Isso resulta do fato de que cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí as diferenças entre os lugares. Por isso mesmo a Geografia pode ser considerada como uma verdadeira filosofia das técnicas. (Santos, 2020, p. 24).

Santos (2020) vai além e analisa o espaço como um sistema de sistemas ou sistema de estruturas, onde a totalidade do espaço é um sistema que comporta vários subsistemas, que têm certa autonomia de funcionamento, porém influenciada pelo sistema maior. Estas, por sua vez, estão em uma interação contínua entre seus elementos constituintes e o movimento de uma única unidade modifica o todo envolvente se tornando um novo todo, que irá agir sobre o conjunto e também os modifica. Deste modo, é apenas pela ação da totalidade que se pode compreender elementos e unidades no espaço, ou nas palavras do autor,

O espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos e etc.) levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução “normal” das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna, conduz igualmente a uma evolução. (Santos, 2020, p. 28–29)

Para citar o caso do nosso objeto de pesquisa, as mudanças no sistema de técnicas nas campanhas eleitorais, com a introdução das campanhas digitais, sistema esse que fomentou um novo comportamento gerado pelo uso de *smartphones*, celulares, *tablets* e etc. impactaram na geografia do voto no país, surgindo discursos e ações políticas difundidos por essas tecnologias

e moldados pelos e para os usuários. Entretanto, é necessário considerar que essas mudanças não ocorreram da mesma forma e intensidade em todos os lugares, logo, supomos que esta pode ser uma das explicações possíveis para o discurso polarizado que se seguiu à eleição de 2018.

4 ANÁLISE EMPÍRICA DO 1º TURNO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018 NO BRASIL

Neste capítulo aplicamos os conceitos teóricos descritos nos dois capítulos anteriores. Descrevemos a teorização quanto ao contexto histórico em que se desenvolveu a eleição presidencial de 2018 e analisamos os dados a nível municipal de todo o território brasileiro, cruzando informações referentes aos resultados eleitorais, níveis de conexão à internet, densidade de acessos, comportamento eleitoral e de uso de redes sociais pela população brasileira.

4.1 INTRODUÇÃO

Como ponto de partida a presente pesquisa se propõe a realizar uma contextualização histórica de seu objeto, o que Souza (1996) denomina análise de conjuntura. Para o autor a análise de conjuntura é um exercício de entendimento da realidade estudada, descobrindo os interesses em jogo, dos agentes que conformaram esse contexto. Para isso Souza (1996) propõe categorias a serem levadas em conta para uma análise de conjuntura: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e articulação entre estrutura e conjuntura. Essa etapa se dará através de levantamento bibliográfico (Gil, 2008).

Com o levantamento histórico pode-se compreender melhor o objeto de pesquisa e, por meio de categorias de conceitos, propor uma abstração teórica para análise do objeto. O objetivo é elaborar uma “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (Marx, apud Netto, 2011, p. 21). Segundo Netto (2011) a concepção de teoria tem um papel ativo do sujeito que pesquisa, tendo como finalidade, captar a essência da unidade do objeto de pesquisa dentro da totalidade.

Para Marx [...] o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. (Netto, 2011, p. 25).

Em resumo, pretendemos elaborar um modelo teórico inspirado na obra de Milton Santos, utilizando conceitos chave do autor na definição do fenômeno. Para isso, seguimos um modelo proposto por John Agnew quanto a um contexto geográfico que influencie no

comportamento eleitoral. Usamos análise de fontes secundárias de base de dados do TSE, IBGE, NIC.br, ANATEL, entre outros.

Neste capítulo nos dedicaremos a descrever a análise de conjuntura (Souza, 1996) que permitiu a mudança no comportamento eleitoral. Através de pesquisa bibliográfica (Gil, 2008) levantaremos o cenário histórico que introduziu as tecnologias digitais no cotidiano, analisando quais informações incutidas nas técnicas (Santos, 2008) se introduziram nas relações sociais e, sobretudo, nas campanhas digitais, desembocando na decisão do voto.

Em seguida, objetivamos tratar dados referentes a densidade de acessos de telefonia móvel e internet banda larga no Brasil. Com isso, espera-se poder caracterizar a rede de internet em seu aspecto físico, traçando paralelos com o modelo teórico elaborado em capítulos anteriores. O método utilizado nesta etapa é a pesquisa bibliográfica em dados secundários (Gil, 2008), sendo as principais fontes de pesquisa a base de dados abertos do Painel de Dados da ANATEL, do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel, Celular e Pessoal – Conexis Brasil Digital, relatórios do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.BR, relatórios anuais da PNAD Contínua do IBGE, dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral e dados do Centro de Política e Economia do Setor Público – SEPESP Data.

4.2 SOCIEDADE *ONLINE*, ELEITOR CONECTADO: O COMPORTAMENTO ELEITORAL MOLDADO PELA TÉCNICA

Nesta seção objetivamos elaborar um modelo teórico explicativo do contexto geográfico em que se deu o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 e analisar como o contexto geográfico impactou os pleitos, sobretudo com relação às estratégias de campanha digitais.

Castro afirma que a Geografia Eleitoral deve se debruçar sobre as razões espaciais que influenciaram no comportamento eleitoral ou “[...] as muitas condições que no território cercam a existência humana, como localização, a vizinhança, a densidade demográfica, as instituições, os equipamentos à disposição dos cidadãos etc.” (2005, p. 159). Dessa forma, pretende-se analisar a totalidade concreta ou o comportamento eleitoral, mas partindo de uma unidade dentro dessa totalidade: o uso de campanhas digitais e o acesso às mesmas pelo eleitorado.

Embora o entendimento de senso comum sobre o ciberespaço o perceba como uma espécie de área aumentada ou sobreposta à realidade, que conduz ao fim da barreira da distância, sabemos que, em realidade, a existência do ciberespaço está atrelada a um complexo aparato técnico de telecomunicações, logo, propomos uma perspectiva ancorada nas infraestruturas que

possibilitam o funcionamento das redes. Ao analisarmos sob esse ponto de vista é possível avaliar diversas questões passíveis de espacializações: em quais pontos do território se concentram o aparato técnico? Em quais espaços há uma densidade de acessos aos serviços? Qual as características de conectividade dos municípios com mais eleitores do bolsonarismo?

Foi a partir da eleição de 2018 que o uso de tecnologias digitais em campanhas se destacou, tendo em vista o pouco tempo de propaganda eleitoral, em televisão e rádio, que o candidato Bolsonaro, vencedor do pleito, possuía. Isso sugere que, pela primeira vez na história das eleições, a comunicação pelos meios tradicionais de mídia não foi o fator mais relevante como fonte de informação. Em sua obra, Vitorino (2019) sugere que a internet ocupou o centro de difusão principal das informações consumidas pelo eleitorado. A autora sustenta que este cenário foi construído a partir das, então recentes, flexibilizações na legislação eleitoral que permitiram o impulsionamento de campanhas pela rede. Sua pesquisa compara um levantamento de dados feito em 2018 com outro de 2016, a autora evidencia um aumento expressivo do grupo que ela denomina eleitor conectado, ou seja, pessoas que buscavam informações de seus candidatos, exclusivamente, pela internet.

Discorrendo sobre o conceito meio técnico-científico informacional Santos (2008) argumenta quanto ao papel dos fluxos de informação, que são “[...] responsáveis pelas novas hierarquias e polarizações e substituem os fluxos de matéria como organizadores dos sistemas urbanos e da dinâmica espacial.” (2008, p. 50). Estes fluxos se distribuem desigualmente pelo espaço criando, do ponto de vista da produção material e imaterial, subespaços com maior densidade, as zonas luminosas, do que outros, as zonas opacas (Santos, 2008). O autor classifica o espaço como uma resultante da união entre sistemas de objetos e sistemas de ações, pois “[...] o casamento dos objetos perfeitos – mais perfeitos que a Natureza – com os sistemas sociais montados no artifício explica por que uns e outros juntos são capazes de fabricar grandes fábulas em lugar de produzir grandes relatos” (Santos, 2008, p. 78) o que corrobora com a hipótese desta investigação, que considera os disparos de mensagens em massa, com alta disseminação por *smartphones*, uma ferramenta potente para influenciar no comportamento eleitoral e, portanto, na distribuição espacial do voto.

Seguindo esses pressupostos, a rede de telefonia e internet é caracterizada como um sistema de ações (fluxos de atividades de usuários e arquitetura da rede) com um sistema de objetos (estrutura física da rede, *smartphones*, computadores, entre outros). Assim como qualquer aparato técnico, as telecomunicações são desigualmente distribuídas pelo território, conformando hierarquias invisíveis cujas ações refletem os grupos de poder sobre o mesmo. Nesse sentido, Silva (2015) descreve a distribuição espacial das redes de telecomunicações no

Brasil, fazendo um histórico de implantação e os grupos empresariais que as controlam. O autor faz referência a uma zona que telecomanda o território nacional, denominando-a Ψ (Psi)¹⁷ em que há o condensamento da estrutura técnica de telefonia celular, internet e televisão por assinatura. A área tem um eixo central partindo de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e São Paulo; em seguida se ramifica em 3 direções: Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O autor afirma:

“[...] a realidade é que o território foi preparado técnica e normativamente para ser instrumento de emissão e recepção das demandas da globalização e da internacionalização, em um capitalismo voltado para atender, especialmente, o poder corporativo e também as formas não solidárias de competição territorial e de amparo das estruturas de comando das classes hegemônicas. (Silva, 2015, p. 271–272).

Evidentemente, sendo uma representante das verticalidades externas que se ancoram sobre o espaço telecomandando o mesmo, o aparato de infraestrutura das redes digitais ocupa os espaços de maior desenvolvimento econômico, notadamente, as capitais e municípios com maiores índices de indicadores sociais. Locais em que o candidato Bolsonaro obteve maior êxito nas votações. Analisando pela perspectiva que propomos nesta pesquisa e, por todos os elementos levantados e bibliografia consultada, acreditamos que o fluxo de informações por meios digitais teve fundamental importância neste padrão. Não apenas por um aspecto quantitativo de exposição da campanha Bolsonaro, mas também por uma junção de fatores conjunturais que reformulou as interações sociais, inclusive, no campo ideológico do eleitorado.

Considerando a importância do espaço digital neste estudo, faz-se necessário refletir sobre as dinâmicas deste fenômeno denominado ciberespaço. Em sua tese, Israel (2019) explica, a partir do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2008) que cada época deve ser entendida a partir da sua técnica, o que atualmente corresponde à Internet. A autora faz uma historicização desta tecnologia mostrando que relações de poder foram mais relevantes do que objetivos utilitaristas na construção da rede. Mostra, também, como a dimensão lógica da rede dita configurações no espaço e na vida social. Da mesma forma, revela os grupos que controlam o aparato tecnológico de distribuição da rede e as hierarquias invisibilizadas, como a concentração de servidores em poucos países e o dilema jurídico territorial que isso cria, retirando autonomia dos Estados no controle desses fluxos (Israel, 2019).

17 Uma alusão à letra grega Ψ (psi) referente à similaridade entre os formatos da letra e da área descrita.

Apesar de as tecnologias digitais se caracterizarem como um fenômeno novo no processo histórico, é importante destacar que se defende nesta pesquisa uma visão crítica dialética do uso das chamadas tecnologias, conforme analisado por Pinto (2005a), inclusive quanto ao uso termo “tecnologia”. Para o autor o que se denomina atualmente como tecnologia, em nada difere do conceito marxista de técnica, de modo que a toda época histórica corresponde um conjunto de técnicas que molda as relações sociais. Pinto (2005a) adverte que o uso da palavra “tecnologia” se faz com o sentido de hierarquizar o sistema de técnicas atual em detrimento das técnicas de períodos passados e que isso é, na verdade, um estratagema comum das classes dominantes que, em todos os períodos históricos, criam discursos para se legitimarem como superiores às demais épocas.

Conforme já mencionado, nas últimas duas décadas, a sociedade atravessou um período de transição para um novo sistema de técnicas, nominalmente citando: a ascensão das mídias digitais. Com frequência adota-se o termo “tecnologia” ao se referir aos progressos advindos do meio digital, de modo que se faz necessário refletir quanto a esse uso. Sugerimos que esse processo atingiu a todos os aspectos da vida humana, inclusive as questões políticas, pois também para Santos (2008) toda época está atrelada a um conjunto de técnicas específicas que moldam as relações sociais. Em seu estudo Israel (2019) argumenta que, na atualidade, o conjunto de técnicas que representa este tempo histórico esteja ligado à Internet e considera o período da segunda grande guerra (1940-1945) como o divisor de águas para um mundo globalizado e focado no desenvolvimento das tecnologias de informação, fatores que se tornaram fundamentais para criação da cibercultura e, conseqüentemente, do ciberespaço.

Para Rorato Londero e Mardones Moncomilla (2021), tais transformações começam a ser gestadas muito tempo antes. Segundo os autores a cultura digital, ou a cibercultura, deve ser entendida como a culminância de um processo histórico, cultural e de reprodução técnica que se manifesta em todos os âmbitos da vida. Os autores se embasam nos estudos sobre materialismo cultural do sociólogo britânico Raymond Williams e, através da busca da compreensão da solidão – que emerge como uma espécie de efeito colateral da cultura digital – traçam um panorama dos primórdios das mudanças sociais que culminam nos padrões de sociabilidade apresentados na cibercultura.

Para os autores, o princípio da mudança comportamental se deu com as Revoluções Francesa e Industrial. O crescimento das cidades, a definição do governo tripartite e a Declaração Universal dos Direitos do Homem inauguraram um tempo de exigência de autorreflexão e autodesenvolvimento fortemente pautados em valores de liberdades individuais e autopromoção. A vida transfigurou de um modelo comunal da idade média para uma flutuação

entre o aspecto público e o privado, cabendo ao indivíduo a construção de uma imagem que reflita sucesso e superação perante a sociedade, mas com o refúgio do lar, onde pode se recompor, preparar-se ou internalizar pressões (Rorato Londero; Mardones Loncamilla, 2021).

A todas as peculiaridades da vida citadina, merece especial destaque na análise dos autores, um terceiro fator: o desenvolvimento das mídias de massas e a disseminação das representações iconográficas, que incute novas formas de significação a partir de uma relação com a imagem. A difusão da imprensa e o incentivo à leitura individual, faz com que se desenvolva uma relação de contato com o mundo exterior pautado, preferencialmente, pela visão, além de uma capacidade de abstração. À leitura se seguiram, cronologicamente, a publicidade, a fotografia, o cinema e, por fim, as imagens televisivas (Rorato Londero; Mardones Loncamilla, 2021). O fato é que a reclusão no lar e o anonimato da vida urbana trouxeram uma busca pela informação, sobretudo por meios visuais, sem a necessidade de se expor publicamente ou, nas palavras dos autores, “trata-se de diagnosticar uma sociedade cada vez mais atomizada, isolada e que contempla a exposição da própria vida nos aparatos tecnológicos, criando assim uma ilusão de privacidade” (Rorato Londero; Mardones Loncamilla, 2021, p. 46).

Esse processo apenas prosseguiu com o surgimento da cultura digital ou das novas tecnologias, sendo que “o que conhecemos por novas tecnologias hoje é uma ressignificação do processo que se intensificou com o advento do telégrafo, do rádio, da fotografia, do cinema e da televisão” (Rorato Londero; Mardones Loncamilla, 2021, p. 47). A popularização dos microcomputadores pessoais na década de 1990 amplia o desejo da ação anônima e à distância, seja por busca de informação ou para o contato pessoal. Contudo, é com a difusão dos *smartphones* que esse processo chega ao seu máximo (até o presente).

É importante ressaltar que o processo de mutação das relações sociais produzido pelo conjunto de técnicas não se dá de uma forma alheia à vontade do ser humano. Embora as novas funcionalidades se imponham sobre os fazeres e modos de vida, a técnica como fruto da engenhosidade humana se implanta de acordo com as necessidades de seus criadores e da própria sociedade. Inclusive, toda técnica carrega consigo um conjunto de valores dos grupos de poder que as implantou, a começar pela nomenclatura “tecnologia” que comumente nos referimos às técnicas digitais.

Para Pinto (2005a) o conceito de “era tecnológica” guarda uma dimensão ilusionista ou mesmo de caráter ideológico, pois tenta incutir nas mentes a sensação de que o tempo atual é o esplendor da criação humana, onde as técnicas digitais ou cibernéticas, como o autor as denomina, constituem o ápice da racionalidade e do domínio sobre as adversidades naturais.

Isso leva as pessoas a acreditarem estar vivendo no melhor momento da história da humanidade. Para o autor essa impressão foi construída propositalmente pelas elites que controlam os meios de produção reconfigurados pela nova técnica. Um dos estratagemas utilizados é a conversão da obra técnica em valor moral, pois ao se conformar com a ideia de construção de um processo histórico de contínua evolução culminando na época atual e não através de um processo dialético, o senso comum é levado a acreditar nos melhores inventos técnicos, que por sua vez foram elaborados pelo melhor caráter, pois provém da melhoria contínua dos tempos e não fruto das contradições e disputas entre classes. Ainda segundo Pinto (2005a) o próprio uso da palavra “tecnologia” em lugar de “técnica” constitui um distintivo do sistema atual com relação ao passado, sugerindo uma superioridade.

Sobre a carga ideológica proveniente das técnicas digitais, é digno de nota o livro de Max Fisher *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. O autor é um jornalista investigativo que se utilizou de entrevistas e análise de documentos para descrever, entre muitas outras coisas, o perfil psicológico dos pioneiros do Vale do Silício, região do estado da Califórnia nos Estados Unidos, local onde se desenvolveram as principais companhias que controlam o mercado voltado à internet no mundo.

Segundo Fisher (2023), diferentemente das folclóricas imagens de estudantes universitários conduzindo experimentos em suas garagens, os primórdios das empresas do Vale do Silício se dão por uma estratégia militar estadunidense de dispersão de suas pesquisas na década de 1940. Antes confinadas ao Pentágono e temendo ataques como o de Pearl Harbor, o governo estadunidense passa a investir em locais remotos e em pesquisadores terceirizados para dispersar sua produção de inteligência militar. Foi dessa parceria entre militares e acadêmicos que um campo fértil para a proliferação de empresas do setor pode se desenvolver no período da guerra fria.

Ao longo do texto o autor descreve vários personagens-chave que deixaram verdadeiros legados por sua obra, os semicondutores, que se transformariam em placas de circuitos, depois nos computadores, em seguida na internet, que manteve certas singularidades com os ideais dos fundadores. O ambiente de negócios descrito por Fisher (2023) era caracterizado pela forte intenção estatal para dispersar sua produção no campo da inteligência governamental, mas em um local árido e pouco desenvolvido. Além disso, os produtos desenvolvidos ainda eram desconhecidos e sem estabilidade no mercado consumidor. Tudo isso afastava pesquisadores de renome e abria caminho para aventureiros que se lançavam para um empreendimento de alto risco. Tais aventureiros, ainda segundo Fisher (2023), eram

acadêmicos em ascensão que acreditam ter alcançado o sucesso exclusivamente pelo fruto do seu esforço, sendo comum no segmento a ideia de meritocracia, o culto ao pioneirismo, o desdém à formação acadêmica e a defesa pela liberdade incondicional de ação e pensamento.

Esse conjunto de valores foi incorporado ao conjunto de técnicas, por exemplo, no formato das redes sociais. Ainda hoje as redes sociais dos meios digitais são espaços marcados pela desregulamentação e liberdade absoluta de veiculação de conteúdos, pois segundo o autor os próprios desenvolvedores das redes acreditavam na meritocracia, até mesmo, no campo da argumentação de ideias. Para eles não existem discursos perigosos, pois se a ideia central é deficitária ela pode ser combatida com ideias mais “fortes”, logo, não há necessidade de intervenção, basta que a batalha de ideias combaterá os discursos de ódio. Em paralelo não se pode negligenciar o fato de que as mídias sociais capitalizam recursos em consonância com o alcance das postagens, o que se torna mais um fator para a não intervenção das empresas (Fisher, 2023).

Analisando o uso da então nova tecnologia “cibernética” a partir de uma perspectiva da realidade brasileira, Pinto (2005a) descreve como se dá o processo tardio de aquisição de tecnologia pelas nações pobres. Para o autor seus governos assumem a posição de meros compradores dessas técnicas, adotando-as sem um precedente histórico em suas nações. Como consequência tais técnicas, que não passam de ferramentas, se inserem com um conjunto de informações produzidas pelas nações desenvolvidas e, não raras vezes, se tornam problemas onde são inseridas. Pinto (2005a) esclarece que a resolução destas problemáticas se faz às custas de conflitos intestinos que desestabilizam as nações e as forçam a permanecer em um ciclo de atraso e busca tardia de soluções de origem externa. O autor adverte que a solução passa pela exportação do mínimo exigido para a produção de tecnologias, deixando o desenvolvimento se fazer internamente. Somente assim a classe trabalhadora sairia da situação do trabalho em si e passaria do trabalho para si (Pinto, 2005a).

Este ponto de vista concorda com a descrição de Santos (2006) ao descrever que no contexto histórico atual, pela primeira vez, toda a humanidade está submetida a um mesmo conjunto de técnicas que se implantam nos territórios por meio de forças externas aos mesmos através de pontos vetores da racionalidade dos setores hegemônicos, as verticalidades. Esse conjunto de técnicas atuais se implanta em todos os lugares independente de uma construção histórica para sua implementação. As horizontalidades são os receptáculos desses comandos que os absorvem ou reprimem, de acordo com as dinâmicas sociais de cada lugar. A isso Santos (2006) descreve como forças centrífugas (quando as forças da horizontalidade tendem a

dispersar o fluxo da verticalidade) e forças centrípetas (as horizontalidades repelem os fluxos da verticalidade).

Assim sendo, sugere-se que as campanhas eleitorais foram, gradativamente, se valendo das verticalidades impostas pela rede de telefonia móvel, seu acesso precarizado a internet e ao conjunto de informações que pregam valores conservadores radicais típicos desse novo sistema de técnicas. O ponto de mutação para tal sistema se deu no primeiro turno da eleição presidencial de 2018 vencida por Bolsonaro. A principal fonte de informação de sua campanha se deu em grupos de redes sociais, cuja arquitetura da rede dificulta a fiscalização do conteúdo, tanto pela criptografia de ponta a ponta, quanto pela flexibilização da legislação que permitiu aos candidatos as campanhas digitais. Onde a infraestrutura era mais densa, ocorreram forças centrífugas da informação, alcançando o eleitorado e influenciando na decisão do voto. O contrário ocorreu nas zonas opacas, em que a votação no candidato foi baixa e pautada por outras fontes em que o candidato não se fortaleceu.

Um fator que também merece destaque neste estudo é o comportamento eleitoral em mídias sociais. Cesarino (2021) discorrendo acerca da arquitetura dos meios digitais, atenta para o fato de que são permeadas por um aspecto ideológico do neoliberalismo conservador, em que conforma um espaço de hierarquias invisibilizadas e livre da intermediação do que a autora chama de sistema de peritos, especialistas com a função de mediar os fatos para o grande público, favorecendo *eu-pistemologias*, ou seja, interpretações da realidade concreta pautadas, exclusivamente, na experiência individual. A mesma autora também analisa o que ela denomina populismo digital na campanha Bolsonaro em 2018:

Populismo digital, neste sentido, refere-se tanto a um aparato midiático (digital) quanto a um mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia (Cesarino, 2019a). É um mecanismo que pode ter feito diferença no resultado eleitoral de 2018 ao lograr mobilizar eleitores que se informavam sobre os candidatos sobretudo através de mídias sociais, notadamente o WhatsApp. (Cesarino, 2020, p. 95).

Em estudo mais recente Cesarino (2022) se propõe a compreender o uso das técnicas digitais – inclusive em campanhas políticas – por meio da teoria cibernética desenvolvida por Gregory Bateson. A autora dialoga com diversos autores para explicar a arquitetura da rede e ideologização que as técnicas digitais carregam consigo. Se valendo da obra do físico e filósofo Thomas Khun, *A estrutura das revoluções científicas*, a autora explica o que ela chama de comportamento antiestrutural. A antiestrutural se forma a partir do modelo de explicação adotado por Khun, em que a evolução do pensamento científico ocorre em duas fases: a primeira

em que houve uma estabilização do consenso dos métodos e valores da estrutura de reprodução do conhecimento, ou a criação de um paradigma, nesta etapa há um movimento cumulativo das práticas e uma solidificação dos seus limites éticos. Entretanto, todo modelo de explicação do real não é capaz de abarcar todo o complexo da realidade, de maneira que este consenso não se mantém eternamente, pois na própria rigidez dos procedimentos éticos se forma a exclusão, o que a autora chama de resíduos do sistema, que não são aniquilados por completo, apenas marginalizados. A esses resíduos Cesarino (2022) denomina antiestrutura. Em momentos em que os resíduos se mostram uma barreira intransponível para este sistema estabelecido, há uma ruptura denominada quebra de paradigma, onde os elementos das bordas da estrutura, a antiestrutura, se movem para o centro e competem com a ordem anterior e com outras emergentes para a criação de um novo paradigma.

Partindo desse pressuposto a autora dialoga com as “ciências da não linearidade”, para explicar com maiores detalhes esse processo de declínio do sistema até os momentos anteriores à ruptura, ou o que ela denomina bifurcação do sistema. Em sistemas longe do equilíbrio, como a que vivemos atualmente com a mudança do sistema de técnicas, as regras que mantinham a antiestrutura afastada do centro das tomadas de decisões se enfraquecem, fragilizando o ordenamento anterior ao dissolver a barreira de diferenciação entre estrutura e antiestrutura. Entretanto, enquanto não se emerge a quebra de paradigma descrita por Khun, o sistema vai se prolongando em um estado de crise permanente, com uma oscilação caótica de inversão dos extremos que antes os delimitava. Em nosso caso de estudo, a inserção do conjunto do sistema de técnicas digitais desequilibrou a ordem em vários aspectos da vida, como por exemplo, nas campanhas políticas eleitorais. O processo anterior, estabilizado desde a década de 1990, embasado em campanhas televisivas, debates e pela mediação de peritos, ou seja, especialistas convidados pelas redes de televisão para opinarem quanto ao andamento das campanhas, se viu em reviravolta e exposto aos discursos radicalizados, desinformação, má informação e a ausência de diferenciação entre fato *versus* ficção, público *versus* privado, entre outros.

Um fator que permeou a estratégia de campanha digital bolsonarista foi a forte presença das chamadas *fake news* circulando pelos grupos de *WhatsApp*. Nesse sentido Santos e Santos (2019) entendem as

[...] notícias falsas como um repertório de ação política mobilizado por muitos cidadãos de modo proposital, invalidando críticas ou interferindo em controvérsias que prejudicariam seu candidato, em nome de um ‘bem maior’ que justifica os riscos de colaborar com mentiras ou torna os cidadãos indiferentes a esses riscos.” (p. 49)

Os autores descrevem como o *design* da rede social *WhatsApp* favorece a disseminação de mensagens e dificulta o monitoramento do conteúdo. Santos e Santos (2019) dizem que o *WhatsApp* é formado por uma rede de grupos conectada por pessoas, ou seja, elas são agentes ativas no fluxo de informações. Porém a mesma rede não fornece a autoria das mensagens, tampouco as informações relativas ao percurso e disseminação das mesmas, fortalecidas pela criptografia de ponta a ponta. Isso conforma grupos fechados com laços fortes e com alto poder de disseminação de informações (Recuero, 2009).

Quanto a isso Cesarino (2022) afirma ser um comportamento típico de públicos antiestruturais em situações onde o sistema está longe do equilíbrio. Ao desestabilizar os mecanismos de controle preexistentes, que auxiliavam no entendimento da realidade, a nova forma de organização emergente pode, muitas vezes, tomar um viés de inversão conspiratória. De modo que,

O colapso de contextos entre fato e ficção, levado ao seu limite pela lógica da plataformização, é “resolvido” por meio de uma bifurcação no nível da própria estrutura: entre uma camada antiestrutural (as mídias alternativas) na qual tudo é real e autêntico, e outra (público dominante) na qual tudo é falso e fruto da agência conspiratória de inimigos ocultos. (Cesarino, 2022, p. 76–77)

Entendemos como plataformização o modelo prevalecente na Web 3.0 onde as redes sociais digitais se abriram para desenvolvedores externos, como uma maneira de financeirização da ferramenta, sem que os usuários sejam onerados pelo serviço. A lógica consiste em fornecer dados dos usuários a anunciantes, que por sua vez teriam acesso a um público mais afeito ao produto que estão ofertando. A autora prossegue descrevendo como esse fenômeno se instalou na lógica do populismo que tomou o meio político, como exemplo, a campanha de 2018. O colapso do contexto sociotécnico anterior com peritos e consensos inverteu a lógica da diferenciação entre público e privado, pois neste modelo os valores do campo público eram sobrepostos ao privado, com a inversão o campo privado englobou o público, subvertendo a ordem de valores e levando a um raciocínio de entendimento de mundo do tipo amigo/inimigo. Deste modo, a fonte real passível de credibilidade são aquelas oriundas de comunidades formadas pelos “amigos”: a igreja, a família, o povo, a nação, a pátria e seus patriotas, as informações oriundas dos grupos de *WhatsApp* destes nichos, todos vistos como elementos simbólicos sujeitos à significação particular de cada indivíduo, isto é, as *eupistemologias*. Em contrapartida, o consenso da opinião pública formada por *experts* e notáveis, se torna a fonte da enganação e da manipulação das “elites”.

Dessa forma, podemos refletir quanto ao protagonismo do aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Sua arquitetura favorece a lógica privada, ao permitir a conexão entre pessoas ao nível individual, ao mesmo tempo que possibilita explorar espaços de discussão especializados através dos grupos. Os grupos do aplicativo possuem um limite de integrantes, porém não há um limite de grupos em que se possa participar. A propagação dos grupos se dá por convites ou *links* enviados por participantes ou pelos administradores, que possuem o poder de excluir qualquer membro sem a necessidade de justificativas. Assim sendo, a divulgação dos grupos se dá por via da indicação de amigos, ou pelo envio dos *links* em comunidades de discussões temáticas que, via de regra, compõem câmaras de eco com participantes que defendem os mesmos pontos de vista. De todo modo, mesmo que um membro do grupo destoe da opinião hegemônica, ainda há o artifício da exclusão pelos administradores. A criptografia de ponta a ponta dá o tom privado à discussão dos grupos, impedindo o debate de ideias e a exposição do contraditório.

Em outro estudo, Cesarino (2020) analisa os conteúdos veiculados em grupos bolsonaristas de *WhatsApp* no período eleitoral de 2018 e traça as principais estratégias de comunicação, demonstrando como se aproximam do populismo, porém com um aspecto novo relacionado aos meios digitais. Se no populismo convencional a sua eficácia dependia do carisma do líder e sua capacidade oratória, na versão digital essa característica não é mais necessária, pois há uma topologia fractal na qual “[...] na versão digital o líder distribui o próprio mecanismo populista para seus seguidores, que passam a reproduzi-lo de modo espontâneo”. (Cesarino, 2020, p. 105). Ou seja, na versão digital do populismo, não há mais a necessidade de um discurso único elaborado com habilidade pelo líder carismático e apoiado pelas massas, no novo modelo o líder pode assumir muitas formas, pois os discursos são exibidos de forma fragmentada, os chamados “cortes”, editados e transformados naquilo que os membros das muitas câmaras de eco querem ouvir. Ou nas palavras da autora:

As formas recursivas e fractais da individuação algorítmica propiciaram que o então candidato agregasse essas latências antiestruturais heterogêneas num “todo”, porém mantendo sua individualidade e coerência do ponto de vista de cada usuário. [...] Essa coerência estava menos na pessoa de Jair Bolsonaro do que no modo como sua imagem foi algoritmicamente personalizada para cada seguidor, que completava com seus próprios significados os significados vazios disseminados nos públicos bolsonaristas. (Cesarino, 2022, p. 150, grifos da autora)

Chagas (2022) se aprofunda no aspecto do papel exercido pelas pessoas na campanha digital de Bolsonaro. O autor descreve o *astroturfing* digital, um processo de manipulação de uma plataforma digital, se camuflando por um movimento orgânico e espontâneo, com o

objetivo de promover uma agenda específica, normalmente com viés político. Analisando 126 grupos de *WhatsApp*, o autor observou o uso massivo desta prática e pode concluir que a arquitetura das conexões entre os grupos era hierárquica, ou seja, poucos perfis gerenciavam as informações postadas, enquanto a maioria apenas recebia o conteúdo. Cesarino (2022) descreve o paradoxo entre o senso comum do pensamento ocidental em que as pessoas tendem a se perceber como uma forma individualizada, tendo dificuldade de se imaginar como um meio para um outro tipo de atividade. Embora nossa percepção imediata reforce que a interação digital se dê de maneira individualizada, a análise em uma escala maior revela que as redes são altamente centralizadoras, com normas de funcionamento não publicizadas e concentradoras de poder.

É ingênuo imaginar que somente as pessoas operacionalizam essas forças antiestruturais. Em sua análise, sobre as concepções filosóficas da cibernética, Pinto (2005b), discorre sobre as limitações ocasionadas pelo pensamento ingênuo sobre a “informática”, nome então dado à ciência que elaborava os fundamentos para a criação das máquinas autorreguladoras. O autor revela que a tentativa de se construir máquinas autorreguladoras¹⁸ esbarra e se limita pela adoção de um pensamento linear na concepção desse sistema técnico, sendo que na realidade concreta dos fatos, a complexidade da informação carrega consigo aspectos culturais e de historicidade. Pensando na ação dos algoritmos como mediadores de conteúdos das redes sociais, notamos essa limitação, pois embora se configure uma infinidade de possíveis interações, os algoritmos e o sistema digital como um todo, carregam os padrões de pensamento de seus idealizadores e não possuem o necessário para compreender as nuances em sua totalidade. Ou como diz o autor:

A consciência ingênua parte do conceito, suposto inicial, de que a máquina simula ou modela o pensamento, despercebida de ser este que projeta a máquina, no plano ideal, e com tanta perfeição que acaba por tonar-se vítima da simulação nele praticada, esquecida de tratar-se de uma simulação simulada, isto é, apenas analogicamente inteligível. (Pinto, 2005b, p. 343)

Cesarino (2022) desenvolve melhor essa relação se utilizando do conceito de *affordance*, que pode ser traduzível para propiciação, segundo a autora as potencialidades de um sistema sociotécnico emergem quando este aparato, dotado de perspectivas ideológicas

18 Álvaro Vieira Pinto escreveu a obra em 1973, antes da popularização dos computadores pessoais. Dessa forma, consideramos o termo “máquinas autorreguladoras” para uma possível aplicação para os computadores e dispositivos eletrônicos digitais, no caso do presente estudo, principalmente os *smartphones* e os sistemas operacionais.

inerentes em seu *design*, interagem com os públicos a que se destinam, trazendo efeitos esperados e alguns não esperados. A autora cita como exemplo a apropriação do caráter “ciberlibertário” dos criadores da internet, pelos públicos radicalizados de extrema direita, como o fruto de um contexto infraestrutural e histórico da emergência de ideais neoliberais com ultraconservadores no período pós-crise econômica de 2008. Para a autora, essa posição antiestrutural era, no período pré digital, ocupada pelo espectro político da esquerda, porém, a adesão das esquerdas ao modelo social democrata com o colapso do socialismo soviético, trouxe esse campo político para o centro do sistema, empurrando para as margens as falanges reacionárias de direita. De modo que o modelo participativo da internet promovido pelas redes sociais foi melhor ocupado pelas forças antiestruturais emergentes.

Esse mesmo período de mudanças estruturais profundas transformou as relações sociais, impactando no sistema de técnicas. O otimismo pela liberdade e a participação coletiva que tomava a internet até a década de 1990, ou pela Web 1.0, se viu abalado pelos episódios terroristas do 11 de setembro de 2001. Este fator desencadeou uma série de acontecimentos que acirrou as tensões bélicas pelo mundo e constituiu as bases da Web 2.0, que Zuboff (*apud* Cesarino, 2022) chamou de capitalismo de vigilância. Na esteira da crise econômica de 2008 foram pavimentadas as bases para uma nova mudança para a Web 3.0 que pavimentou a lógica da plataformação e da economia da atenção (Cesarino, 2022).

A economia da atenção é um conceito ainda em formação, apesar de já contar com décadas de existência. Basicamente, diz respeito ao fato de que vivemos em uma sociedade com abundância de informações, de modo que a seleção das informações a serem acessadas pelos indivíduos é, por si só, uma fonte de disputa pela atenção dos usuários travadas pelos emissores das informações. De modo que esta espécie de curadoria das fontes que se destacam, se torna uma forma de produzir valor, sobretudo quando incluímos na equação o modelo de monetização típico de redes sociais digitais.

Rorato Londero (2022) discorda em partes do termo por entender que há uma exacerbção dos limites do conceito marxiano de trabalho nestas análises. Para o autor a lógica da plataformação das redes funciona por dois tipos de “trabalhos”. O primeiro relacionado à assistência (o ato de assistir passivamente) aos conteúdos, que é gratuito e exercido pelos usuários das plataformas. O segundo tipo é o trabalho de especialistas que produziram este mesmo conteúdo, que é remunerado, e o disponibilizaram nas redes. Para o autor apenas o último pode ser considerado um trabalho que produz mercadoria, sendo que, na verdade, estamos diante de um cenário de superexploração do trabalho, em uma fase paradoxal da acumulação do capital, pois o aumento da produção se dá pela diminuição da oferta de postos,

através do emprego de cada vez menos pessoas, dessa forma tem se dado a dominação sobre a classe trabalhadora.

Entretanto, não podemos negar que, sendo uma categoria de trabalho ou não, a dinâmica das redes sociais exige um papel ativo do usuário em interações e, ainda que os algoritmos ditem o recebimento de conteúdos, estes usuários acreditam estar “navegando” livre e conscientemente. É neste sentido que Cesarino (2022) conduz sua análise, para a autora a economia da atenção não apenas expõe as pessoas a mais horas diante das telas, como também remodela a sociedade incorporando um ritmo temporal acelerado, de modo que transformações que antes demorariam décadas para ocorrer, acabam se dando em anos ou meses, conduzindo a um período de crise permanente.

Utilizando-se dos estudos da pesquisadora de mídias digitais Wendy Chun, Cesarino (2022) discorre sobre como a arquitetura das redes é planejada para agir no campo do inconsciente, transformando o comportamento ao nível do hábito. Segundo Chun o hábito, comportamento incorporado que utilizamos para as funções basais do cotidiano, é o que permite à mente se debruçar sobre aspectos não explorados, pois uma vez livre do esforço do planejamento de tarefas simples do cotidiano, a mente fica liberada para o exploratório de atividades menos frequentes, o que constitui a base para a criatividade e criticidade. Ao inverter a dinâmica da formação do hábito promovendo um ambiente de estímulo e resposta constante, as redes sociais digitais criam adicção nos usuários, ou seja, um estado mental que se encontra viciado em estímulos externos, em outras palavras, um vício. Outro efeito do uso de redes sociais digitais se relaciona à imediatividade das informações, cujos usuários entendem como verdade apenas aquilo que chega em seu *smartphone* em tempo real (Cesarino, 2022).

Vencida a demonstração dos aspectos psíquicos e ideológicos em que operam as redes sociais digitais, cabe-nos oferecer um levantamento do processo histórico que culminou na eleição de Jair Bolsonaro. Nunes (2022) faz uma contextualização histórica que nos leva ao ponto de início que levou à popularização do Bolsonarismo. O autor, assim como tantos outros, aponta como fator disparador os protestos que se iniciaram em junho de 2013 pelo Brasil. Contudo, retrocede alguns anos para identificar os fatores que levaram aos levantes. Para Nunes, (2022) o primeiro dos fatores foram os movimentos ao redor do mundo que irromperam a partir de 2011, como a Primavera Árabe, que pareciam ser um reflexo das insatisfações com as ações governamentais para contenção da crise econômica de 2008. Outros dois fatores apontados pelo autor foram: a propensão dos representantes governamentais a ajuda às instituições financeiras à custas do empobrecimento da maioria da população e a crise do “centrismo” que é o movimento descrito anteriormente no qual os partidos políticos se

posicionaram à esquerda ou à direita do centro político gerindo o capitalismo por medidas de dentro do sistema, ou o chamado “realismo capitalista” caracterizado como “o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele” (Fisher, 2020).

Para Nunes (2022), embora os movimentos não possuíssem uma identificação ideológica clara, os primeiros frutos dele foram o surgimento de alternativas político partidárias e movimentos de esquerda pelo mundo, como o Podemos (Espanha), França Insubmissa, *Occupy Wall Street* (EUA) e Syriza (Grécia). Porém, rapidamente vimos um arrefecimento destas forças seguido de um fortalecimento da extrema direita nos anos seguintes, representado pelo *Brexit*, as eleições de Donald Trump (EUA) e Boris Johnson (Reino Unido) e os casos do Egito, que viu uma junta militar ocupar o poder, e a Síria, que mergulhou em uma sangrenta guerra civil.

O autor aponta que, no Brasil, algo semelhante ocorreu. As Jornadas de junho de 2013 guardam semelhanças em linhas gerais com todos estes movimentos. Para além de operar uma mudança nas forças políticas que escaparam do seu sentido original, também se assemelham em diversos outros fatores, tais como: adesão aos protestos de uma faixa da população jovem e urbana, no estilo do discurso e no afastamento da representatividade tradicional por via partidária, na violência policial que sofreram e, principalmente, pelas vias de divulgação e adesão ao movimento, os meios digitais.

Entretanto, o Brasil se mostra como um ponto fora da curva, enquanto nos demais países os protestos se deram pela justificativa do descontentamento das condições sociais e econômicas, no Brasil se vivia um momento de relativo progresso econômico e ascensão social dos mais pobres, o Partido dos Trabalhadores (PT) entrava em seu décimo ano de governo consecutivo, vencendo três eleições até aquele momento. Nunes (2022) justifica essa discrepância afirmando que existem fatores econômicos ao nível estrutural que também levam a população ao descontentamento, não apenas os critérios imediatistas.

No caso em questão era o próprio avanço do modelo que trazia sua contestação, o modelo ganha-ganha do governo petista chegou ao seu máximo, onde os mais ricos aumentavam exponencialmente sua riqueza, enquanto os mais pobres ficavam menos pobres, e as contradições geradas por esta desigualdade, que ao mesmo tempo criou condições propícias ao pensamento crítico de uma parcela maior da população, fizeram irromper esse misto difuso de palavras de ordem e exigências. De fato, as convulsões sociais só são geradas pelo descontentamento popular, mas a medida desse incômodo pela população é relativa, podendo ocorrer pela simples comparação com um momento de maior bonança ou por um cenário que

poderia ser melhor caso os governos exercessem seu papel com mais eficácia, o que parece ter sido o caso do Brasil.

O autor sugere que os protestos do período que se seguiram até 2018 são, de certa forma, desdobramentos de junho de 2013, com o diferencial de que a partir de 2015 dois lados se antagonizam mais claramente: o petista e o antipetista. Do último bloco se reuniu um conjunto difuso de causas e apoiadores que foram capitaneados por Jair Bolsonaro, um ex-militar e político de extrema direita, apoiador do regime ditatorial militar, se colocou como um *outsider* que teria a coragem de dizer o que os representantes institucionais não dizem, representando, na visão de seus apoiadores, a força bruta do povo.

Nesse processo os meios digitais exerceram um papel fundamental, não apenas no poder de viralização e da confusão entre fato e ficção, mas, principalmente, na fractalização do discurso do candidato, algoritmicamente selecionado para cada um dos seus seguimentos. Todo o contexto jurídico que envolveu a operação Lava Jato e o *impeachment* de Dilma Rousseff, constitui uma base essencial nesse processo, no entanto, escapam da proposta da presente pesquisa e merecem melhor desenvolvimento posterior.

Diante do que foi exposto, entendemos que o conjunto de técnicas digitais alia valores ultraliberais, comportamento isolacionista, busca do anonimato e incentivo aos embates de ideias. Ademais, a capitalização do alcance das informações e o ambiente anônimo e desregulamentado é propício à proliferação de mensagens alarmistas ou mesmo conspiracionistas. A própria arquitetura da rede compartilha de um complexo ideológico favorável à disseminação de ideais neoliberais e ultraconservadores. Visto em perspectiva, podemos identificar vários dos elementos presentes na campanha eleitoral de 2018 no Brasil. Entendemos que, nesta campanha, não apenas foi favorecido o candidato que mais se utilizou dos seus meios para divulgação, mas a própria linguagem deste pleito foi marcada pela cultura das redes sociais, com polêmicas alarmistas, desinformação e debate intransigente e polarizado.

4.3 ANÁLISE ELEITORAL COM BASE NOS DADOS MUNICIPAIS

Nesta seção pretendemos caracterizar a estrutura de telecomunicação de telefonia celular e internet e de distribuição espacial de votos no território nacional. Elegemos como unidade básica para análise de dados agregados o município. A definição quanto ao uso do resultado eleitoral ao nível municipal se deve a um fator pragmático – é o único nível utilizado, concomitantemente, por todas as bases de dados adotadas nesta pesquisa – e a um fator teórico – relacionado aos conceitos de totalidade e historicidade, explorados anteriormente nesta obra.

Dessa forma serão analisados dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE referentes às votações das eleições presidenciais de 2018, o qual consideramos o ponto de mudança das campanhas baseadas em cadeias de televisão e rádio, para as campanhas digitais. Com relação ao impacto da campanha digital de Bolsonaro considera-se mais adequado o estudo do primeiro turno, haja visto que para o segundo turno há uma equiparação do tempo de televisão e rádio e a diminuição para dois candidatos, de modo que outros fatores agem mais intensamente na decisão do voto.

Santos (2008) afirma que o espaço funciona como uma totalidade, ao abarcar todos os sistemas de sistemas, os conjuntos de técnicas não apenas do tempo atual, mas também dos tempos passados. Essa preexistência de temporalidades antigas em determinados lugares os coloca em inferioridade de competição com os lugares mais preparados à lógica hegemônica. A guisa de exemplo, podemos observar a competição entre municípios e a hierarquia das cidades, onde há municípios que são arrebatados por zonas de influência de outros, representando pontos de telecomando de escalas regionais ou nacionais. Assim ocorrem com as regiões metropolitanas e com municípios sede das regiões geográficas imediatas. Geralmente esses municípios apresentam dados econômicos e demográficos mais elevados.

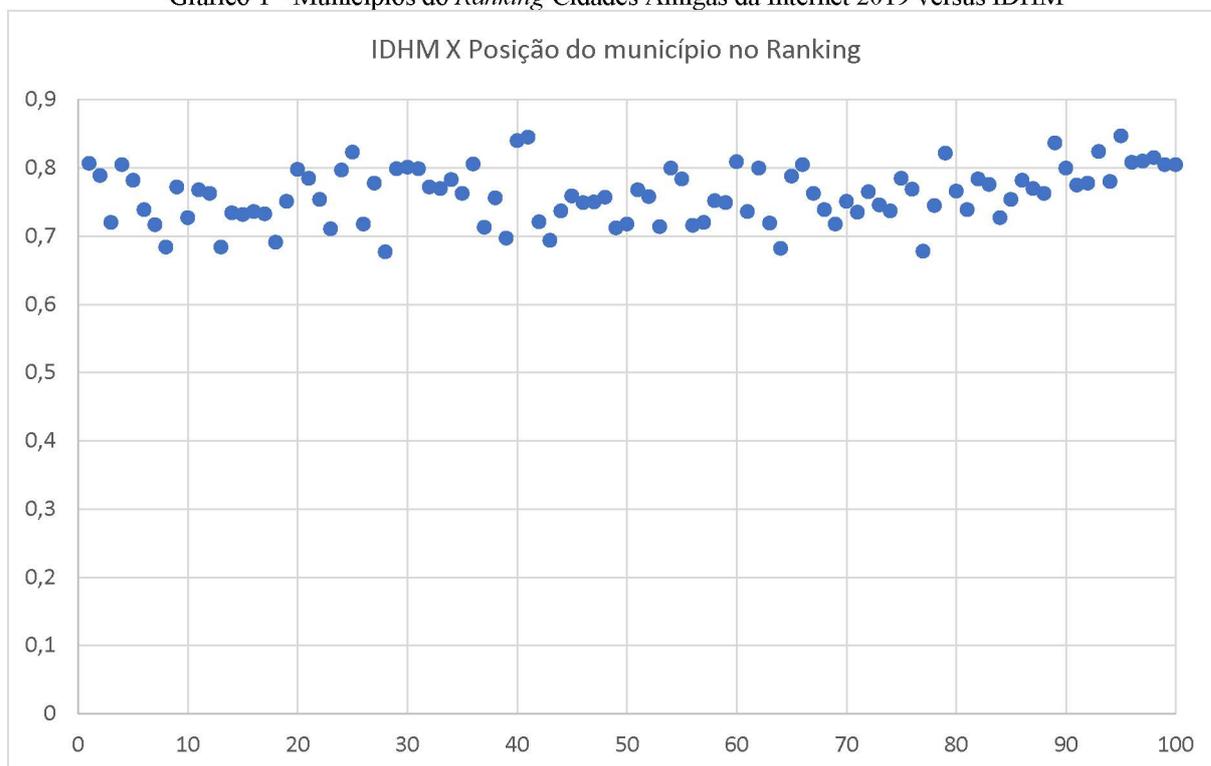
Caracterizando o perfil dos municípios em que Bolsonaro saiu vitorioso em comparação com os que o segundo colocado Haddad venceu, Nascimento (2019) conclui:

O resultado da pesquisa apontou uma grande relação do candidato Jair Bolsonaro a cidades da região Sudeste; com melhores índices de desenvolvimento humano municipal; maiores proporções de eleitores adultos, casados, concluintes do ensino superior e fundamental e pessoas de cor branca. De modo antagônico a pesquisa denotou uma forte correspondência do candidato Fernando Haddad a cidades da região Nordeste, com baixos níveis de desenvolvimento municipais; maiores proporções de eleitores jovens, solteiros e pessoas de cor parda. (Nascimento, 2019, p. 44).

Baseando-se no cientista político Robert Huckfeldt, Zolnerkevic (2019) descreve o conceito de contexto social de vizinhança, cujo ponto focal consiste em analisar os motivos que levam eleitores provenientes de domicílios próximos votarem de maneira semelhante. Este conceito pode explicar o padrão levantado por Nascimento (2019), contudo não se aprofunda a respeito da motivação do eleitorado, com suas características sociais específicas, para votar naquele determinado candidato. Não obstante, o autor aponta caminhos possíveis para uma investigação ao afirmar que “[...] raramente as pessoas tomam suas decisões políticas de forma isolada. Geralmente elas se informam por meio das mídias de massa e das redes de comunicação política no contexto social onde vivem e praticam sua vida social” (Zolnerkevic, 2019, p. 189), ou seja, as fontes de informação têm papel relevante na decisão do voto.

Propomos que a campanha bolsonarista se utilizou mais fortemente do aparato técnico digital ao propor uma campanha digital mais robusta que os demais candidatos, logo, é razoável considerar esse parâmetro como uma das justificativas ao perfil antagônico de municípios apontados por Nascimento (2019). A Conexis Brasil Digital é uma marca que representa o Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, esta instituição disponibiliza uma série de estudos relativos ao seu setor de atuação, inclusive o *Ranking* Cidades amigas da Internet (TUDE, 2019), levantamento feito anualmente que visa divulgar as 100 cidades onde há melhores condições de conectividade no Brasil. Consideramos o relatório de 2019, pois sua fase de coleta de dados se deu em 2018, e identificamos o IDHM dos 100 municípios, por meio dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, referente ao ano de 2019. Os resultados podem ser observados no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Municípios do *Ranking* Cidades Amigas da Internet 2019 versus IDHM



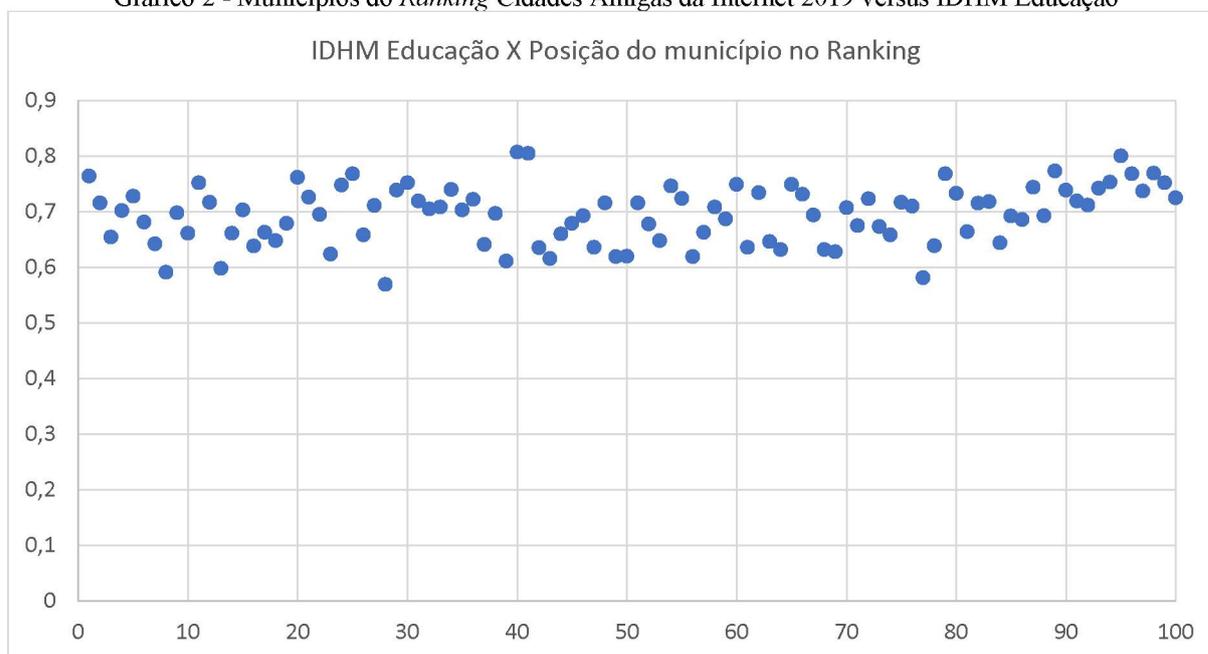
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral; Conexis Brasil Digital. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Conforme a classificação internacionalmente aceita, são considerados IDHM médio o intervalo entre 0,6 e 0,69; alto o intervalo entre 0,7 e 0,79; muito alto o intervalo acima de 0,8. Nota-se que a grande maioria dos municípios se enquadra nos IDHM^s alto e muito alto, representando 92% da amostragem. Diversos fatores levam a uma relação entre alta conectividade no município e elevado Índice de Desenvolvimento Humano, sobretudo dois: a infraestrutura necessária para as telecomunicações se dá em municípios que já se adiantaram

quanto a outras problemáticas sociais mais urgentes; a renda média da população precisa suportar o consumo de aparelhos com conexão à internet (*smartphones*, televisores, computadores, *tablets* e afins).

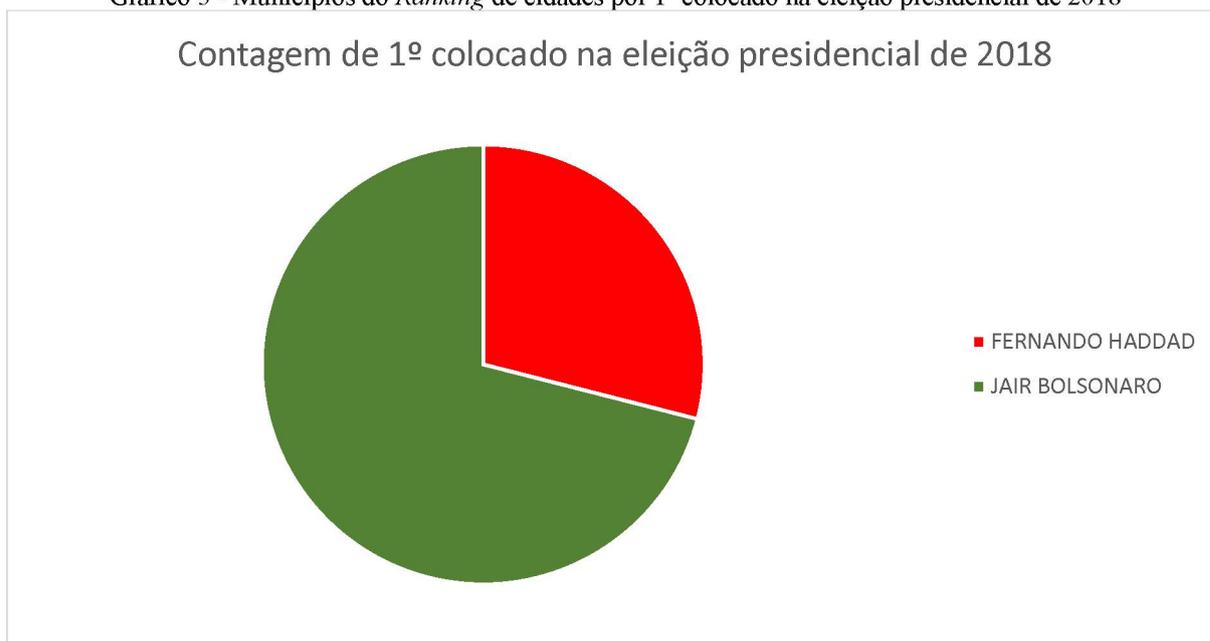
O mesmo se dá com relação à educação. Nascimento (2019) afirma que o perfil de municípios votantes em Bolsonaro possui concluintes do ensino superior, ou seja, está diretamente relacionado aos municípios com altos índices de escolarização. No Gráfico 2 abaixo, retirado de Tude (2019), podemos observar o índice IDHM Educação, também entre os intervalos médio, alto e muito alto. Apenas 4 municípios se enquadram no nível baixo, menor que 0,6, ainda assim com valores bem próximos do nível médio. 52% estão no nível alto e muito alto.

Gráfico 2 - Municípios do *Ranking* Cidades Amigas da Internet 2019 versus IDHM Educação



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral; Conexis Brasil Digital. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Em seguida analisamos o candidato que ficou em 1º lugar na lista dos 100 municípios do ranking e Bolsonaro foi o escolhido em 71% dos municípios, conforme vemos no Gráfico 3. Convém ressaltar que a nossa proposta não é apresentar uma explicação única ao fenômeno, mas sim incluir uma nova possibilidade de investigação. O que foi realizado até o momento, nesta seção, foi uma tentativa de aproximação da hipótese com o perfil de municípios utilizando bases de dados diversas que, aparentemente, não guardam similaridades entre si.

Gráfico 3 - Municípios do *Ranking* de cidades por 1º colocado na eleição presidencial de 2018

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral; Conexis Brasil Digital. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Boa parte das análises sobre as eleições presidenciais de 2018 parte da premissa de que o pleito esteve envolto em uma polarização extremada e reorganização do apoio partidário por parte dos eleitores. Contudo, Alkmim e Terron (2022) trazem uma perspectiva diferente, para os autores a divisão entre duas forças políticas nas eleições presidenciais já estava posta desde disputas anteriores, inclusive com territórios bem definidos para cada uma delas.

Utilizando os dados disponíveis do TSE de votos por município, os autores defendem a tese de que um cenário bipolarizado já se desenha no país desde a eleição de 2002. Para tal se utilizam do conceito de polarização geográfica eleitoral, assim definido: “polarização geográfica eleitoral neste artigo se define pelas diferenças diametralmente e geograficamente opostas entre a preferência eleitoral por determinado partido e/ou candidato em forte detrimento de outro, na disputa entre os dois finalistas nas eleições presidenciais.” (Alkmim; Terron, 2022, p. 11), com o intuito de identificar se o Brasil é um país politicamente polarizado, e se sim, se existem áreas geográficas que representam essa polarização.

Segundo Alkmim e Terron (2022), desde a redemocratização sempre houve 3 forças com destaque no primeiro turno da disputa eleitoral. A mais acirrada em 1989, quando Lula e Brizola disputaram voto a voto qual dos dois iria para o segundo turno. Já a que a terceira via se viu mais distante da segunda colocação foi em 2006, quando Heloísa Helena esteve 35 pontos percentuais atrás de Geraldo Alckmin. Ainda merece destaque o desempenho de Marina Silva em 2014, que obteve a maior porcentagem de votos para uma terceira colocação, 21,3%. À exceção da primeira e da última eleição do período estudado (1989 a 2018) todos os pleitos

foram uma decisão entre o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, sendo que o insucesso, em ambos os casos, se deu pelo PSDB.

Dessa forma, fica evidenciado que as eleições presidenciais brasileiras sempre contaram com 3 vias de destaque, sendo uma componente do espectro político da esquerda/centro esquerda e outra da direita/centro direita, que se alternavam no poder. A terceira vertente, em todas as disputas, esteve atrelada à esquerda. Com essa constatação os autores promoveram uma busca por padrões geográficos nas votações a nível de município, mas desta vez incluindo os segundos turnos. Os resultados que encontraram indicam uma organização geográfica bem estabelecida a partir de 2002 e uma atipicidade nos padrões nas eleições de 1989 e 2018, porém enquanto na primeira mudam-se os padrões geográficos e o partido de oposição ao PT, na segunda o que difere é apenas o partido de oposição, em que o PSDB dá espaço ao PSL. Ou nas palavras dos autores:

Assim, reordenando a análise de um ponto de vista cronológico e buscando uma síntese, poder-se-ia afirmar que a eleição de 1989 é atípica em relação às demais. Os mandatos do PSDB em 1994 a 1998 apresentam um outro padrão geográfico, tendo o PT como o principal partido, posicionado, em uma situação diversa à de 2002. Já o próprio PT, inicialmente o principal oponente ao PSDB, chega ao poder no segundo turno das eleições de 2002. E o enfrentamento entre esses dois partidos será recorrente nas eleições seguintes até 2014. Já em 2018, surge um outro personagem, o que torna essa eleição também atípica, mas do ponto de vista da polarização geográfica a oposição entre PT e PSL é idêntica às de 2002 em diante. Dito de outra forma, o PSL assumiu o lugar do PSDB. (Alkmim; Terron, 2022, p. 15)

Diante dos fatos é possível afirmar que a candidatura Bolsonaro em 2018 não reorganizou a preferência política da população, mas sim abocanhou o espectro político da direita/centro direita, sobretudo os territórios antes ocupados pelo PSDB. Uma série de fatores pode ser rapidamente elencada para a derrocada do PSDB: ambiente antipolítica criado após os episódios da operação Lava Jato, crise institucional causado pelo processo de *impeachment* que afetou a imagem dos partidos com grande representação política ou mesmo a atuação desastrosa do então senador Aécio Neves, principal nome do partido durante e após a eleição de 2014. Entretanto, apesar de explicar o declínio do PSDB, não consegue descrever o porquê de o eleitorado ter migrado em massa, já no primeiro turno, para o candidato Jair Bolsonaro, que não possuía tempo de exposição nas cadeias de rádio e televisão e com a profusão de candidaturas de direita e centro direita à disposição com carreiras políticas mais consolidadas. Propomos que tal processo de transferência de eleitorado se deu pela campanha digital bolsonarista.

Alkmim e Terron (2022) argumentam que o período pós redemocratização apresentou pelo menos 3 forças políticas importantes nos 1º turnos e uma bipolarização nos segundos

turnos e nas eleições em que houve somente o 1º turno. No período foram produzidos dois arranjos geográficos, o primeiro de 1989 a 1998 e o segundo se transformando em 2002 e se consolidando em 2006.

O primeiro período se caracterizou por uma aliança agrária conservadora das elites brasileiras que elegeu Collor em 1989, que transferiu seu território eleitoral para Fernando Henrique Cardoso nas duas eleições seguintes¹⁹, em contraposição ao território petista, formado pelos votos das grandes cidades juntamente com o território brizolista. Enquanto a área de influência do PRN e PSDB se concentrava nos estados do Centro Oeste, do Paraná, Sudoeste de Minas Gerais, pequenas partes do litoral nordestino e grande parcela da região Norte; a zona fiel ao PT apresentava um padrão disperso por vários pontos do país, acrescidos das regiões brizolistas, que eram os dois estados em que Leonel Brizola foi governador, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (Alkmim; Terron, 2022).

A eleição de 2002 trouxe um novo panorama, com poucos *clusters* de territórios eleitorais de ambos os candidatos, caracterizando uma mudança de cenário. A vitória de Lula do PT inaugurou um governo com políticas notadamente voltadas à redução da desigualdade social. Aparentemente essa característica política ganhou amplo debate da opinião pública, de modo que os territórios eleitorais praticamente se inverteram em 2006, já com os contornos apresentados em todas as eleições seguintes até o ano de 2022. Nesse contorno o PT perdeu seus redutos fluminense e gaúcho, avançando sobre a porção oeste e norte de Minas Gerais e os estados da região Nordeste e Norte (Alkmim; Terron, 2022).

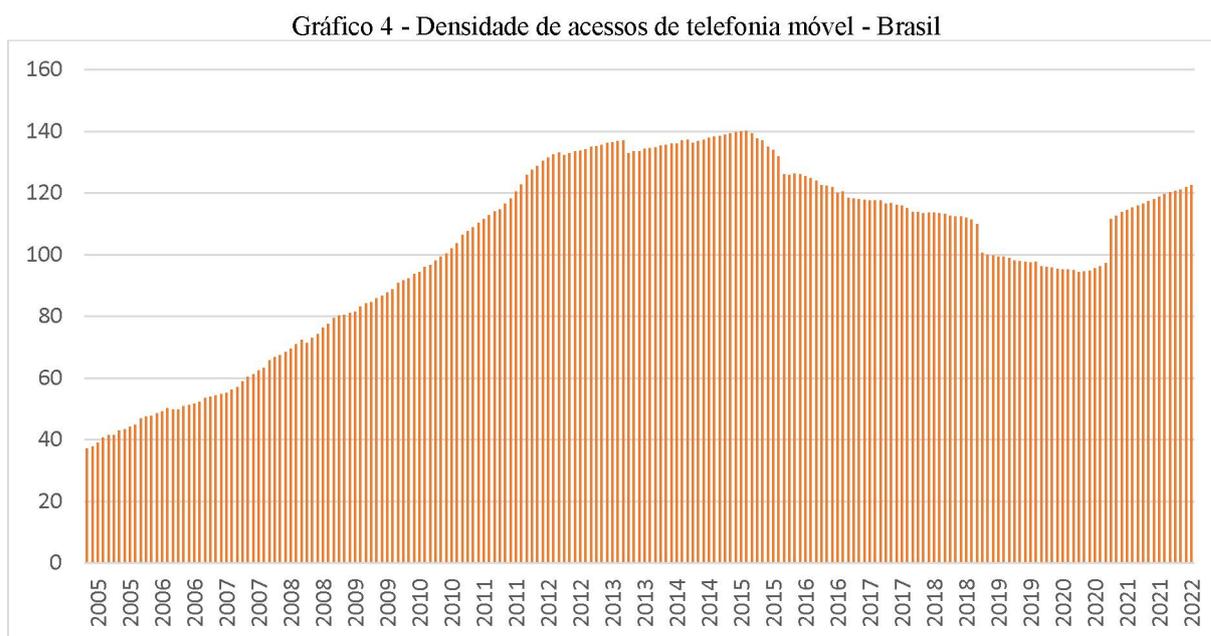
Portanto, podemos supor que, diferentemente do que foi propagado pela imprensa (Ayer, 2018; Silva, 2018), a vitória de Bolsonaro não representou uma reconfiguração ideológica do eleitorado, pois a divisão já existia e seus contornos geográficos já estavam traçados há pelo menos 12 anos. Defendemos que a campanha Bolsonaro conseguiu capitanear o eleitorado que, tradicionalmente, apoiava o PSDB, se aproveitando da crise de imagem que o partido vivia. Porém, ainda nos resta um questionamento: é seguro supor que os fatores que levaram ao desprestígio do PSDB: escândalos envolvendo o partido e Aécio Neves; sentimento antipolítico provocado pela cobertura midiática da operação Lava Jato. Contudo, qual fator foi decisivo para que o eleitorado migrasse em peso para o candidato Bolsonaro? Acreditamos estar relacionado com a campanha digital.

Podemos analisar a influência do aparato técnico das mídias digitais a partir de dados de fontes secundárias. A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, disponibiliza

19 Os mapas podem ser conferidos em Alkmim e Terron (2022).

diversas informações através da sua plataforma Painel de Dados, neste instrumento são disponibilizados dados mapeados de cobertura de redes de telefonia móvel, internet e outros, categorizados por domicílio, moradores ou área. De modo que nos valem dessa base para tecer algumas reflexões. Os dados do Gráfico 4 e do Gráfico 5 foram extraídos da plataforma Painel de Dados da ANATEL em planilhas e elaborados por meio do programa Excel.

Analisando os dados anuais de densidade de acesso a telefonia móvel, ou seja, a quantidade de acessos a cada 100 habitantes, no Brasil, chegamos ao exposto no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**:



Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

A ANATEL só disponibiliza os dados a partir do ano de 2005, cada linha em laranja representa a densidade de acessos no mês, sendo que o fim do período é abril de 2022. Percebe-se que houve um crescimento contínuo até 2013, quando ocorre uma pequena queda, seguida de novo crescimento até o ápice em meados de 2015. Em seguida, há um leve declínio até o final de 2018, quando ocorre uma queda brusca por 2 anos consecutivos até uma retomada do crescimento em 2021.

Acreditamos que nas duas primeiras décadas dos anos 2000 se dava a implantação da mudança comportamental da população brasileira para a adoção da internet como um sistema de técnicas do seu tempo. Nesse período ocorreram importantes movimentos de rua com relação direta às comunicações por redes sociais, como as jornadas de junho no Brasil, que foram um ponto importante de remodelação da representação político partidária. Também nesse período

se enraizaram na sociedade brasileira as redes sociais e os *smartphones*. Outro fato marcante foi a chegada da tecnologia 4G ao Brasil, em 2013, por ocasião da realização da Copa do Mundo FIFA de futebol (Do tijolão [...], 2021). Essas tecnologias possibilitaram o acesso instantâneo e a variação das funcionalidades dos aparelhos celulares.

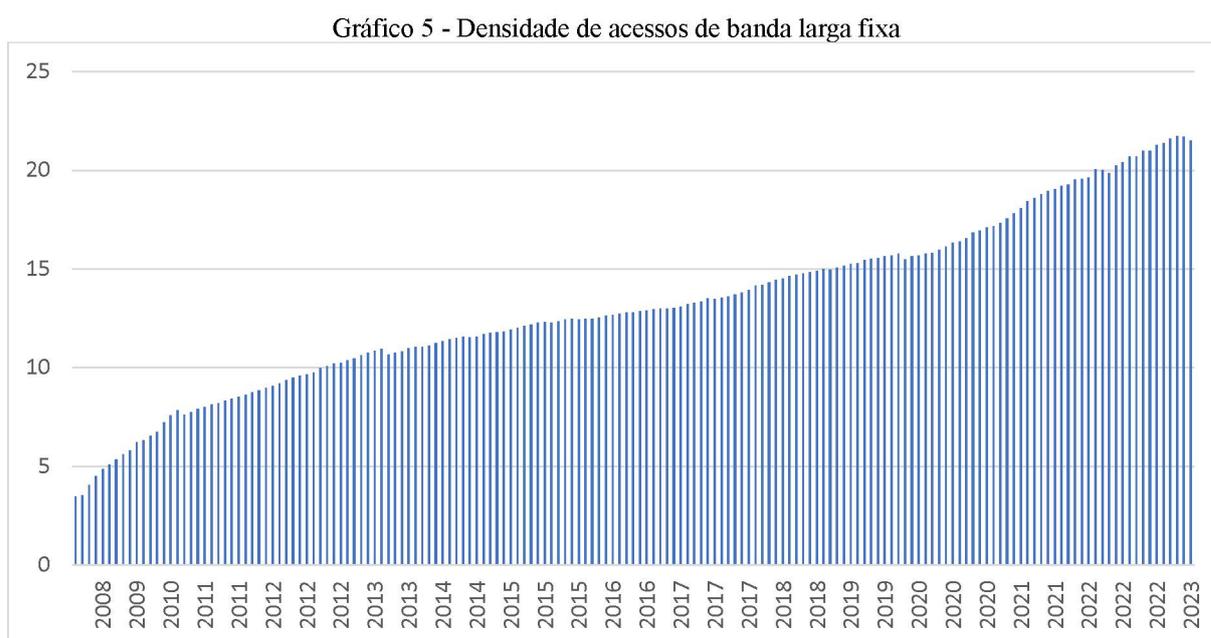
Até o ano de 2015 sugerimos que houve a consumação desse movimento, de modo que a internet se tornou um dos pilares do sistema de telecomunicações nas relações sociais. É possível que a queda ocorrida nos 3 anos seguintes se deva a recessão econômica que atingiu o país em meio à crise política que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Roussef e o programa de austeridades adotados pelo seu sucessor Michel Temer, pois há requisitos ao nível material para que se consuma um acesso de telefonia móvel, conforme indicado no gráfico, sobretudo a posse de um aparelho *smartphone* e redes de conexões disponíveis para acessar a internet (geralmente adquiridas por meio de planos pagos). De modo que uma recessão econômica afete o consumo e cerceie direitos básicos da população, inclusive a inserção digital, que se torna uma necessidade após a adoção deste sistema de técnicas que, já neste momento, permeia diversos aspectos da vida da população brasileira.

O ano de 2019 se inicia com um novo governo, Jair Bolsonaro, que, assim como seu antecessor, adota uma política de cortes orçamentários, a situação se agrava com o irromper da pandemia de Covid19, a economia entra em um estado crítico. Acreditamos que estes movimentos foram os responsáveis pelas quedas das densidades de acesso e, embora o uso desta categoria de acesso tenha sofrido com quedas, não foi o suficiente para perturbar a campanha Bolsonaro, tampouco sua comunicação com a base eleitoral, que continuou mesmo após assumir o governo através do filho de Jair Bolsonaro e vereador eleito pelo município do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro. Não é de se estranhar que, ao longo dos quatro anos de governo, Bolsonaro jamais abandonou a comunicação pelas redes sociais, tendo seu governo dado especial atenção a essas questões, inclusive com a realização de *lives* semanais como uma forma do presidente se comunicar “diretamente” com o público, sem a mediação das mídias tradicionais, que o discurso bolsonarista costumava se antagonizar.

A alta repentina em fins de 2020 da densidade de acessos, possivelmente é fruto da prática de *home office* adotada nos períodos de *lock down* e à política de auxílio emergencial, que foi aplicada sobre a exigência de inscrição por aplicativos. De fato, o governo de Jair Bolsonaro se voltou a diversas práticas *online*, como o uso de aplicativos para se inscrever em programas sociais e até a criação de uma moeda virtual, o PIX. Certamente essas práticas incentivaram o maior uso de dados móveis por *smartphones*, sobretudo para o uso do PIX, que

foi adotado rapidamente pela população, devido à ausência de taxas – como ocorre com os cartões de crédito e débito – e pela segurança ao não precisar portar dinheiro em espécie.

Vale lembrar que mesmo com a queda ocorrida a partir de 2015, a densidade nunca ficou abaixo de 90 acessos por 100 habitantes, que era próxima dos valores de 2010. Na mesma época, outros setores tiveram quedas bem mais significativas, como o setor educacional ou o ambiental. Isso sugere que o uso de telefonia móvel figurou entre os serviços essenciais. Se os serviços de telefonia móvel estiveram sujeitos às flutuações da economia, o mesmo não se deu com o acesso à internet por banda larga fixa. O Gráfico 5 mostra a evolução abaixo.



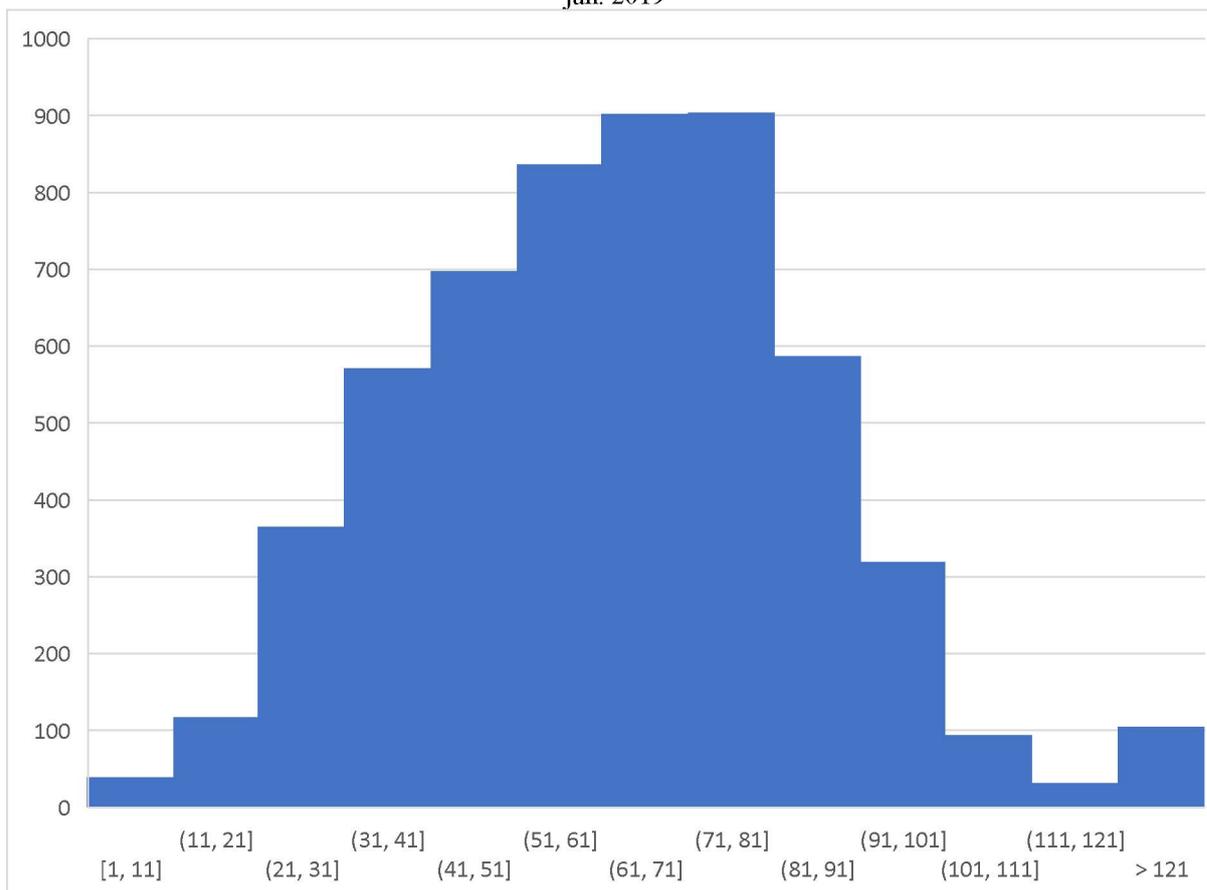
Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Neste caso a ANATEL disponibiliza dados a partir de 2007 e o que se observa é um crescente quase contínuo, interrompido apenas por pequenas regressões entre um mês e o seguinte. É verdade que o valor de acessos é menor que no caso da telefonia móvel, mas este tipo de acesso atende a habitações inteiras, tanto residenciais quanto comerciais/institucionais, e também comporta o uso por *smartphones*. Para o objetivo desta pesquisa, visando isolar o fator acesso à internet via *smartphones*, adotamos os dados de densidade de telefonia móvel de acessos por município. Essa categoria só passou a ser disponibilizada por municípios, na plataforma, a partir de janeiro de 2019. Dado a proximidade com os eventos eleitorais de 2018 (outubro de 2018) e partindo do fato de que janeiro de 2019 ainda foi um período anterior à queda brusca representada no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, julgamos pertinente o uso dos dados para a análise.

A densidade é dada por um valor que representa a quantidade de acessos para cada grupo de 100 habitantes por município em um dado período. Esse valor é medido por um parâmetro denominado SMP que, segundo o regulamento próprio, o “[...] Serviço Móvel Pessoal – SMP é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações” (ANATEL, 2007, p. 42), segundo a agência é o meio que permite a comunicação entre celulares, entre um celular e um telefone fixo e, inclusive, o acesso à internet banda larga. Ainda que contenha outros serviços, consideramos que, no ano de 2018, a população brasileira já havia adotado um novo comportamento junto aos serviços de telecomunicações, tendo optado pela comunicação por aplicativos de mensagens em detrimento das chamadas por telefone, além do uso de redes sociais por aparelhos *smartphones*. Dessa forma, mesmo não completamente isolado, com esse dado podemos inferir quanto ao uso de internet por celulares.

Consideramos todos os 5570 municípios brasileiros, extraímos os dados brutos da plataforma Painel de Dados da ANATEL e elaboramos no Gráfico 6, um histograma, cujo eixo X está dividido em faixas de 10 unidades sobre o número de acessos a cada 100 habitantes para janeiro de 2019, no eixo Y está a quantidade de municípios que atingiu cada faixa descrita na abscissa.

Gráfico 6 - Distribuição por quantidade de municípios em faixas de densidade de acessos por telefonia móvel – jan. 2019



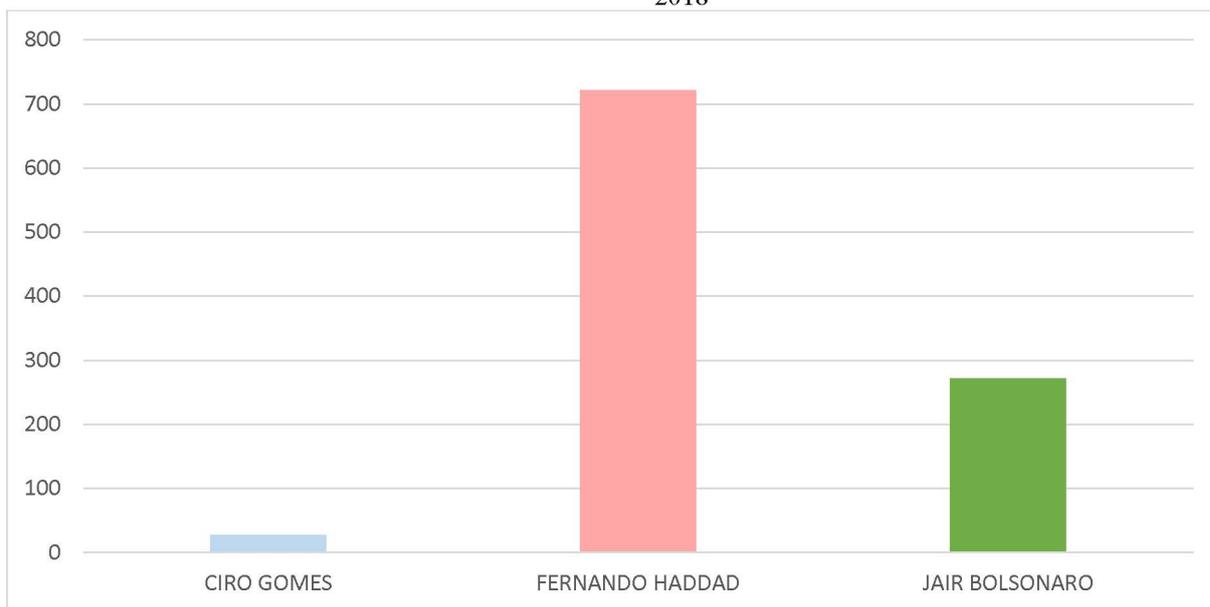
Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Para o período estudado, percebemos que a maioria dos municípios do Brasil se insere no período entre 40,0 e 90,0 acessos a cada 100 habitantes, sendo a ocorrência de valores extremamente diversa, partindo de 0,76 até 404,17 acessos por 100 habitantes. Desde 2021 a ANATEL publica, anualmente, um *ranking* das cidades com os maiores níveis de conectividade denominado Índice Brasileiro de Conectividade – IBC. Esse estudo leva em consideração 8 fatores com pesos diferenciados de ponderação, sendo o SMP um destes pontos. De modo diverso do que ocorre com a densidade de acessos, o IBC tem um limite máximo com o valor 100. A metodologia de cálculo do IBC estabelece categorias, de acordo com o desempenho no índice, em muito baixa, baixa, média e alta. O mesmo estudo indica uma tabela de correlação entre as variáveis que compõem o IBC e o próprio índice, de maneira que para a densidade

SMP os valores menores que 39,7 são considerados muito baixos, entre 39,7 e 53,1 são baixos, entre 53,1 e 65,4 são médios e maiores que 65,4 são altos (ANATEL, 2021).²⁰

Entre os municípios que apresentaram densidade de acessos na categoria muito baixa, elaboramos um histograma indicando a quantidade de municípios em que cada candidato saiu vitorioso no 1º turno. Os dados estão indicados no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Municípios com densidade muito baixa de acessos por candidato vitorioso no 1º turno da eleição de 2018



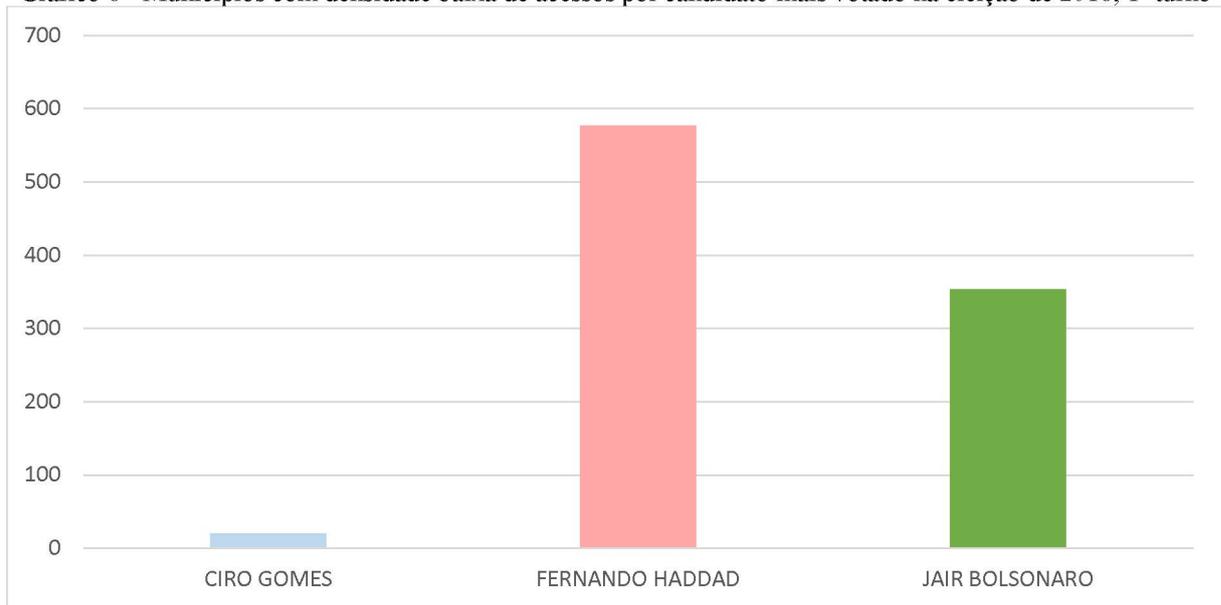
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral; Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Notamos um predomínio do candidato Fernando Haddad (PT) com mais que o dobro de municípios com relação ao segundo colocado Jair Bolsonaro (PSL), com 721 para o primeiro e 272 para o segundo, Ciro Gomes vem em terceiro com 27 municípios.

O mesmo procedimento realizamos com o segundo quantil, dos municípios, considerados com densidade de acessos baixa. Os valores estão descritos no Gráfico 8. Percebemos um recuo de Haddad e um avanço de Bolsonaro, nessa categoria de densidade de acessos o primeiro conquistou 577 municípios, frente a 353 do segundo. Novamente, Ciro Gomes aparece em terceiro com 20.

²⁰ O relatório trabalha com valores que contém 7 casas decimais após a vírgula. Sendo os seguintes: muito baixos <39,6940924; baixos >39,6940924 e <53,1132765; médios >53,1132765 e <65,3769175; altos >65,3769175. No presente estudo os valores foram arredondados para facilitar o ritmo de leitura.

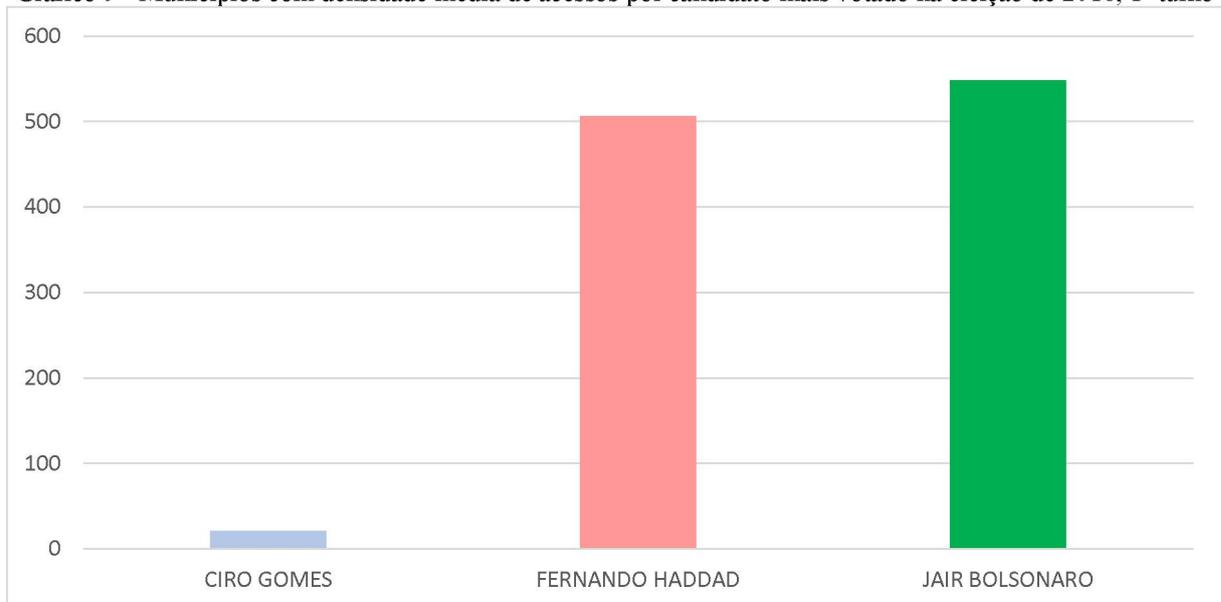
Gráfico 8 - Municípios com densidade baixa de acessos por candidato mais votado na eleição de 2018, 1º turno



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral; Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

No quantil das densidades considerada médias há uma inversão do quadro, conforme vemos no Gráfico 9. Bolsonaro alcança mais municípios e lidera nesta faixa, com 548. Haddad passa à segunda colocação com 506 e Ciro Gomes se mantém em uma média muito próxima às demais com 21.

Gráfico 9 - Municípios com densidade média de acessos por candidato mais votado na eleição de 2018, 1º turno

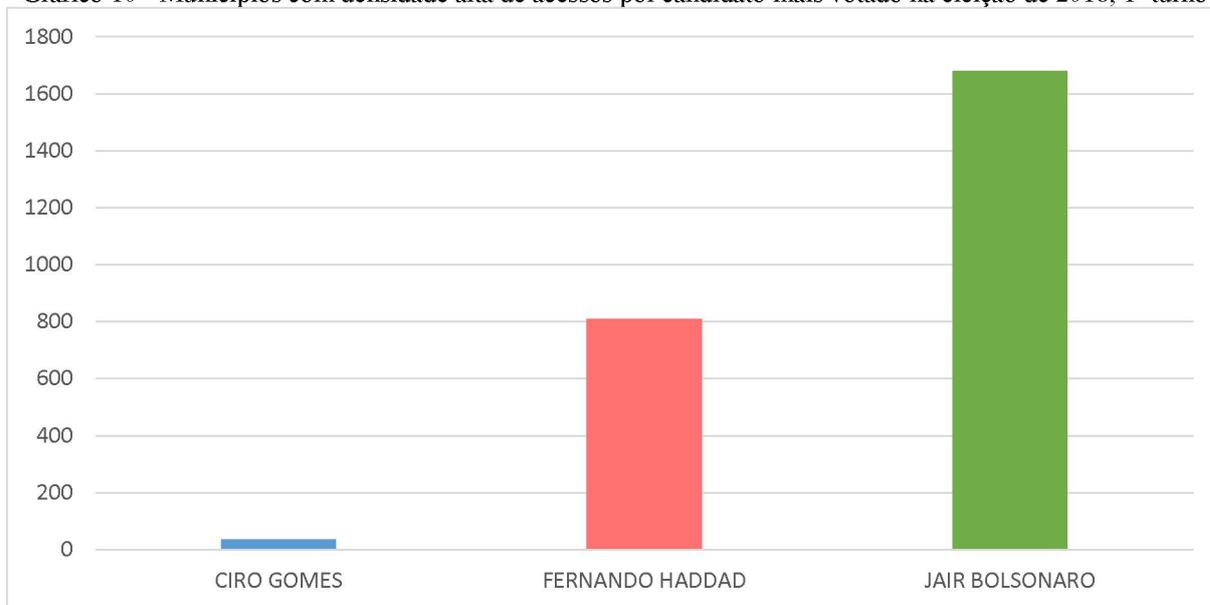


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral; Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Já nos municípios de densidade de acessos alta, o quadro que antes já havia se invertido em prol de Bolsonaro, se intensifica, conforme vemos no Gráfico 10. Bolsonaro ganha em 1680

municípios, pouco mais que o dobro dos 810 em que Haddad sai vitorioso. Ciro Gomes novamente em terceiro alcança 35 municípios.

Gráfico 10 - Municípios com densidade alta de acessos por candidato mais votado na eleição de 2018, 1º turno

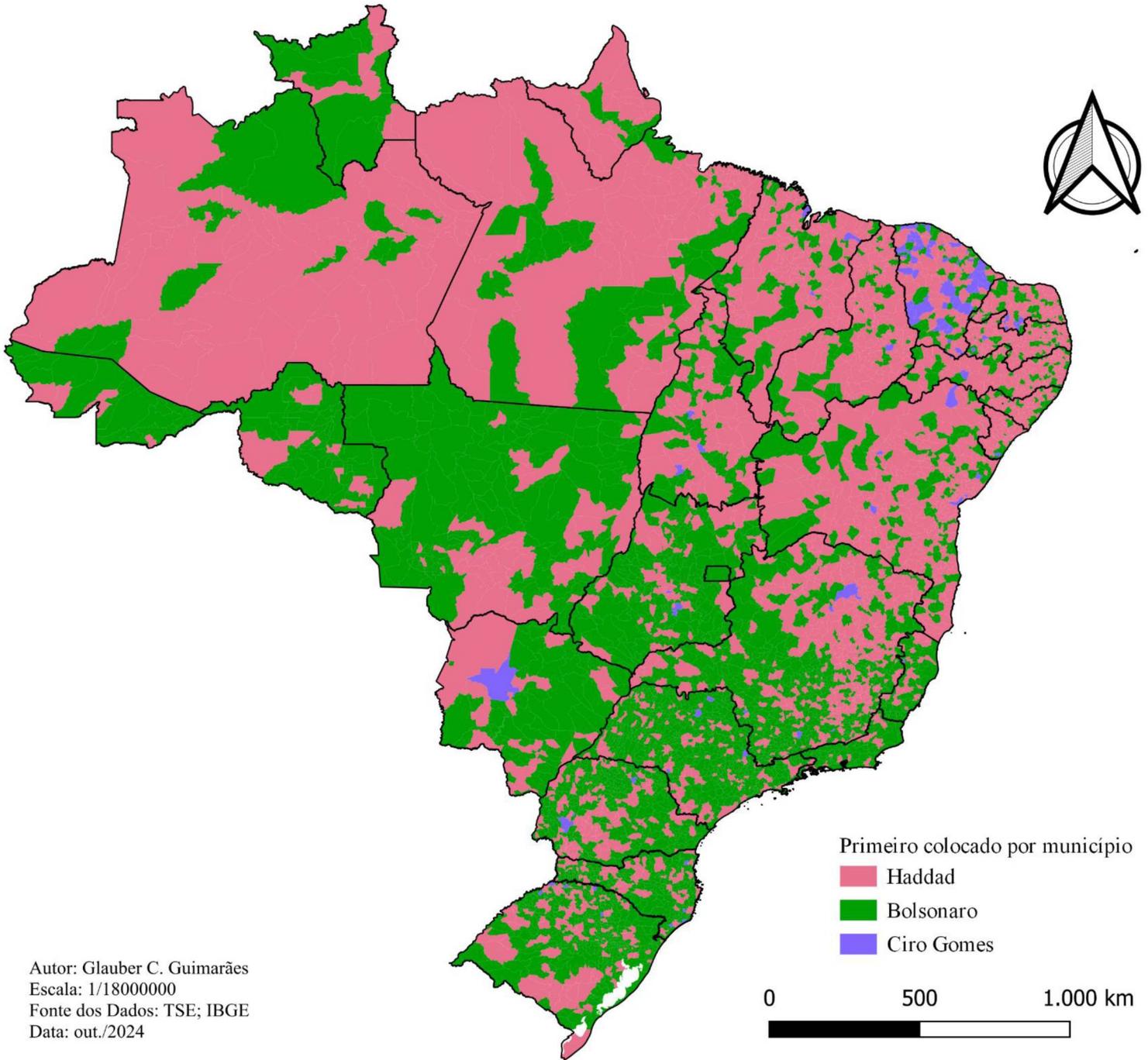


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral; Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Com isso, se evidencia uma relação entre a quantidade de acessos por 100 habitantes e o melhor desempenho de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Contudo, é importante salientar que uma maior quantidade de acessos, por si só, não foi o fator preponderante. Como informamos acima, Bolsonaro angariou um território eleitoral já delimitado há, pelo menos, 12 anos. Neste ponto evocamos a influência do contexto geográfico e no uso das redes sociais e demais mídias digitais como o fator de maior importância. O uso dos meios digitais foi uma via de exposição a um público mais pendente ao apoio de ideias à direita do espectro político, não apenas no alcance, mas também na linguagem própria deste conjunto de técnicas.

Visando analisar uma possível correlação entre a votação em Bolsonaro e a infraestrutura dos meios digitais, realizamos alguns modelos de análise espacial descritiva com o auxílio do programa GeoDA, um mapa de razão de chance e um mapa condicional. Para Cervi (2019) “a técnica de análise geográfica, também chamada de espacial, é outra variação dos princípios básicos de uma regressão. No entanto, aqui, o que se busca inicialmente é identificar possíveis relações das ocorrências entre unidades espaciais distintas. Ou seja, [...], o espaço importa” (p. 222). Em nosso caso verificamos se há dependência geográfica entre a votação no candidato Bolsonaro no primeiro turno da eleição de 2018 e a densidade de acessos de telefonia móvel. Em primeiro lugar é preciso apresentar o resultado da votação do primeiro turno de 2018 por município.

Mapa 1 - Municípios por candidato vitorioso, 1º turno, eleição de 2018



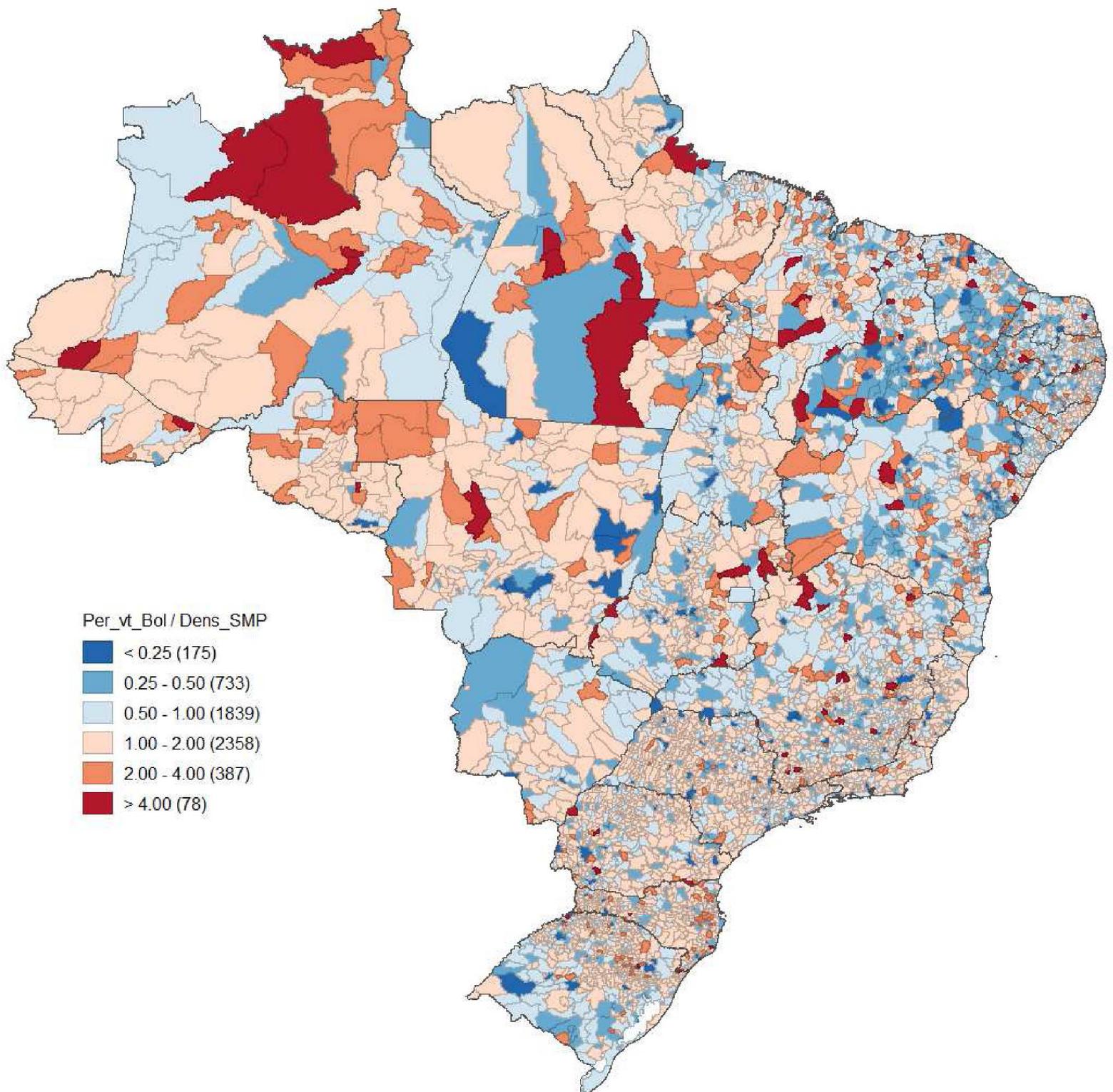
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Conforme podemos observar no Mapa 1, identificamos visualmente o padrão descrito por Alkmim e Terron (2022) dos territórios eleitorais presentes no país desde 2006. Há uma clara divisão Norte/Nordeste *versus* Sul/Centro Oeste/Sudeste.

Embora não seja uma inovação o fato de Jair Bolsonaro (no mapa, em verde), um candidato do espectro político da direita, sair vitorioso neste território eleitoral, causa estranheza a ausência de outros candidatos do mesmo campo ideológico nos resultados municipais. No campo da esquerda há um predomínio de Fernando Haddad (no mapa, em rosa), mas encontramos municípios com vitória de Ciro Gomes (em lilás), concentrados sobretudo em seu colégio eleitoral, o estado do Ceará. Esperava-se ocorrer no território eleitoral Sul/Centro Oeste/Sudeste algo similar, se se considerar que nesta eleição, todos os candidatos competiam por uma primeira eleição ao cargo, que somados ao fator desconhecimento das candidaturas, levaria a uma competição inicial entre duas ou três forças dentro do campo ideológico. Entretanto, o que observamos foi uma escolha massiva em Bolsonaro já neste primeiro momento.

Incluindo nos atributos deste mapa a densidade de acessos SMP por município, temos duas variantes que podemos investigar a dependência espacial. Conforme dito anteriormente, utilizamos o mapa de razão de chance (excess risk), neste método “são utilizadas duas variáveis para calcular a razão de chance de ocorrência de uma delas em função da distribuição de valores da outra. Também é chamado de risco relativo ou excesso de risco.” (Cervi, 2019, p. 235). O principal uso que se faz deste procedimento em geografia eleitoral é para indicar o quanto os votos de um candidato estão correlacionados com o de outro em uma eleição de abrangências distintas ou entre eleições subsequentes. Como exemplo de uso podemos citar as investigações que avaliam se os votos de uma candidatura ao governo estadual estão “casados” com determinada candidatura ao Executivo nacional, ou se um político eleito conseguiu transferir seus votos ao sucessor. Considerando a votação municipal em Bolsonaro (Per_{vt_Bol}) como a variável evento e a densidade de acessos ($Dens_{SMP}$) como a variável base, exibimos os resultados no Mapa 2.

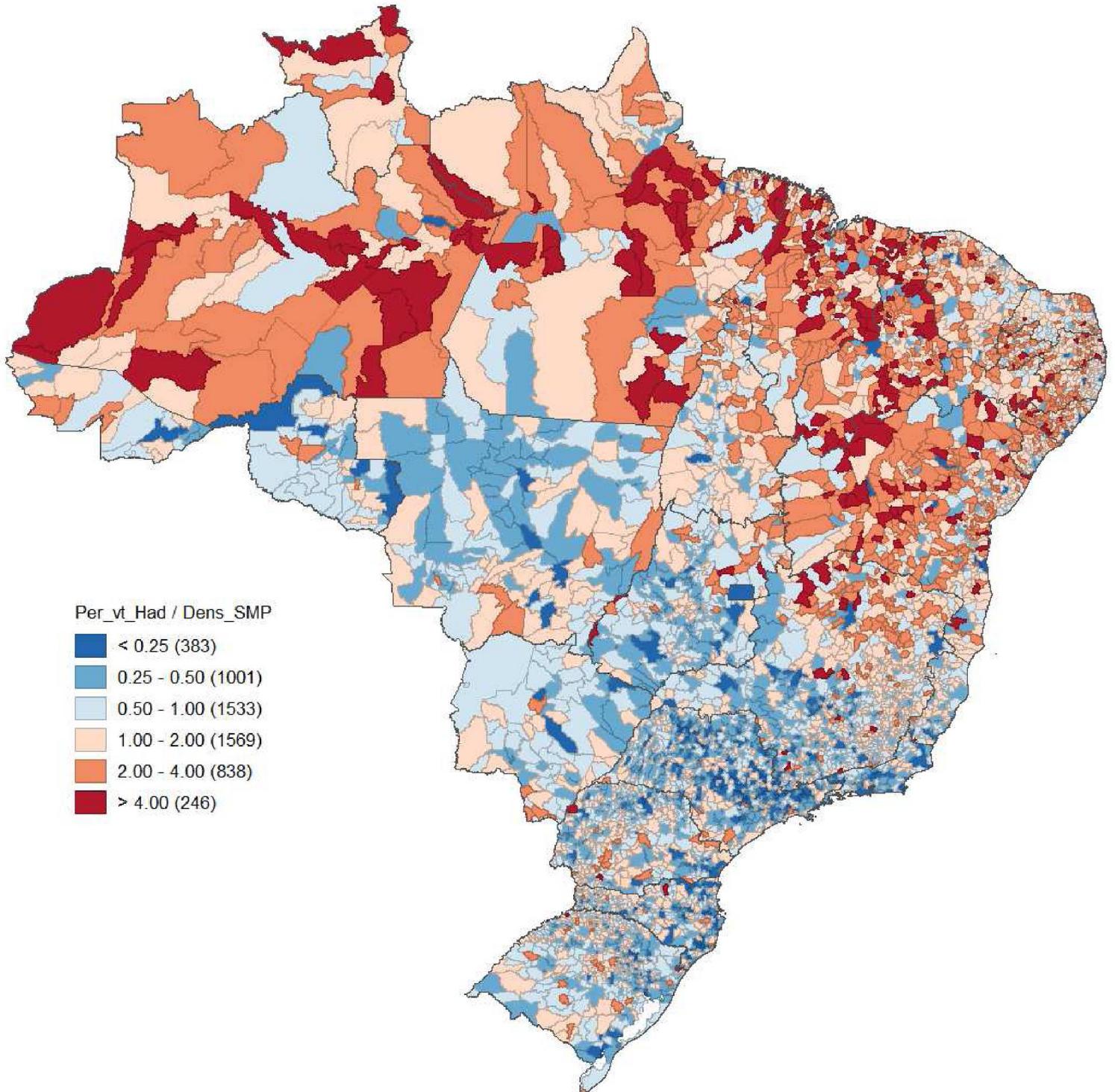
Mapa 2 - Razão de chance entre a votação em Bolsonaro no 1º turno de 2018 e a densidade de acessos jan. 2019



Fontes: Tribunal Superior Eleitoral; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Nesse tipo de mapa se calcula quanto da variável evento deve estar influenciando na variável base. O resultado indica valores numa escala bicolor, indo do azul escuro ao vermelho. Os valores abaixo do esperado têm tons azuis e os acima do esperado avermelhados. O resultado ideal para dependência é igual a 1, assim sendo, considera-se de relevância os primeiros intervalos com resultado <1 e >1 (entre 0,50 e 2,00), pois são os que mais se aproximam da razão de chance de ocorrência. Nesse caso obtivemos relevância em 4197 dos 5570 municípios. Como um fator comparativo, também realizamos o mesmo procedimento para a votação em Haddad. Os dados estão expostos no Mapa 3. O valor de municípios >4 e <2 crescem consideravelmente e as duas faixas de relevância somam 2534 municípios, bem inferior ao alcançado por Bolsonaro.

Mapa 3 - Razão de chance entre a votação em Haddad no 1º turno de 2018 e a densidade de acessos jan. 2019

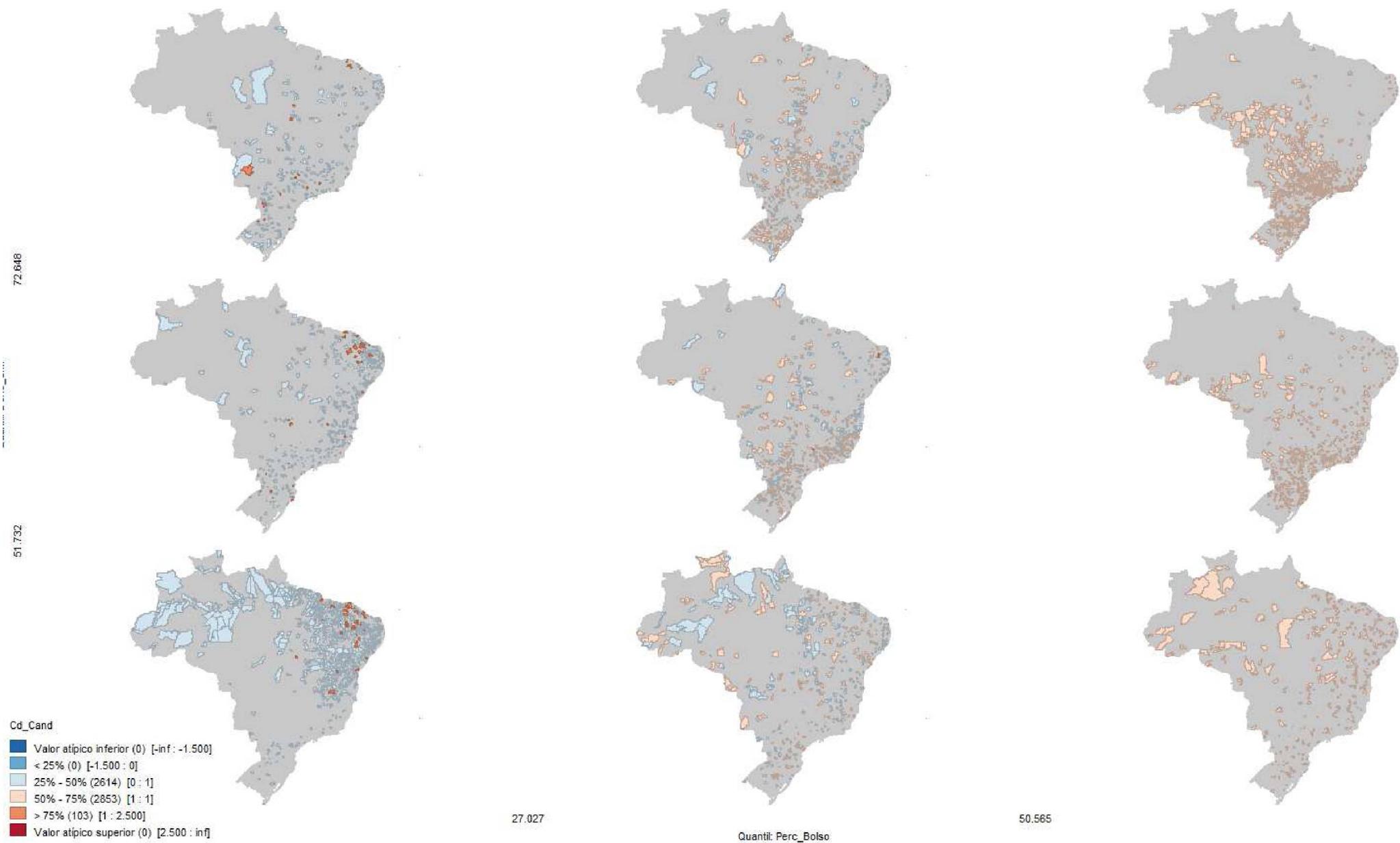


Fontes: Tribunal Superior Eleitoral; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

A comparação dos mapas mostra que há uma razão significativa de chance de correlação entre votos em Bolsonaro e densidade de acessos SMP, pelo menos bem maiores do que a mesma relação com votos em Haddad que, aparentemente, seguiu motivações mais independentes.

Um outro procedimento que utilizamos, também com auxílio do programa GeoDA, foi o mapa condicional. Essa categoria de mapa cruza três variáveis e gera 9 micromapas indicando a relação entre estas variáveis. A primeira variável ocupa o eixo das abscissas e divide os resultados em 3 níveis: baixo, médio e alto. A segunda variável compõe o eixo das ordenadas e, igualmente, divide os resultados nos mesmos 3 níveis. A terceira variável diz respeito à cor e também divide os elementos de acordo com uma escala de valor estabelecida. No Mapa 4 podemos observar essa relação de forma gráfica. No eixo X estão as porcentagens de votos em Bolsonaro, dividindo os minimapas em colunas, temos na primeira coluna da esquerda os valores com dependência entre as variáveis com baixo percentual de votos em Bolsonaro. Na coluna do meio os com médio percentual e na coluna da direita com alto percentual. O mesmo se dá no eixo Y com a densidade de acessos, dividindo os minimapas em linhas temos a linha de baixo relacionada à baixa densidade, a do meio à média e a de cima à alta. As cores representam o candidato vitorioso naquele município, os azuis representam Haddad e os laranjas Bolsonaro. O percentual de votos foi reduzido a duas categorias: (i) vitória de Haddad e (ii) vitória de Bolsonaro.

Mapa 4 - Mapa condicional densidade de acessos por porcentagem de votação em Bolsonaro – eleição 2018, 1º turno



Fontes: Tribunal Superior Eleitoral; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Agência Nacional de Telecomunicações. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Traçando uma diagonal em 45° partindo da origem do gráfico de mapas, temos no primeiro minimapa os municípios com baixa densidade de acessos e baixo percentual de votos em Bolsonaro. Na ponta oposta da diagonal no primeiro mapa da terceira coluna, temos os municípios com alto percentual de votos em Bolsonaro e alta densidade de acessos SMP. Notamos que na coluna 3, onde estão os municípios com vitória de Bolsonaro, percebemos que na terceira linha (partindo da origem) está o mapa que concentra a maior quantidade de municípios. Enquanto que na coluna 1, onde estão os municípios com vitória de Haddad, se concentram na primeira linha.

É importante pontuar a similaridade destes territórios com os identificados por Alkmim e Terron (2022). Percebemos que o minimapa superior da terceira coluna reflete a repartição Sul/Centro Oeste/Sudeste ligados à direita, com um pequeno avanço sobre as novas fronteiras agrícolas da Amazônia Legal nos estados de Rondônia e Acre. Cabe salientar que o objetivo deste mapa não é realizar uma visualização da votação no candidato, mas sim correlacionar seus municípios vitoriosos com uma variável de densidade de acessos SMP, logrando estabelecer a importância desta variável nas investigações sobre territórios eleitorais. Surpreende o quanto as fronteiras baseadas nesta variável se assemelham ao território real de votação. Fato que corrobora com nossa hipótese de que a escolha em Bolsonaro no primeiro turno se deva às informações que circularam pelas redes digitais.

Na primeira linha, onde se encontram os municípios com baixa densidade de acessos, vemos no terceiro minimapa (partindo da origem) os municípios onde Bolsonaro obteve a primeira colocação. Embora sejam em menor número do que os minimapas acima, podemos tecer alguns apontamentos importantes. Aparentemente, os municípios estão dispersos pelo território brasileiro não apresentando um padrão geográfico, entretanto notamos a presença destes municípios em áreas de fronteiras agrícolas e próximo a regiões de influência de capitais estaduais. Como exemplo, observamos uma série de municípios na região denominada MATOPIBA²¹, uma nova região produtora de agricultura de grãos, se consolidando como a mais nova fronteira agrícola. Vemos ainda a presença do município de São Félix do Xingu/PA, uma região com a economia fortemente ligada à atividade pecuária. Alto Alegre/RR e Itapuã do Oeste/RO estão na zona de influência das capitais de seus estados, locais com maior presença de infraestrutura de redes digitais.

²¹ Área que abrange terras dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Seu nome é a junção das siglas estaduais.

Ao longo do mandato Bolsonaro, percebemos sua forte ligação com a base parlamentar ligada ao agronegócio, oriunda de uma aliança com as elites do setor que o candidato se comprometeu ainda no período de campanha. Isto pode explicar sua vitória nestas regiões, mesmo com o baixo índice de densidade de acessos. Os municípios na zona de influência de capitais acabam consumindo informações do município principal da região, o que pode ter favorecido sua candidatura.

Situação espelhada ocorre quando fazemos o mesmo mapa condicional para Haddad, conforme vemos no Mapa 5. A concentração de municípios com vitória de Haddad se dá na linha de baixo da terceira coluna, enquanto o minimapa com maior concentração de municípios com vitória de Bolsonaro está na primeira coluna, na linha de cima.

É importante frisar que sempre que se utiliza de métodos descritivos espaciais do tipo quantitativo, sempre se corre o risco da chamada “falácia ecológica”²². No entanto, não há como neutralizar esse colateral, pois o pesquisador deve tomar escolhas nem sempre intuitivas, tampouco já estabelecidas no campo do conhecimento. Essa seção se traduz em um esforço para investigar uma correlação teórica e historicamente – dado o histórico de fatos envolvendo *Big Techs*, gabinetes paralelos e supostos financiamentos de *digital influencers* pelo governo – aceitáveis, mas de difícil investigação, dado que as mídias digitais já perfazem um serviço essencial para a população, de modo que seu uso não se restringe à militância política partidária. Devemos esclarecer que a presente seção foi um dos vieses desta investigação e que sozinha não poderia comprovar nossa hipótese.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DO USO DE TÉCNICAS DIGITAIS EM COMUNICAÇÃO COTIDIANA E NO COMPORTAMENTO ELEITORAL

O objetivo desta seção é verificar a correspondência entre a estrutura de telecomunicação (caracterizando zonas luminosas - com maior acúmulo de estrutura – e zonas opacas – com menor) e a distribuição espacial de votos no candidato Bolsonaro, ou seja, se na seção anterior enfatizamos a presença de maior infraestrutura de redes de telecomunicações no território eleitoral bolsonarista, nesta seção investigamos o quanto tais técnicas estão enraizadas nos modos e fazeres do cotidiano da população brasileira e, especificamente, do público bolsonarista.

Para isso serão analisados dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua – PNAD Contínua sobre acesso à internet por celular e uso de televisores e rádio nos domicílios brasileiros. Da mesma forma, com relação aos usos de tecnologias pelos brasileiros, serão analisados os dados dos relatórios das pesquisas TIC Domicílios. Sobre o uso de aplicativo de mensagens utilizamos a pesquisa *Os vetores da comunicação política em aplicativos de mensagens: hábitos e percepções do brasileiro em 2020*, de autoria do Internet Lab e da Rede Conhecimento Social. E quanto ao uso de aplicativos de mensagens por eleitores, consultamos o *Relatório uso de redes sociais*, elaborado pelo Instituto Datafolha. Em conjunto às análises, será feita uma ponte de diálogo a partir de produções cartográficas com dados do Tribunal Superior Eleitoral e da Agência Nacional de Telecomunicações a nível do município.

²² Para Cervi (2017) existem dois tipos de falácias científicas: a falácia ecológica e a falácia individualista. Enquanto a primeira diz respeito às conclusões arbitradas, a partir de dados macros sobre indivíduos, a segunda percorre o sentido oposto, gerando conclusões sobre o macro a partir de dados do indivíduo.

A análise dos dados permitirá uma reinterpretação da reprodução ideal da realidade obtida no levantamento bibliográfico, como um caminho inverso retornando à origem do estudo, pois, segundo Duarte,

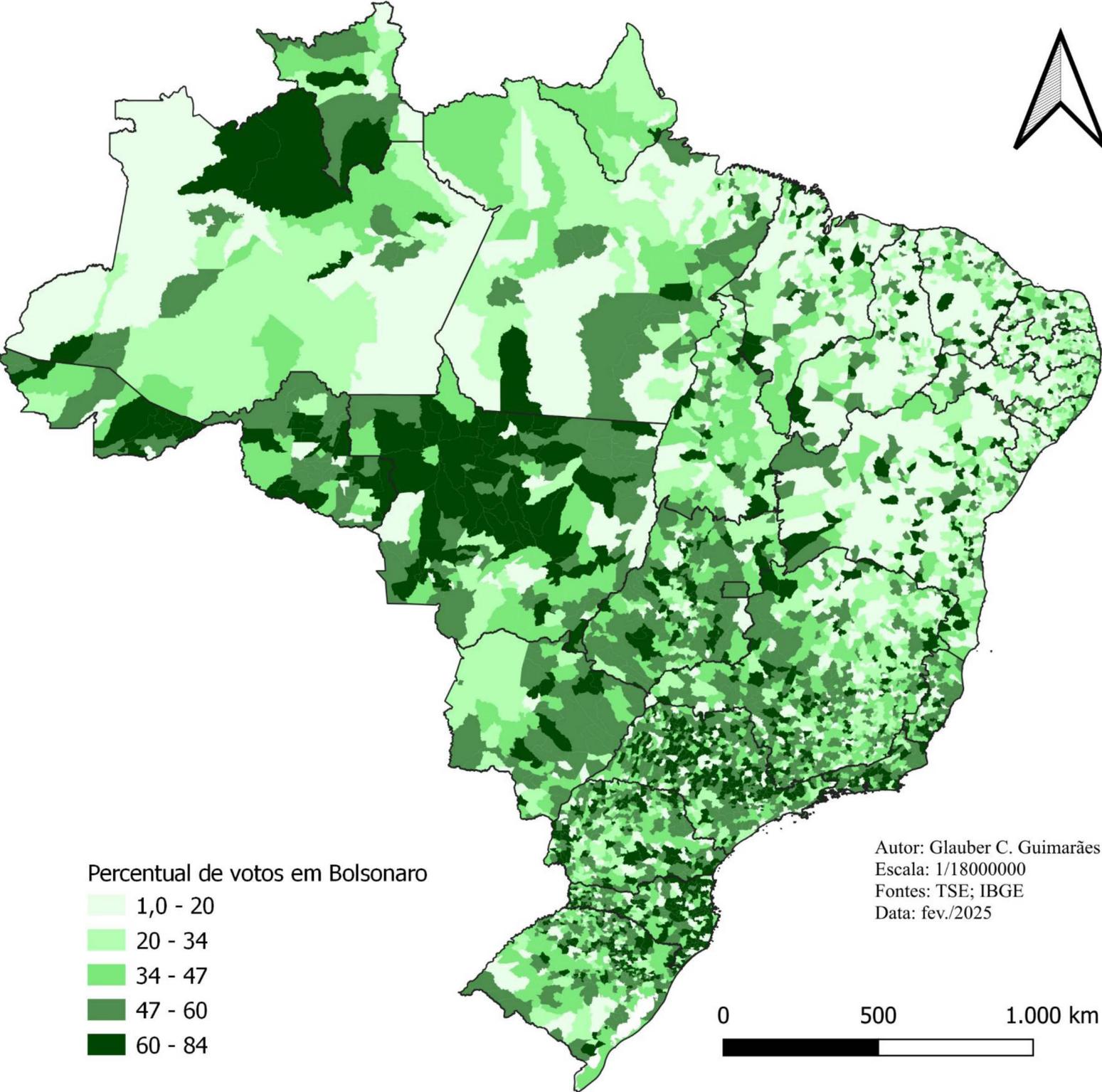
O trabalho analítico com as categorias mais simples e abstratas seguirá agora o percurso do progressivo enriquecimento da teoria interpretativa da realidade, até atingir novamente o todo que foi o ponto de partida; só que esse todo já não mais se apresenta ao pensamento como uma representação caótica, mas como “uma rica totalidade de determinações e relações diversas”. O concreto é, assim, reproduzido pelo pensamento científico, que reconstrói, no plano intelectual, a complexidade das relações que compõem o campo da realidade, o qual constitui o objeto de pesquisa. (Duarte, 2003, p. 57).

A eleição de 2018 foi a que apresentou o maior número de candidatos dos últimos 7 pleitos, com 13 concorrentes, considerando apenas o período da redemocratização, foi a segunda eleição com mais presidenciáveis, perdendo apenas para a de 1989, com 22. O leque ideológico era o mais amplo possível, da esquerda radical à extrema direita, todos disputavam a hegemonia nos seus respectivos campos. Aproveitando-se de uma crise moral vivida pelo campo progressista de esquerda, no qual a população, supostamente, tenderia a uma opção à direita, diversos candidatos se lançaram representando fatias importantes desse espectro ideológico. Alckmin, PSDB, tinha o maior tempo de HGPE e seu partido protagonizou quase todas as disputas eleitorais desde a redemocratização. Álvaro Dias, PODEMOS, possuía uma carreira política consolidada com fortes acenos ao agronegócio e um colégio eleitoral consolidada no estado Paraná. Cabo Daciolo, PATRIOTA, era um ex-bombeiro militar, evangélico, com viés conspiracionista, suas falas ganhavam rápida visibilidade em redes sociais devido ao potencial memético. Henrique Meireles, MDB, vinha do então maior partido político e possuía apoio do setor financeiro, com passagens ministeriais em diferentes governos. João Amoêdo, NOVO, empresário com perfil neoliberal, traduzia uma tendência antiestatal que ganhou notoriedade a partir de junho de 2013. José Maria Eymael, DC, que já lança candidatura a várias eleições seguidas, fecha o bloco como um candidato folclórico. Jair Bolsonaro, PSL, era o representante dos militares e adotava discurso agressivo contra minorias e contra a esquerda.

Por tudo isso, até a publicação das primeiras pesquisas eleitorais, Jair Bolsonaro não figurava entre os favoritos apontados por analistas. Contudo, com uma campanha inspirada nos moldes da campanha de Donald Trump (Fernandes, 2018), do partido republicano estadunidense, dois anos antes, o cenário mudou radicalmente, Bolsonaro não apenas ultrapassou seus concorrentes, como esteve perto de vencer em primeiro turno, com 46,03%

dos votos. Sua votação está relacionada ao eleitorado urbano e das grandes cidades. O Mapa 6 mostra a concentração de votação em Bolsonaro por município.

Mapa 6 - Distribuição dos votos em Jair Bolsonaro por município: 1º turno da eleição de 2018



Fonte: IBGE; TSE. Elaboração: Glauber C. Guimarães

Bolsonaro venceu em 16 estados e no Distrito Federal, embora o número de estados impressione, o mapa de municípios mostra inúmeros vazios em estados onde o candidato venceu, tais como: Tocantins, Amazonas e Amapá. O que explica esta dinâmica é o desempenho em capitais, onde ficou em primeiro lugar em 23 capitais, incluso o Distrito Federal (Sorano, 2018). Conforme aponta Israel (2019), embora a conectividade não se limite apenas ao aparato técnico, é fato que seu funcionamento está fortemente ancorado em estruturas materiais. Entendemos que estas formas (Santos, 2020) se imprimem pelo espaço e funcionam como vetores de verticalidades externas (Santos, 2006) captando informações que se inserem no cotidiano a partir delas.

Nunes (2022) descreve o pensamento bolsonarista através do conceito de empreendedorismo, sobretudo ligado a um estrato social que ele denomina baixa alta classe média. Para o autor é essa a classe social com mais adeptos do bolsonarismo, o paradoxo do nome “baixa alta classe média” é proposital, inspirado em um texto do escritor George Orwell, Nunes (2022) descreve a situação intermediária dessa classe, que nada mais é do que a faixa mais baixa da classe média alta. Seus membros vivem, por um lado, sob a inveja por não conseguir adentrar nas classes mais altas por falta de distintivos sociais, seja financeiro, intelectual ou de influência familiar. Por outro lado, vivem do medo da decadência social de perder seus distintivos sociais ou mesmo pela perda de patrimônio. Dessa forma, a baixa alta classe média é uma classe de abastados que dependem da manutenção da exclusividade dos seus locais de distinção (universidades, aeroportos, cargos públicos concursados) sob o risco de degeneração social.

Uma característica dessa classe é que, embora possuam uma situação livre de dificuldades econômicas, seu padrão de vida tem um custo alto para seus rendimentos. De modo que sua manutenção depende de pequenas sonegações, endividamento e desregulamentação de profissões domésticas e de serviços. Entre a inveja (ou a bajulação) e o medo, a baixa alta classe média já apresentava um comportamento ressentido, não só no Brasil, mas no mundo, devido à estagnação econômica e à queda da qualidade de vida ocasionado pela consumação das políticas ultraliberais iniciadas na década de 1980, na maioria dos países. Isso explica a adesão ao bolsonarismo pelo grupo que se denomina empresários que, embora possuam condições para abrir o próprio negócio, suas condições de operabilidade são precárias, sujeitos a flutuações constantes ou correndo o risco de uma crise econômica que diminua o poder de compra de seus consumidores.

O fato é que nesse estrato social impera o mito no conceito de empreendedorismo (Nunes, 2022), que credita ao trabalho individual o principal e quase único fator pelo sucesso

profissional. A figura do “empreendedor” foi chave na construção do “cidadão de bem”, sendo mais um dos conceitos que uniu diferentes classes sociais ao bolsonarismo, pois este pode ser desde o dono de um grande grupo empresarial até o trabalhador autônomo. A afirmação em prol das ideias ultraliberais e a promessa de proteção dos interesses do empreendedorismo, certamente foram fundamentais para o grande apoio à candidatura Bolsonaro. Contudo, para Nunes (2022) o movimento bolsonarista não apenas atrai o empreendedorismo, como também é um fruto do mesmo, pois, desde o processo que se iniciou em um progressismo desorganizado dos protestos de junho de 2013 e culminou nos movimentos de rua pró *impeachment* de 2015, um “empreendedorismo político de carreira” ganhou notoriedade, gerando personagens que ganharam posições importantes no governo Bolsonaro ou mesmo foram eleitos para o Congresso ou as assembleias legislativas e câmaras municipais.

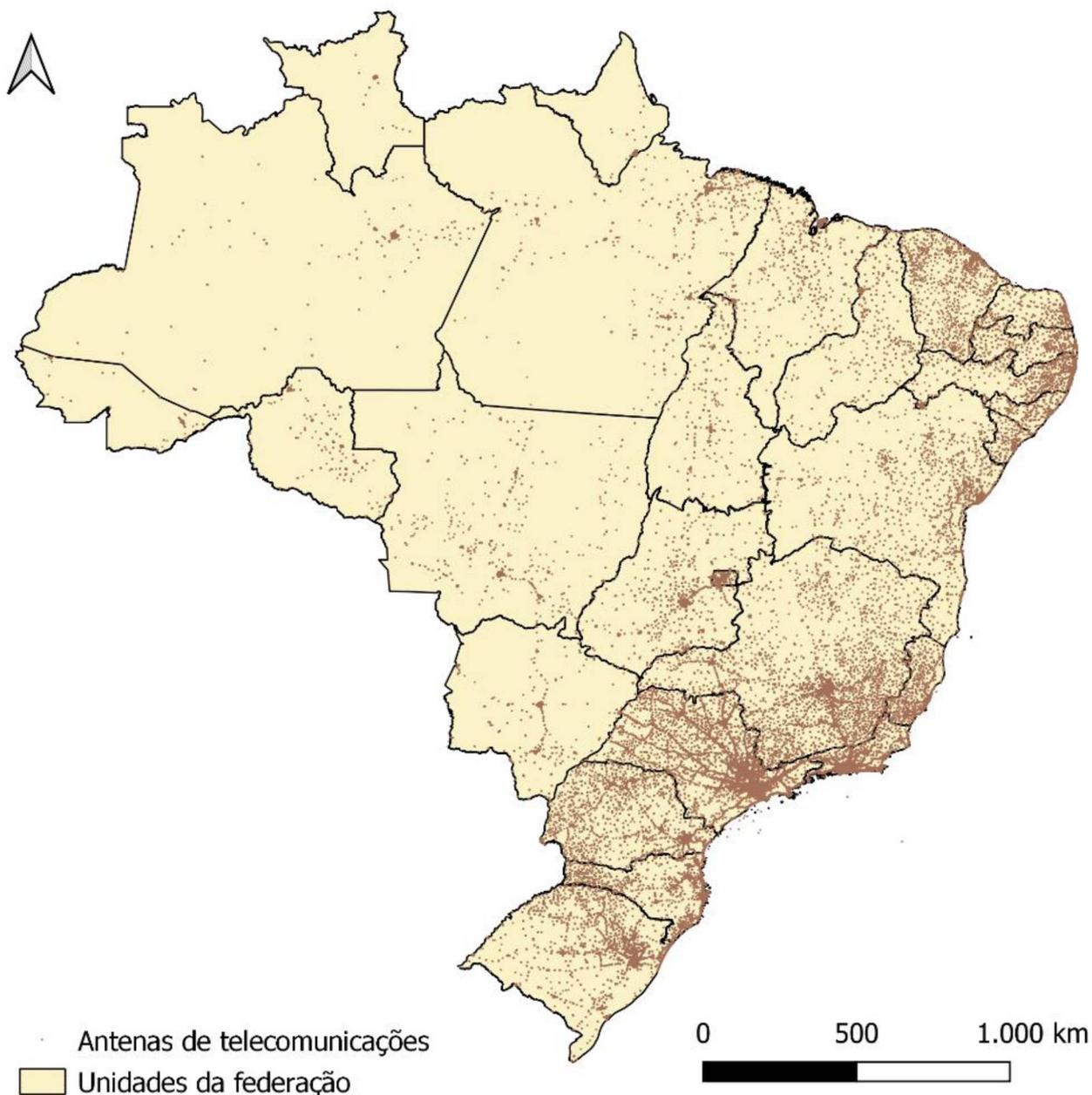
A via de divulgação desse nicho foi a internet, através do *boom* da indústria da auto ajuda e do *coaching*, cujo negócio consiste no próprio produto ser o empreendedor e sua história de vida, logo, o *coach* comercializa seus conselhos e ensinamentos de como chegar ao seu patamar. Vídeos com esse tipo de conteúdo abundam em diversas plataformas da internet, propagandeados como anúncios em outros vídeos. Nesse contexto o empreendedorismo dominou a linguagem típica da internet e criou seus gurus e *experts*. Assim sendo, a internet não apenas serviu de via de comunicação do bolsonarismo com seu eleitorado, como também se molda neste ecossistema informacional (Nunes, 2022).

Alguns anos antes da ascensão do bolsonarismo, a extrema direita já havia dominado empiricamente os espaços de redes sociais digitais. Entenderam o funcionamento do engajamento dos algoritmos, onde o discurso extremo gera mais reações, portanto, aumentam o alcance das postagens; podendo-se publicar qualquer coisa sem qualquer regulamentação; cujas informações sensacionalistas e falsas têm mais interações, inclusive dos críticos. Em suma, compreenderam a economia de atenção desse espaço (Cesarino, 2022). Enfim, é nesse sistema que o bolsonarismo operava e foi onde sua campanha alçou voos tão grandes como a eleição presidencial de 2018, não apenas para o Executivo federal, como também para os Executivos estaduais e o Legislativo.

No caso em estudo, sugerimos que a campanha digital de Bolsonaro esteve ligada às formas da conectividade. Acreditamos que é necessário quantificar, não apenas os usos da técnica – como realizado na seção anterior –, mas também as obras de infraestruturas que possibilitam o funcionamento deste sistema de técnicas. Israel (2019) chama a atenção para os aspectos materiais do “cyberespaço”, pois a construção do senso comum deste espaço sugere uma onipresença etérea de uma camada virtual, sem distâncias, passível de acesso por qualquer

pessoa em qualquer lugar. No entanto, seu funcionamento depende de uma pesada estrutura que, inclusive, se apropriou de sistemas de técnicas pré-existentes. São cabos submarinos que atravessam o globo para interconectá-lo, redes com fio e de fibra ótica percorrendo milhares de quilômetros sobre as cidades, estações de rádio transmissão e ERB^S (Estação Rádio Base). ERB^S são estações fixas responsáveis por promover a conexão de telefones celulares com outros celulares, telefones fixos ou outras estações, ou seja, são pequenas estações com a existência de uma antena que capta e transmite sinais. Como focamos nossa análise no uso de internet por *smartphones*, julgamos pertinente analisar a distribuição espacial da estrutura responsável por executar tal função. No Mapa 7 vemos como as antenas são desigualmente distribuídas pelo território brasileiro.

Mapa 7 - Distribuição de antenas de telecomunicações no Brasil



Fonte: Conexis Brasil Digital – Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal
Elaboração: Glauber C. Guimarães

Vemos uma concentração de estruturas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal, seguidos por Espírito Santo, na capital Belo Horizonte e na porção meridional do estado de MG, nas capitais da região sul e em partes dos seus estados, outra aglomeração no litoral nordestino e pequenas manchas em todas as demais capitais. Visualmente percebemos uma similaridade com as regiões de grande votação em Bolsonaro, região Sul e Sudeste, capitais de estados com menores densidade populacional, como os das regiões Norte e Centro Oeste e

capitais estaduais. Lembrando que o desempenho de Bolsonaro em capitais, inclusive da região Nordeste, foi fundamental em seu desempenho. Não podemos deixar de levar em conta que uma parte considerável do discurso bolsonarista girava em torno da segurança pública, tema sensível no espaço urbano. Contudo, tendo em vista que essa é a eleição de 1º turno, as propostas para segurança pública não foram exclusividade do candidato Bolsonaro, sendo pouco provável que isso tenha se tornado um diferencial.

Embora a presença de estruturas de telecomunicações não seja o principal fator de sucesso da campanha Bolsonaro, entendemos que seu uso foi crucial para o fluxo de informações acerca do candidato, pois como afirma Santos (2006), os espaços da horizontalidade recebem as forças vetoriais de verticalidades externas, que os expõem ou absorvem, de modo que, tanto em um caso como em outro, a candidatura esteve em exposição se postando no centro do debate, conseguindo angariar eleitorado. Estar em evidência, mesmo entre seus detratores, é extremamente importante para que suas informações cheguem ao seu público, pois, no cotidiano dos eleitores, gera-se discussões entre apoiadores e opositores levando o nome do candidato a eleitores que o desconheciam, alcançando cada vez mais pessoas. Na eleição de 2018 foi a candidatura Bolsonaro que conseguiu estar presente em todos os espaços de discussão, até mesmo na oposição, onde o principal movimento se denominava em função do candidato *#EleNão*. Portanto, baseado no melhor desempenho do candidato em grandes centros urbanos, defendemos que sua campanha digital o tenha alçado, entre tantas outras candidaturas com maior poder de exposição.

Como exposto anteriormente, a campanha digital de Bolsonaro tanto agiu pela divulgação do candidato, quanto o aproximou de uma linguagem e de um ecossistema informacional típico deste sistema de técnicas. A campanha além de se enraizar nos espaços digitais, adotou suas linguagens e cooptou os principais influenciadores digitais, não apenas pela simples oferta pecuniária, mas também adotando suas práticas, ideias e dando importância central das mesmas em seu programa de governo. Basta que se observe o papel executado pelo guru Olavo de Carvalho, conhecida figura dos meios digitais que vendia cursos – classificados pelo próprio como de Filosofia –, cursos estes com enorme aceitação pelo perfil do eleitorado de direita.

A pesquisa PNAD Contínua (IBGE, 2018) mostra o cenário relativo a acesso à internet durante o período das eleições de 2018. A pesquisa indica que 93,2% dos domicílios brasileiros possuíam telefones móveis. Estes aparelhos vêm substituindo os telefones fixos e também são amplamente utilizados para acesso à internet, que por sua vez, está presente em 79,1% dos domicílios brasileiros. Um recorte somente dos domicílios com acesso à internet mostra que

em 99,2% seus moradores se utilizam de aparelhos *smartphones* para acessá-la e, em 45,5% deles, acessam a internet apenas por celulares.

A pesquisa TIC Domicílios 2018 (CETIC.BR; NIC.BR; CGI.BR, 2019) vai mais além e faz um levantamento específico de como os usuários se conectam na internet. A pesquisa foi realizada por aplicação de questionários presencialmente, em 350 municípios de todo o país, coletando dados de outubro de 2018 a março de 2019, e considerou indivíduos de 10 anos ou mais. O relatório mostra dados desde 2008 e o que se observa é uma evolução contínua quanto aos domicílios com acesso à internet, partindo de 18% em 2008 até os 67% em 2018. Em todas as classes sociais há o aumento de acessos, mas nas classes DE²³ é mais expressivo, saindo de 16% (em 2008) para 40% (em 2018). As outras classes sociais só cresceram menos porque sua margem de crescimento é menor. O mesmo ocorre com as residências em meio urbano e rural, ambas cresceram, mas ainda há uma vantagem das moradias urbanas.

O que chama atenção na pesquisa é o dispositivo de acesso, onde o computador vem perdendo cada vez mais espaço para o celular (*smartphone*) e a banda larga fixa (cabo de TV, fibra ótica) e banda larga móvel (3G e 4G) vêm se consolidando como os principais tipos de conexão. Desde 2017, mais da metade (57%) dos entrevistados só utiliza o *smartphone* para acesso individual à internet, frente a 40% que utilizam computador e celular. Nas estratificações sociais deste dado percebemos grandes desigualdades, quanto maior a dificuldade de acesso ou mais tardio se deu a inclusão social do grupo, mais se utiliza apenas celular para acesso à internet. 77% de áreas rurais, contra 54% de áreas urbanas. E um decrescente com relação às faixas de renda, 12% para a classe A, 29% para a B, 61% para a C e chegando a 85% nas classes DE. Quanto às faixas etárias os números são parecidos, exceto pelos adolescentes e adultos de 45 a 59 anos, que apresentam taxas maiores de acesso só por celular, 63% e 62%, respectivamente.

O acesso à internet por *smartphones* proporciona uma experiência diferente da de outros aparelhos. Em primeiro lugar o uso individualizado, que por outros equipamentos nem sempre ocorre. Talvez, a principal diferença se dê no acesso disponível “a mão”, ou seja, o

²³ A pesquisa utiliza, para classificação das classes sociais, o Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2014), desenvolvido a partir de técnicas estatísticas baseadas em coletivos, de modo que a classificação entre classes se dá por domicílios e não por indivíduos. O levantamento de dados é feito em todo o território nacional e se utiliza de um sistema de pontuação, que leva em conta a presença quantitativa de itens de conforto no domicílio, o acesso a serviços públicos de saneamento básico e asfaltamento viário na residência e o grau de instrução do chefe do núcleo familiar. Os resultados são distribuídos em seis classes econômicas de acordo com a pontuação obtida e devidamente enquadrada na faixa de corte, as classes são: A, B1, B2, C1, C2, D-E, cuja classe D-E é a mais inferior e está na faixa dos 0 a 16 pontos, enquanto a mais alta, A, está na faixa de 45 a 100 pontos.

indivíduo não depende se deslocar para um espaço, chegar em sua residência, tampouco estar próximo de tomadas de energia elétrica, basta sacar seu aparelho do bolso e se conectar de onde estiver. Essa característica cria um cenário propício ao aumento do tempo conectado na internet, sobretudo em redes sociais. Além de modificar a forma como experienciam a realidade, o grande tempo conectado a aparelho individual ainda alimenta os algoritmos presentes nas redes, de maneira que vão se especificando, cada vez mais, os conteúdos acessados, situação propícia às câmaras de eco. Com isso, é possível que um eleitor que teve suas redes sociais direcionadas ao conteúdo da campanha digital de Bolsonaro tenha se informado apenas com o discurso do candidato. O alto engajamento produzido pela “bolha” ligada a Bolsonaro, retroalimenta o algoritmo permitindo maior alcance das postagens, o que se reverte em mais eleitores.

Em um primeiro momento sugerimos que o sucesso da campanha digital do candidato Bolsonaro estava ligado ao acesso precarizado da internet por *smartphones* pela prática de *zero rating*, pacote de dados que permitem acesso ilimitado a certos aplicativos de redes sociais. Entretanto, interpretando os dados da PNAD Contínua 2018 com as leituras de diversos autores (Cesar; Santos, 2021; Cesarino, 2020; Chagas, 2022; Santos *et al.*, 2019; Santos; Santos, 2019) há evidências de que o fluxo da campanha se deu nos espaços onde havia maior densidade de infraestrutura e entre pessoas com acesso facilitado à internet pois a campanha se utilizava de outras plataformas para captação do eleitorado. Movimentos de engajamento de postagens em outras redes sociais usavam o alcance para disseminar links de convite a grupos de *WhatsApp*, que por sua vez, utilizavam links para o *YouTube* em diversos posts, isso indica que além da população que só acessa a internet por celulares e dados móveis, pessoas que tinham acesso regular à internet também devem ser levadas em conta.

A adoção de um novo sistema de técnicas impacta em todos os campos das relações sociais, evidentemente o comportamento eleitoral não foi uma exceção. As eleições municipais de 2016 foram as primeiras após uma crise institucional da política partidária, fruto da cobertura dada à operação Lava Jato e ao *impeachment* de Dilma Roussef. Embora a maior parte dos setores da imprensa já dessem como certa uma insatisfação popular com a classe política (Cristaldo, 2016) e uma guinada à direita (Colon, 2016), Oliveira (2017) discorda destes posicionamentos. Para o autor, embora tenha ocorrido um alto índice de abstenção, o estudo comparado do desempenho dos partidos mostra uma continuidade do *status quo* com um declínio dos partidos de esquerda e direita e o fortalecimento dos partidos de centro.

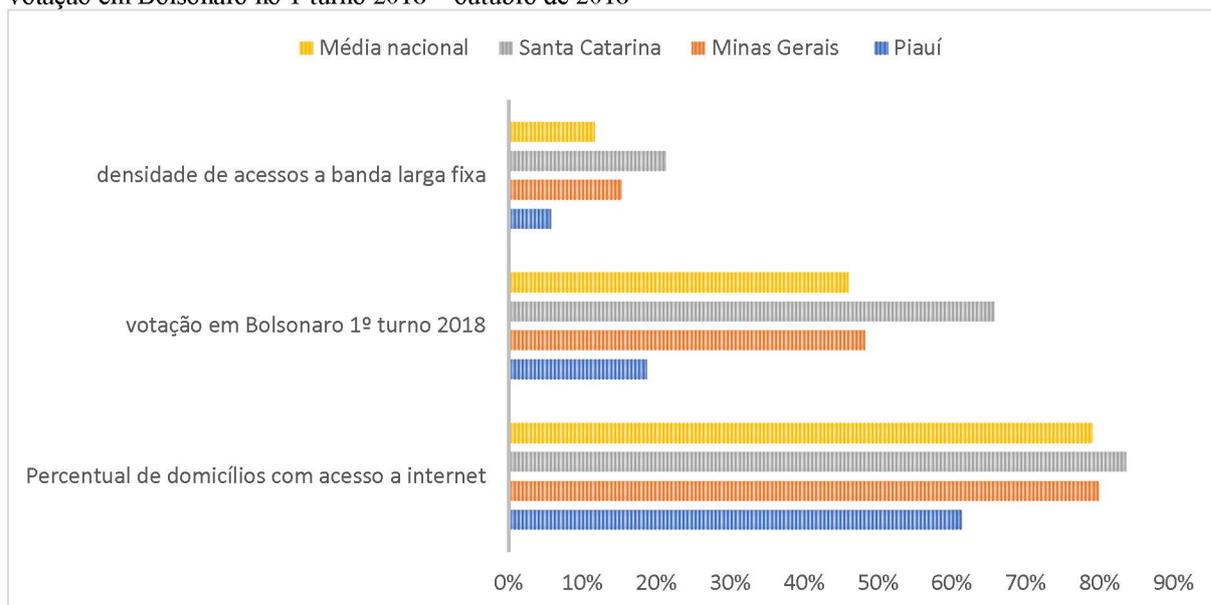
Embora as análises apressadas do jornalismo não guardem lastro na realidade, de fato houveram novidades, principalmente as vitórias de candidatos aos Executivos municipais que se consideravam antipolíticos, como Alexandre Kalil em Belo Horizonte e João Dória em São

Paulo, além de votação recorde dos políticos que defendem discursos extremados, como o vereador Carlos Bolsonaro no Rio de Janeiro. Podemos ponderar que este movimento já guardava semelhança com o conceito de candidato *outsider*, desafiante do antigo regime partidário, que teria o poder de mudar as relações de força do poder político. Tal imaginário permeava os espaços de discussão de redes sociais e ganhava força entre os “empreendedores de carreira” (Nunes, 2022) citados anteriormente. É possível que este tenha sido a primeira investida deste grupo político que emergiu dos movimentos pró *impeachment*. Porém, foram as eleições de 2018 que sacramentaram essa mudança, não apenas pela vitória do candidato Bolsonaro, também por todo o grupo que se uniu à onda bolsonarista nos estados e no Legislativo federal, mas sobretudo pela forma como se deu, com pouco uso de horário gratuito de propaganda eleitoral e focada na campanha digital.

Apenas como um pequeno exercício para comprovação do que já foi exposto na seção anterior, analisamos comparativamente 3 unidades da federação para análise na eleição de 2018, o de melhor desempenho do candidato Bolsonaro, o de pior desempenho e o mais semelhante ao resultado nacional, consultou-se o portal de dados abertos do TSE. O estado em que Bolsonaro teve o melhor desempenho foi Santa Catarina, com 65,82% dos votos no primeiro turno. O pior desempenho foi no estado do Piauí, com 18,76%. O estado onde o resultado foi mais próximo da média nacional foi Minas Gerais, com 48,31%, lembrando que o resultado nacional foi 46,03%.

Visando não somente o uso de internet por telefonia celular, como exposto na seção anterior, avaliamos aqui o percentual de domicílios com acesso à internet. O relatório com os resultados da PNAD Contínua 2018 (IBGE, 2019) mostra que o estado do Piauí teve o pior desempenho entre as unidades da federação com relação ao percentual de domicílios em que havia uso de internet, atingindo a 61,4% dos seus domicílios. Na outra ponta, Santa Catarina é o 5º colocado com 83,6% dos domicílios. Minas Gerais fica em uma posição intermediária com 79,3% ou o 11º colocado, levemente acima da média nacional (79,1%). O painel de dados da ANATEL indica, para o mesmo período, que a densidade de acessos a banda larga fixa segue o mesmo quadro. Entre as 3 unidades da federação Santa Catarina aparece à frente com 21,35 acessos por 100 habitantes, seguido por Minas Gerais com 15,37 e Piauí vem bem mais abaixo com 5,73. No Gráfico 11 podemos visualizar os dados.

Gráfico 11- Relação do percentual de domicílios com acesso à internet, densidade de acessos a banda larga fixa e votação em Bolsonaro no 1º turno 2018 – outubro de 2018



Fonte: Tribunal Superior eleitoral; Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua do IBGE
Elaboração: Glauber C. Guimarães

Percebemos que a tendência entre votação e acessibilidade à internet se manteve, sobretudo no caso dos valores mais baixos, onde o estado do Piauí é onde o candidato obteve o pior desempenho e, não por coincidência, é onde há os menores índices de acesso à internet, sendo, inclusive, o estado com uma das únicas 4 capitais onde Bolsonaro não venceu. Como dito anteriormente, decerto que a relação conectividade sozinha não é a responsável pelo desempenho do candidato. Como qualquer disputa eleitoral, nesta também houve contextos geográficos e apoio de grupos de poder que, certamente, ajudaram a pender a balança em prol de Bolsonaro e em detrimento dos outros candidatos do espectro ideológico de direita. O apoio dos militares e das polícias foi algo mais óbvio e que foi amplamente explorado pela campanha (Bittar; Araújo, 2018), contudo, o apoio de elites por meio de grupos empresariais teve especial importância, inclusive por movimentos apócrifos revelados posteriormente como o impulsionamento de campanha negativa contra o principal candidato de Bolsonaro, Haddad, em grupos do aplicativo de mensagens *WhatsApp* (Cunha; Nunes, 2018).

O aplicativo de mensagens *WhatsApp* está na vanguarda da mudança comportamental da população brasileira diante do novo sistema de técnicas digitais em comunicação. Pela possibilidade de comunicação instantânea, também por áudio e vídeo, mas sobretudo pelas mensagens de texto a um relativo baixo custo, o *WhatsApp* desbancou os planos de telefonia com oferta de chamadas. O uso de chamadas telefônicas por celular era intermediado por uma série de regras de difícil assimilação, pois os usuários da operadora deveriam se cadastrar em

planos pré ou pós pagos, que concediam acessos diferenciais de acordo com o plano escolhido. Ademais, as companhias adotavam uma política protecionista extrema, cobrando valores, a depender do plano, muitas vezes mais caros quando a chamada seria para um usuário de outra companhia de telefonia. Em geral, a população se via obrigada a aderir a planos e escolher operadoras que a maior parte do seu grupo de convívio adotasse, ou ainda havia a prática de se adquirir aparelhos que comportassem múltiplos *chips*, cada qual de uma operadora, de modo a baratear o uso.

O *WhatsApp* é um aplicativo, ou seja, seu uso depende do acesso à internet para funcionar. Nele, os usuários cadastrados por números de telefones podem se comunicar por mensagens de texto, áudio, vídeos e chamadas síncronas, somente de áudio ou áudio e vídeo. Dessa forma, o uso das chamadas telefônicas aos poucos se tornou obsoleto e ainda mais caro. As operadoras logo seguiram a tendência do mercado e passaram a comercializar planos de telefonia com acesso ilimitado a alguns aplicativos, notadamente os de redes sociais, com o acréscimo de pacotes de dados para navegação em outros *websites*. Além da mudança na forma como a população passou a se comunicar, não mais com as chamadas telefônicas, mas sim com mensagens de texto, vídeo e áudio; os aplicativos de redes sociais em *smartphones* mudaram a maneira como se acessava a rede mundial de computadores. Se poucos anos antes a forma habitual de se conectar era através de um navegador, que abria uma página de um provedor ou diretamente em um *site* de busca, agora se conecta diretamente por uma rede social.

A maioria das redes sociais segue um padrão de estrutura, há funções para o envio de mensagens, listas de contatos e espaços onde o usuário pode expor informações. O *design* pode mudar um pouco, de acordo com os objetivos que as redes sociais buscam. Há redes sociais que mantêm um registro de todas as informações que o usuário escolheu compartilhar com sua lista de contatos, os chamados *feeds*. Há as que as informações circulam para além da lista e visam a interação das pessoas sobre um *post* ou postagem. E há redes sociais que o fluxo informacional é individualizado, cujo formato compreende o *WhatsApp*. Na imensa maioria delas há a possibilidade de subespaços comunicacionais para além do *feed* principal, com um nível extra de privacidade, seja uma conversa individual, o popular “privado”, seja um diálogo coletivo, os “grupos”. Embora o *WhatsApp* prime pela comunicação individualizada, também há neste aplicativo os grupos, que os usuários entram por meio de convites de outros usuários.

Obviamente a mudança provocada pelas redes sociais por aplicativos também atingiu as formas de se experienciar a política e a primeira eleição em que isto pode se verificar de maneira contundente e à escala nacional foi a de 2018. O relatório *Os vetores da comunicação política em aplicativos de mensagens: hábitos e percepções do brasileiro em 2020*, assinado

pelos grupos InternetLAB de Pesquisa em Direito e Tecnologia e Rede Conhecimento Social, investigou os hábitos dos brasileiros sobre a comunicação política nas eleições de 2018 e 2020 e afirma que “2018 é um marco de virada para mudanças nos comportamentos no aplicativo [WhatsApp].” (Internetlab; Rede Conhecimento Social, 2021, p. 17).

Além de descrever o comportamento dos entrevistados no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, a pesquisa traz outros dados interessantes, através de uma fase qualitativa e uma quantitativa, a pesquisa aplicou questionários *survey* em mais de 3000 pessoas em todas as regiões do Brasil. Com isso os pesquisadores levantaram informações sobre o comportamento comunicacional e político dos entrevistados. Um dos campos dos questionários solicitava que a pessoa entrevistada classificasse a qual espectro político ela se identificava: esquerda, centro e direita. Assim, foi possível comparar o comportamento quanto a informações políticas de cada espectro político. No geral, as pessoas que se identificam com algum campo político se mostram mais presentes em grupos com conteúdo voltado à política e compartilham essas informações com mais frequência. No entanto, há sutis diferenças.

A pesquisa demonstra que, embora a maioria dos entrevistados considerem os efeitos deletérios da desinformação e das *fake news* e da importância da checagem das informações para se evitar tais práticas, há um alto índice de pessoas que admitem ter compartilhado notícias sem checar suas fontes, apenas por julgar importantes. A porcentagem é de 30%. Contudo, quando dividimos esses números em estratos por identificação ideológica, percebemos que enquanto 25% dos que se identifiquem como de esquerda admitem ter reproduzido esse comportamento, com os entrevistados de direita esse número salta para 40%.

Embora seja impossível se mensurar a quantidade de dados trafegados nos meios digitais veiculados pela campanha digital de Bolsonaro, tudo indica que o volume de informações veiculados por sua campanha foi de grande porte. As políticas de privacidade dos aplicativos de mensagens não permitem essa quantificação. No entanto, a própria campanha divulgou sua estratégia, que foi amplamente difundida pela mídia, denominando-a como “guerrilha digital” (Magenta, 2018).

O fato de a campanha ter sido veiculada pelo *WhatsApp* ainda agrava a falta de capacidade para identificar a veracidade das informações, pois o desenho do aplicativo só permite a troca de mensagens com contatos que já estejam gravados na agenda do receptor ou em grupos, cuja única forma de acesso é por meio de convites. Assim sendo, o recebimento de notícias e informes de pessoas de seu convívio social, pode levar o receptor a creditar valor de veracidade à mensagem. Com isso, no caso da campanha no candidato, a rede de apoio tendia a crescer. Em contrapartida, o mesmo movimento foi o responsável por inúmeros conflitos entre

familiares e conhecidos que divergiam de visões políticas, pois, a troca de informações pelo *WhatsApp* diminui consideravelmente o anonimato presente em outros espaços da rede e, lidar com a situação com desinteresse e silêncio, nem sempre é uma opção. Como consequência, a pesquisa identificou que boa parte dos entrevistados ligava o significado de “política” ao de “conflito”.

Há um dado da pesquisa que se intersecciona com algo observado na presente pesquisa “2 a cada 10 pessoas participam de grupos de discussão política desde 2018. Há uma tendência entre cidadãos de municípios de portes maiores de participarem mais desses grupos.” (Internetlab; Rede Conhecimento Social, 2021, p. 26). A intersecção se encontra no voto urbano relacionado à Bolsonaro, sobretudo de capitais e cidades de porte grande. A hipótese mais divulgada liga esse apoio ao apelo à segurança pública do discurso bolsonarista, assunto, supostamente, mais sensível aos habitantes destes espaços. Entretanto, trazendo este fato à nossa proposta de pesquisa, sabendo que a campanha Bolsonaro, sob a supervisão do vereador Carlos Bolsonaro, investiu grandes esforços nas vias digitais da campanha, inclusive, nos grupos de *WhatsApp*, propomos que esta característica privilegiou a campanha Bolsonaro.

Embora o relatório da pesquisa indique que não há grandes diferenças entre entrevistados politicamente orientados a direita ou a esquerda, considerando que Bolsonaro não redefiniu o espectro ideológico da maioria da população, somente abocanhou os territórios eleitorais da direita e centro direita, entendemos que o maior fluxo de informações em grupos de *WhatsApp* de eleitores de direita aumentou o repertório argumentativo e agiu sobre a decisão do voto dos eleitores deste campo ideológico em Bolsonaro. Além disso, os próprios eleitores “convertidos” poderiam se comportar como cabos eleitorais compartilhando as informações recebidas por todos os seus contatos e grupos, além de outras redes sociais.

Cesarino (2020) atenta para o formato da comunicação da campanha Bolsonaro em grupos de *WhatsApp*. Para a autora havia uma padronização da linguagem que remete às características do que ela chama de “populismo digital”. De forma simplificada, são informações baseadas na simplicidade da comunicação, utilizando um viés binário do tipo positivo *versus* negativo, emanado por uma figura carismática em um momento histórico de profunda insatisfação popular. Esta figura de liderança costuma se dirigir diretamente ao povo com um discurso fortemente pautado pela insatisfação popular e elegendo um inimigo que, supostamente, é o responsável por todas as mazelas sociais inerentes aquele momento. O *WhatsApp* serviu como uma espécie de ligação direta dos eleitores com o líder. Cesarino (2020) afirma que, embora o movimento bolsonarista na campanha eleitoral de 2018 esteja no bojo da ascensão das novas direitas pelo mundo com o uso de mídias digitais, no Brasil a especificidade

da campanha se deu pelo uso massivo do *WhatsApp* em detrimento de outros meios digitais, como feito, por exemplo, pela campanha Trump em 2016.

Prosseguindo na análise do relatório, o documento afirma:

Não restam dúvidas de que o processo eleitoral de 2018 exerceu influência sobre a forma como as pessoas têm se comportado em relação à comunicação sobre política. As experiências de cada pessoa desde antes, mas principalmente desde 2018, direcionam a forma como estão interagindo e reagindo nos aplicativos de mensagem. (Internetlab; Rede Conhecimento Social, 2021, p. 27)

Outro relatório que também investigou a relação entre comportamento eleitoral e uso de meios de comunicação digitais foi o relatório *Uso de Redes Sociais*, do instituto Datafolha, que traçou perfis de eleitores que se utilizaram de redes sociais para se informar sobre política na eleição de 2018 que, segundo o documento, representam dois terços do eleitorado. Os resultados mostram discrepâncias consideráveis entre ricos e pobres, os mais escolarizados e os menos escolarizados, entre as faixas etárias e entre eleitores de Haddad e Bolsonaro.

Dois em cada três eleitores brasileiros (66%) têm contas em redes sociais. Entre os mais jovens, o índice alcança 90%, e cai conforme o avanço da idade – na faixa de 45 a 59 anos, fica em 55%, e entre os mais velhos, com 60 anos ou mais, abrange um em cada três eleitores (34%). Os menos escolarizados também têm menos acesso a redes sociais (34%) do que aqueles que estudaram até o ensino médio (78%) ou superior (91%). Na análise por renda, também há discrepância, porém em menor grau: entre os mais pobres, 53% acessam redes sociais, com renda familiar de até 2 salários, ante 89% entre os mais ricos, com renda familiar superior a 10 salários. No grupo de eleitores de Bolsonaro, 71% têm contas nas redes sociais, contra 61% no eleitorado de Haddad. (Datafolha, 2018, p. 2)

Este relatório também identificou o *WhatsApp* como a principal rede social usada pelos eleitores com fins de ativismo político. Embora o uso do aplicativo seja mais frequente quanto mais jovem for o usuário, para o compartilhamento e acesso de informações sobre política a relação se inverte, crescendo o percentual à medida que o usuário seja mais velho. Porém, em todas as faixas há porcentagens de usuários que consomem esse tipo de conteúdo. Chama atenção neste relatório que há uma caracterização específica do eleitorado de Bolsonaro, em média, seus eleitores acreditam mais nas notícias que recebem do aplicativo do que os eleitores de Haddad, além disso, conforme aponta o relatório:

Tanto em alcance quanto em taxa de engajamento na difusão de conteúdo político e eleitoral, um dos segmentos mais ativos no Whatsapp é o de eleitores de Jair Bolsonaro. No eleitorado do militar reformado, 70% estão conectados ao Whatsapp, e 31% repassam informações sobre política e eleições, ou seja, 44% estão engajados no tema. Entre os eleitores de Haddad, são menos usuários (59%) e menos compartilhadores (21%), o que resulta numa taxa de engajamento de 36%. Na fatia de

eleitores indecisos, apenas 42% contam com o aplicativo, e 7% costumam compartilhar notícias sobre política e eleição. (Datafolha, 2018, p. 2–3)

Não restam dúvidas de que o uso do *WhatsApp* na eleição presidencial de 2018 pela campanha Bolsonaro representou uma quebra de paradigmas que mudou radicalmente o modo como fazemos campanhas políticas. Fruto de uma união de fatores que convergiram para eleger um candidato que, em outros momentos da história, certamente não conseguiria tanto êxito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de apontar uma mudança no comportamento do eleitorado brasileiro provocado pela mudança do sistema de técnicas de telecomunicações, as mídias digitais. Para tal investigamos o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, pois foi o momento em que, pela primeira vez, um candidato com pouco tempo de propaganda política no horário gratuito de propaganda eleitoral, conseguiu o primeiro lugar nas eleições vindo, posteriormente, a vencer o pleito em segundo turno. Jair Bolsonaro se saiu vitorioso mesmo com míseros 8 segundos de propaganda eleitoral em televisão.

Considerando o campo de estudo da presente pesquisa, geografia eleitoral, conduzimos a investigação do objeto tomando como elemento principal o espaço, ao mesmo tempo em que traçamos um paralelo com o *cyberespaço* dos meios digitais. O conceito de contexto geográfico foi intercruzado com o meio técnico-científico-informacional, o que nos permitiu um amplo arcabouço teórico para refletir quanto ao fenômeno. Acreditamos que conseguimos atingir a hipótese de modo parcial, com vantagem para a veracidade da hipótese. Porque a análise dos dados de densidade de acessos nos municípios comparados à votação em Bolsonaro, delineou um modelo médio de município com altos índices de indicadores sociais, conectividade elevada e concentrado em grandes e médias cidades, o que corrobora com a hipótese das zonas luminosas. Embora pudemos verificar em pesquisas de opinião que o comportamento do eleitorado bolsonarista é mais pautado pelas mídias digitais do que o não bolsonarista, não podemos negar que é impossível segregar apenas o uso “político” que os usuários fazem das redes sociais.

No primeiro capítulo introduzimos a justificativa para a presente pesquisa, apontando a discrepância da eleição de 2018 frente a outras eleições, argumentando que o fluxo de informações pelas mídias digitais teve um fator de destaque no ambiente desta eleição. No segundo capítulo construímos as bases teóricas que guiaram a metodologia desta pesquisa, argumentando sobre os conceitos de contexto geográfico, meio técnico-científico-informacional, totalidade, historicidade e a escala nacional para investigação do objeto com análise documental dos dados ao nível municipal. No terceiro capítulo traçamos a trajetória da disciplina geografia eleitoral descrevendo seus métodos e conceituações teóricas. Elaboramos um curto ponto de interseção entre John Agnew e Milton Santos. Em seguida localizamos onde se classifica a presente pesquisa nas correntes de pensamento da geografia eleitoral, a corrente do contexto social. Finalmente, no quarto capítulo realizamos a análise empírica do objeto em duas fases: uma elaborando a teorização, um modelo teórico, baseado nos eventos históricos

que precederam a eleição de 2018, na outra investigando em bases de dados do TSE, da ANATEL, Conexis Brasil, IBGE, NIC.BR e em pesquisas de opinião divulgadas pelos meios de comunicação tradicionais.

Entendemos que o resultado das eleições presidenciais de 2018 representam nova faceta do cenário político partidário, que até então era dominado pelas campanhas televisivas, de rádio e pelos debates eleitorais. A vitória acachapante do candidato Bolsonaro, unindo em torno de si o eleitorado antipetista e elegendo, por meio de sua influência, candidatos de diversos cargos, nesta e nas demais eleições, não é algo que se possa ignorar ou imaginar que representou uma mera anormalidade passageira. A candidatura Bolsonaro, sobretudo no 1º turno das eleições de 2018, representa uma quebra de paradigmas para a política brasileira e, principalmente, para os modos de se fazer campanhas políticas.

Agora, há 6 anos de distância, vimos que aquele movimento representou uma força política emergente que ainda segue forte e com muitas figuras que disputam seu legado. Embora tenha florescido no esteio do antipetismo, sua base é heterogênea e ainda não se contradisse o suficiente para que os apoiadores a abandonassem. Pelo que pudemos levantar dentre a bibliografia consultada, o movimento que aqui se traduz no bolsonarismo possui aspirações internacionais e vem ocorrendo em diversos países pelo mundo, ameaçando o frágil equilíbrio alcançado nas últimas décadas em torno do centro democrático.

Constatamos, ademais, que, assim como seu congênere tradicional, o populismo digital independe de sua figura carismática para continuar existindo, como podemos constatar com os diversos aspirantes ao comando do bolsonarismo que emergiram já na campanha de 2022, em que o próprio Bolsonaro, após um governo desastroso em todos os âmbitos, por pouco não conseguiu a reeleição, mas elegeu o Congresso mais conservador da história do país, diversos governadores e vem conquistando boa parcela de prefeituras e do legislativo municipal. Tendo neste último, inclusive, a eleição de mais um de seus filhos, Jair Renan Bolsonaro, no município de Balneário Camboriú/SC, local cujo mais novo representante jamais possuiu qualquer ligação.

Na seara internacional não há nada diferente, uma nova onda de esquerda atingiu a América Latina, mas em todas as conquistas a batalha se deu contra a extrema direita, não mais a centro direita como era de costume. Em todas as disputas a vitória foi alcançada por pequenas margens, ainda sofrendo, em algumas nações em processo de colapso social, a desconfiança do mundo ocidental e da mídia tradicional, como no caso venezuelano, onde a opção à extrema direita, representada por Edmundo González, tumultua o processo eleitoral afirmando fraudes eleitorais. Tanto no Chile, com Boric, quanto na Colômbia, com Petro a vitória das candidaturas

de esquerda fora por pequena margem. Na Bolívia, com Arce, o país conseguiu reverter um golpe de estado em curso com a eleição de um aliado do ex-presidente Evo Morales, contudo, no momento eles romperam a parceria e novos movimentos golpistas tem ocorrido no vizinho andino. No Peru, o candidato de esquerda democraticamente eleito sofreu uma destituição em dezembro de 2022 e o país voltou ao comando da direita por via indireta. No Equador foi diferente, após uma série de atentados a lideranças políticas, a sensação de pânico social colocou o governo nas mãos do direitista Novoa e, na Argentina, o mais icônico personagem da extrema direita conquistou o poder pela via constitucional, Javier Milei, um misto de Bolsonaro e Trump com um penteado que lembra o cantor Elvis Presley, seu discurso extremo de privatizações e estranhezas conseguiu convencer o país de que ele era a mudança necessária.

Exemplos também não faltam na Europa e nos Estados Unidos, Trump logrou retornar ao poder pela via eleitoral, mesmo com as diversas acusações judiciais contra si. Por último, mas não menos importante, assistimos ao retorno de Trump, que levou consigo para compor o governo, o bilionário das *Big Techs*, Elon Musk, que passa a ter amplos poderes dentro do governo estadunidense, exercerá o cargo de Conselheiro Sênior do Departamento de Eficiência Governamental. Tudo isso nos mostra que a ascensão da extrema direita é um evento de escala mundial, que não podemos reduzir sua explicação a fatores locais e momentâneos como descontentamento com as instituições ou rejeição a partidos políticos. Por isso apoiamos a ideia de que houve uma mudança estrutural no conjunto da humanidade, aqui trabalhado pela via da mudança do sistema de técnicas.

Identificamos em nossa pesquisa uma espacialização do voto bolsonarista ligada a grandes centros e municípios com densa rede de telecomunicações, portanto, alta densidade de acessos à internet. Consideramos que o conceito de contexto geográfico nos auxiliou a analisar a realidade em questão, pois com ele foi possível captar o movimento do fenômeno na totalidade social, sem se prender nas amarras dos dados quantitativos avaliados fora da história. Constatamos que o ambiente ultraliberal e conservador que tomou conta da internet por volta de 2008, vem disseminando valores relacionados ao individualismo, ao isolamento, à meritocracia, à disseminação de conspiracionismos e incentivado o ódio e os conflitos. No Brasil, este novo sistema de técnicas trouxe consigo um conjunto de práticas ideologicamente dirigidas que, ao entrar em contato com a população, se recria em novos formatos, não necessariamente imaginados pelos idealizadores. A plataformação que dominou a Web. 3.0, inaugurou uma nova dinâmica voltada para a economia da atenção, que tem criado comportamentos viciados e retirado a autonomia de pensar dos usuários, que se imaginam

detentores do poder de escolha, não imaginando que são os ambientes para oferta de produtos e serviços.

A crise do centrismo e a adoção do realismo capitalista têm levado a uma mudança dos públicos antiestruturais, capitaneados pela *alt right* estadunidense e mimetizado por várias partes do mundo, inclusive no Brasil onde encontra a forma do bolsonarismo. A onda de protestos que balançou o mundo na primeira metade da década de 2010, chegou ao Brasil na expressão das Jornadas de junho de 2013 e, assim como suas semelhantes ao redor do mundo, junho de 2013, que no início abarcava pautas à esquerda do espectro político foi, aos poucos, sendo capturada por uma profusão de discursos de extrema direita. Estes foram se apropriando da linguagem dos protestos de rua, protagonizando episódio de peso como o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e a greve dos caminhoneiros em 2018.

Todos esses movimentos tiveram como principal meio de comunicação e informação as redes sociais digitais, tendo papel decisivo os aplicativos de mensagens como *WhatsApp* e *Telegram*. A arquitetura dos aplicativos cabe perfeitamente ao conjunto de valores compartilhado pela sociedade atual, cujo anonimato e a desconfiança do sistema de peritos são características marcantes. Nessa esteira de fatos se articulou a campanha bolsonarista, se aproveitando de uma série de fatores: o sentimento de frustração generalizado, a confusão entre público e privado, a adesão a conspiracionismos de todo tipo e a promessa de um discurso violento e populista contra todos os malefícios que se abateram sobre o cidadão de bem.

Entendemos que a análise dos dados quantitativos deveria partir sobre o município, pois além da escala municipal ser utilizada em diferentes bases de dados que puderam ser sobrepostas, nos amparamos nos conceitos de totalidade, historicidade e nação como um todo envolvente. Avaliamos a influência da campanha de Bolsonaro, mais significativa em mais municípios com maior densidade de acessos à internet e como a campanha digital bolsonarista se valeu dos signos e linguagem ligada ao meio digital. Uma outra conclusão importante foi que, embora o desempenho de Bolsonaro tenha sido de grande vulto, alcançando mais de 46% dos votos no 1º turno de 2018, seu desempenho não modificou os territórios eleitorais que já estão estabelecidos desde 2006. O que Bolsonaro alcançou foi o consenso do eleitorado do espectro político de direita e centro direita desde o 1º turno, provavelmente devido ao grande volume de informações dispersado por sua campanha em grupos de *WhatsApp* quando comparados a qualquer outro candidato.

Por fim, consideramos que é preciso um aprofundamento nos estudos a nível quantitativo para que possamos estabelecer comparativos dos dados colhidos, a nível nacional, para as valorações de mapas de razão de chance. Diante desta barreira tivemos que nos ater ao

mero comparativo entre candidatos, o mesmo procedimento encontrado na bibliografia consultada. Ademais, defendemos a continuidade dos estudos na área de geografia eleitoral tendo o espaço como foco principal, pois a escassez de obras na área é um empecilho custoso aos pesquisadores que se empenhem a explorar a área, cuja necessidade para o entendimento da realidade que nos está dada é nítida.

REFERÊNCIAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. ABEP: 2014. Disponível em: <https://abep.org/criterio-brasil/>.

AGNEW, John. **Place and politics in modern Italy**. 1. ed. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2002.

ALKMIM, Antônio Carlos; TERRON, Sônia Luiza. O Brasil é realmente um país polarizado? Análise das eleições presidenciais de 1989 a 2018. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 7–32, 2022.

ANATEL, A. N. DE T. **Relatório metodológico Índice Brasileiro de Conectividade (IBC)**. Assessoria Técnica - ATC, Semestre de 2021. Disponível em: https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw_9INcO5PPJDuddK8_R0oIPeDLWrbmadkfAYO2XsGFzrpeYKoO4kts3P_S_brh6ISClzeMOzLik95U7zk80G5TZxo2TvQJ. Acesso em 25 jul. 2024.

ANATEL. Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007. Aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, n. 155, 13 ago. 2007, p. 42–48.

ARRUDA, Eduardo. **Tira de quinta**. Online, 13 dez. 2024. il. color. Instagram: @eduardobarruda. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DDg8JFfOu66/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

AYER, Flávia. Uma nova história na política brasileira. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 nov. 2018.

AZEVEDO, Daniel Abreu. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. **Geosp**, São Paulo, v. 27, n. 2, e-204649, maio/ago. 2023. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/204649>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2023.204649.pt>. Acessado em: 8 nov. 2024

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; VENTURI JUNIOR, Gustavo. Fake news em imagens: um esforço de compreensão da estratégia comunicacional exitosa na eleição presidencial brasileira de 2018. **Revista Debates**, Porto Alegre, p. 4–35, abr. 2020.

BITTAR, Rosângela; ARAÚJO, Carla. Militares apoiam Bolsonaro e rejeitam Ciro, Alckmin e Haddad. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 jul. 2018.

BLACHE, Paul Vidal de la. Tableau politique de la France de l'Ouest. **Annales de Géographie**, Paris, t. 23, n. 129, p. 261–264, 1914.

BRODA, Elena; STRÖMBÄCK, Jesper. Misinformation, disinformation, and fake news: lessons from an interdisciplinary, systematic literature review. **Annals of the International Communication Association**, Oxford, v. 48, n. 2, p. 139-166, June 2024.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip Ernest; MILLER, Warren Edward; STOKES, Donald E. **The American voter**. 1. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

CASTRO, Iná Elias de. Entre a política e a nova agenda da geografia. **Revista Continentes**, Seropédica, ano 4, n. 7, p. 9–35, 2015.

CASTRO, Iná Elias de. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 87–100, 2014.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CERVI, Emerson Urizzi. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. 1. ed. Curitiba: CPOP, 2019. v. 2

CESAR, Camila Moreira; SANTOS, Nina Fernandes dos. Campanhas políticas e WhatsApp. *In*: CERVI, E. U.; WEBER, M. H. (Eds.). **Impactos político-comunicacionais das eleições brasileiras de 2018**. Curitiba: CPOP, 2021. p. 324.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 73–96, 2020.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2022.

CESARINO, Letícia. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. **Ilha**, Florianópolis, v. 23, n. n. 1, p. 73–96, 2021.

CETIC.BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação; NIC.BR – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR; CGI.BR – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC DOMICÍLIOS 2018**. São Paulo: CETIC.BR, 28 ago. 2019.

CHAGAS, Viktor. WhatsApp and digital astroturfing_a social network analysis of brazilian political discussion groups of Bolsonaro's supporters. **International Journal of Communication**, Los Angeles, n. 16, p. 2431–2455, 2022.

COLON, Leandro. Segundo turno confirma guinada à direita e conservadora. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 2016.

CÔRTEZ, Norma. **Esperança e democracia**: as idéias de Álvaro Vieira Pinto. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: UFMG; IUPERJ, 2003.

CRISTALDO, Heloísa. Desconfiança do eleitor aumentou índice de abstenção, dizem especialistas. **Uol**, Brasília, 3 out. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2016/10/03/desconfianca-do-eleitor-aumentou-indice-de-abstencao-dizem-especialistas.htm>. Acesso em: 29 jul. 2024

CUNHA, Joana; NUNES, Wálter. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 out. 2018.

CUNHA, Ricardo Borges da.; MARTINS, César Augusto Ávila. Geografia eleitoral: uma revisão e possíveis caminhos. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 39, p. 43, 27 abr. 2017.

DATAFOLHA. **Uso de redes sociais**. São Paulo: Gerência de Pesquisas de Opinião Datafolha, 25 out. 2018.

DO tijolão ao smartphone, a história dos 30 anos do celular no Brasil. Locução de Kariane Costa. Brasília: Rádio Nacional, 2 jan. 2021. Notícia de rádio. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-01/do-tijolao-ao-smartphone-historia-dos-30-anos-do-celular-no-brasil>. Acesso em: 25 jul. 2024

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2020.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2003.

ELDERSVERD, Samuel James. Theory and Method in Voting Behavior Research. **The Journal of Politics**, Chicago, v. 13, n. 1, p. 70–87, fev. 1951.

FERNANDES, Leonardo. Bolsonaro repete métodos de Donald Trump em sua campanha. **Brasil de Fato**, São Paulo, 4 out. 2018.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FISHER, Max. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. Tradução: Érico Assis. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023.

FLINT, Colin. Electoral geography and the social construction of space: The example of the Nazi party in Baden, 1924-1932. **GeoJournal**, Dordrecht, v. 51, n. 3, p. 145–156, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Ricardo Dantas. Eleições mapeadas: como se infere sobre a dimensão geográfica das eleições presidenciais brasileiras? **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 6, n. 2, 15 dez. 2015.

GONÇALVES, Ricardo Dantas. **Geografia eleitoral**: tendências e indicações para o desenvolvimento da ciência política. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) — Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2021.

GRAGNANI, Juliana. Como planos de celular com Facebook e WhatsApp ilimitados podem potencializar propagação de notícias falsas. **BBC News Brasil**, Londres, 16 abr. 2018.

GRANDI, Matheus da Silveira. Escala geográfica. **Geographia**, Niterói, v. 24, p. 1–8, 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos domicílios e dos moradores: 2018 4 ed. Rio de Janeiro: IBGE: Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019. Relatório Notas técnicas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101654>

INTERNETLAB; REDE CONHECIMENTO SOCIAL. **Os vetores da comunicação política em aplicativos de mensagens: hábitos e percepções do brasileiro em 2020**. 2 ed. 2021/2022, São Paulo: InternetLab; Rede Conhecimento Social, 2022. Relatório.

ISRAEL, Carolina Batista. **Redes digitais, espaços de poder: sobre conflitos na reconfiguração da internet e as estratégias de apropriação civil**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2019.

JOHNSTON, Ronald John. The neighbourhood effect revisited: spatial science or political regionalism? **Society and Space**, Santa Barbara, v. 4, p. 41–55, 1986.

JUNCKES, Ivan Jairo.; SILVA JÚNIOR, Wilson; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. Representação espacial de dados eleitorais no Brasil: críticas e possibilidades. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 29, p. 1–22, 2021.

KRAUSE, Silvana; SCHAEFER, Bruno Marques; BARBOSA, Tiago Alexandre Leme; CORRÊA, Carolina Pimentel; TELLES, Helcimara. La elección brasileña de 2018: nuevos patrones de financiación, desafección política y redes sociales. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, Salamanca, v. 9, n. 1, p. 91, 29 maio 2020.

LUKÁCS, Georg. A reprodução da sociedade como totalidade. *In*: DOTI, M. M. (Ed.). **Por uma ontologia do ser social**. Tradução: Sérgio A. Lessa Filho. Araraquara: UNESP - FCL, 1996. v. II, p. 11-13.

MAGENTA, Matheus. Eleições 2018: Como Bolsonaro superou a bolha radical na internet e terminou o 1º turno na liderança. **BBC News Brasil**, São Paulo, 7 out. 2018.

MAZUI, Guilherme. Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT. **G1**, Rio de Janeiro, 28 out. 2018.

MELAZZO, Everaldo Santos; CASTRO, Cloves Alexandre. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? **Terra Livre**, Presidente Prudente, v. 2, p. 133–142, dez. 2007.

MELLO, Patrícia Campos. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 out. 2018.

MENDES, José Manuel. “Só é vencido quem deixa de lutar”: protesto e Estado democrático em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 72, p. 161–185, 2005.

MICHALSKI, Rafael; DE PAULA, Lorena Tavares. Os bots de disseminação de informação na conjuntura das campanhas presidenciais de 2018 no Brasil. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1–16, jul. 2019.

NASCIMENTO, Thalita Costa do. **Perfil dos municípios brasileiros que votaram nos candidatos à presidência no segundo turno das eleições de 2018**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Estatística) — Instituto de Matemática e Estatística, Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NIC.BR – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2019**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

NOGUEIRA, Braian de Alencar. **Geografia Eleitoral e Identidade**: um estudo de caso da zona norte de Goiânia. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2020.

NUNES, Ricardo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre o Bolsonarismo e um mundo em transição. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2022.

OLIVEIRA, Adriano. Os recados das eleições municipais de 2016: manutenção do status quo ou mudança? **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 1, p. 396–414, 2017.

OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. A autorização dos impulsionadores de conteúdo como propaganda eleitoral: uma violação ao princípio da igualdade de oportunidades nas campanhas eleitorais. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 39–54, ago. 2020.

PINTO, Álvaro Vieira. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. v. II

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v. I

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v. II

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura)

ROMERO ALMADA, Pablo Emanuel. Analisando os grupos de WhatsApp dos apoiadores de Jair Bolsonaro durante o 2º turno das eleições presidenciais de 2018. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45, 2021, São Paulo. **Anais...**, *Online*: ANPOCS, 2021. p. 1-27. Disponível em: https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVElWSURBREUiO3M6MzoiMjQxIj9IjtzOjE6ImgiO3M6MzI6IjRjMzAyZDJhZDMxZTljZmQ4MmWY0OGFjOWU2MjkkMGFjIj9&ID_ATIVIDADE=241. Acesso em: 14 jul. 2022

RORATO LONDERO, Rodolfo. A atenção produz valor? - os equívocos da teoria do valor atenção. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, Londrina, v. 24, n. n° 3, p. 123–131, dez. 2022.

RORATO LONDERO, Rodolfo; MARDONES LONCAMILLA, Gina. Solidão e cultura digital: estrutura do sentimento e tecnologias em comunicação. **La Trama de la Comunicación**, Rosário, v. 25, n. 2, p. 37–51, 2021.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **Robôs, redes sociais e política no Brasil**: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SANTINI, Rose Marie; SALLES, Débora; TUCCI, Giulia; ESTRELLA, Charbelly. A militância forjada dos *bots*: a campanha municipal de 2016 como laboratório eleitoral. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 124-142, jan./abr. 2021.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; FREITAS, Miguel; ALDÉ, Alessandra; SANTOS, Karina; CUNHA, Vanessa Cristine Cardozo. WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 2, p. 307-334, mai.-ago. 2019.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; SANTOS, Karina. Das bancadas ao WhatsApp: redes de desinformação como arma política. In: GALLEGO, E. S. (org). **Brasil em colapso**. 1. ed. São Paulo: Unifesp, 2019. p. 45–59.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton; ELIAS, Denise. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SILVA, Eumano. Análise: urnas de 2018 provocam forte guinada do Brasil para a direita. **Metrópoles**, Brasília, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/analise-urnas-de-2018-provocam-forte-guinada-do-brasil-para-a-direita>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Geografia das telecomunicações no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ec771c76-95a9-4972-8054-aabf696e9516/content>. Acesso em: 07 nov. 2024

SORANO, Vitor. Bolsonaro vence em 17 estados e Haddad, em 9; nas capitais, placar é 23 a 3. **G1**, Rio de Janeiro, 7 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/07/bolsonaro-vence-em-17-estados-e-haddad-em-9-nas-capitais-placar-e-23-a-3.ghtml>. Acesso em: 07 nov. 2024

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1996.

TERRON, Sônia Luiza. **A composição de territórios eleitorais no Brasil**: uma análise das votações de Lula (1989-2006). 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

TERRON, Sônia Luiza. Geografia Eleitoral em foco. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 8–18, maio 2012.

TOLEDO JÚNIOR, Rubens de. O lugar e as eleições: a expressão territorial do voto no Brasil. **GeoTextos**, Salvador, v. 3, n. 1 e 2, p. 171-183, 2007.

TRICKY, Erick. Where did the term “Gerrymander” come from? **Smithsonian**, Washington, p. não paginado, 20 jul. 2017. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/where-did-term-gerrymander-come-180964118/>. Acessado em 07 nov. 2024.

TUDE, Eduardo. **Ranking Cidades Amigas da Internet 2019**. 4 ed. *Online*: Teleco Inteligência em Comunicações, 2019. Relatório. Disponível em: <https://conexis.org.br/numeros/ranking-das-cidades-amigas-do-5g/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

VITORINO, Máira Martins Moraes. O eleitor conectado: perfil e consumo de conteúdo nas eleições 2018. *In*: SILVA, M. P (org). **Comunicação, mídias e educação 2**. Ponta Grossa: Atena, 2019. cap. 10, p. 110–124, v. 2.

WEBER, Rosa. Apresentação. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAKE NEWS E ELEIÇÕES. 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2019. p. 7-9. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5981>. Acesso em: 07 nov. 2024.

WUSTEN, Herman van. der.; MAMADOUH, Virgine. “It is the Context, Stupid!”. Or is It? British-American Contributions to Electoral Geography since the 1960s. **L’Espace Politique**, Reims, n. 23, 4 jul. 2014.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. **A geografia e os estudos eleitorais**: a influência do contexto no comportamento eleitoral. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) — Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. Contexto social de vizinhança: percepções políticas na cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 29, p. 189–222, ago. 2019.